

**FACULDADE DOCTUM DE CARATINGA**

**SILVIA CARVALHO B. DA R. MUZI  
MARA CRISTINA DA SILVEIRA**

**O PLURALISMO FAMILIAR E AS TRANSFORMAÇÕES CONSTANTES DO  
FORMATO DE FAMÍLIA: UM ESTUDO DAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR  
MULHERES NA APAE-CARATINGA (MG).**

**CARATINGA**

**2018**

**FACULDADE DOCTUM DE CARATINGA  
SILVIA CARVALHO B. DA R. MUZI  
MARA CRISTINA DA SILVEIRA**

**O PLURALISMO FAMILIAR E AS TRANSFORMAÇÕES CONSTANTES DO  
FORMATO DE FAMÍLIA: UM ESTUDO DAS FAMÍLIAS CHEFIADAS POR  
MULHERES NA APAE – CARATINGA (MG)**

**Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social das Faculdade Doctum de Caratinga, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.**

**Área de Concentração: Seminário de TCC II**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Esp. Sônia Gomes de Freitas.**

**CARATINGA  
2018**

**TERMO DE APROVAÇÃO**

O Trabalho de Conclusão de Curso intitulado:

*O pluralismo familiar e as transformações constantes do formato de família: um estudo das famílias chefiadas por mulheres na APAE - Caratinga*, elaborado pelas alunas Mara Cristina da Silveira e Silvia Carvalho B da R. Muzi, foi aprovado por todos os membros da Banca Examinadora e aceita pelo curso de Serviço Social das FACULDADES DOCTUM DE CARATINGA, como requisito parcial da obtenção do título de

**BACHAREL EM SERVIÇO SOCIAL**

Caratinga, 05 de Dezembro de 2018 .



Prof. Orientador **Sônia Gomes de Freitas**



Prof. Examinador 1 **Renata de Souza Ribeiro Paiva**



Prof. Examinador 2 **Livia Maria Siqueira Fernandes**

## ABREVEATURAS E SIGLAS

**ONGS** - Organizações Não Governamentais

**APAE** - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

**LOAS** - Lei Orgânica de Assistência Social

**SUAS** – Sistema Único de Assistência Social

**SUS** – Sistema Único de Saúde

**FHC** – Fernando Henrique Cardoso

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**MEC** – Ministério da Educação

**ECA** – Estatuto da Criança e do Adolescente

**INSS** – Instituto Nacional do Seguro Social

**BPC** – Benefício de Prestação Continuada

**CNSS** – Conselho Nacional de Serviço Social

**NOB/SUAS** – Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social

**A.C.** – Antes de Cristo

**TCC** – Trabalho de Conclusão de Curso

**OIT**- Organização Internacional do Trabalho

**CRAS**- Centro de Referência de Assistência Social

**CAPS** – Centro de Atenção Psicossocial

**CREAS**- Centro de Referência Especializado de Assistência Social

**PAIF**- Proteção e Atendimento Integral a Família

**EUA** – Estados Unidos da América

**CF**- Constituição Federal

**MS**- Ministério da Saúde

**PNSB** – Plano Nacional de Saneamento Básico

**LNSB**- Lei Nacional de Saneamento Básico

**ART.**-ARTIGO

**TV**- Televisão

**ESF**- Estratégia Saúde Família

## LISTA DE GRÁFICOS

|   |    |
|---|----|
| GRÁFICO 1 – Idade das Entrevistadas .....                               | 57 |
| GRÁFICO 2 – Escolaridade das Entrevistadas .....                        | 58 |
| GRÁFICO 3 – Estado Civil .....  | 59 |
| GRÁFICO 4 – Número de Pessoas que Residem na Casa .....                 | 60 |
| GRÁFICO 5 – Idade dos Moradores .....                                   | 61 |
| GRÁFICO 6 – Número de Pessoas que Estudam .....                         | 62 |
| GRÁFICO 7 – Usuário de Serviço Público de Saúde .....                   | 63 |
| GRÁFICO 8 – Atendimento Realizado Pelo SUS .....                        | 64 |
| GRÁFICO 9 – Morador de Área de Risco .....                              | 65 |
| GRÁFICO 10 – Situação do Imóvel .....                                   | 66 |
| GRÁFICO 11 – Número de Cômodos da Residência .....                      | 67 |
| GRÁFICO 12 – Se Possui Energia Elétrica .....                           | 68 |
| GRÁFICO 13 – Se Possui Abastecimento de Água .....                      | 69 |
| GRÁFICO 14 – Água de Beber .....  | 69 |
| GRÁFICO 15 – Rede de Esgoto .....                                       | 70 |
| GRÁFICO 16 – Coleta de Lixo .....                                       | 71 |
| GRÁFICO 17 – Pessoas da Família que Trabalham .....                     | 72 |
| GRÁFICO 18 – Renda Familiar Mensal .....                                | 73 |
| GRÁFICO 19 – Recebe Algum Benefício .....                               | 74 |
| GRÁFICO 20 – Dificuldades Enfrentadas Pela Família .....                | 75 |
| GRÁFICO 21 – Se Renda Mensal é Suficiente para Necessidades Básicas ... | 76 |
| GRÁFICO 22 – Atividades de Lazer .....                                  | 77 |
| GRÁFICO 23 – Locais que Frequenta no Tempo Livre .....                  | 78 |
| GRÁFICO 24 – Acompanhamento pela Rede Sócio Assistencial .....          | 79 |
| GRÁFICO 25 – Idade do Filho que Frequenta a APAE .....                  | 81 |
| GRÁFICO 26 – Tempo que Frequenta a Instituição .....                    | 82 |
| GRÁFICO 27 – Deficiência do Filho .....                                 | 83 |
| GRÁFICO 28 – Frequência do Filho na Instituição .....                   | 84 |
| GRÁFICO 29 – Transporte Utilizado Para Chegar na APAE .....             | 85 |

## RESUMO

Os impactos dos ajustes neoliberais tornam-se evidentes, englobam consequências econômicas fundamentais, causando abatimento em diversos âmbitos. Assim sendo, o poder de pressão passa a tomar grande proporção, influenciando um momento favorável ao período. Desresponsabilizando deste modo o Estado na condição de responsável pelas políticas sociais. Tais políticas inclinam-se a patamares focalistas aos mais desfavorecidos da sociedade, com ações filantrópicas. Deste modo o neoliberalismo toma forma ampla pelo mundo. Na contradição capital x trabalho encontra-se enraizada a concepção de questão social, é uma categoria que tem sua característica definida no âmbito do modo de produção capitalista. As famílias estão sendo influenciadas pelas manifestações da questão social, que na sociedade é encarada pela imensa desigualdade social advinda do capital. O contexto atual é caracterizado pelas inúmeras transformações pelas quais a família tem passado, sendo as famílias monoparentais femininas uma realidade cada vez mais frequente. Como em qualquer configuração familiar, há inúmeros desafios que se apresentam a essas mulheres que são chefes de suas famílias. Essas mulheres têm que se adaptar e amenizar essas questões, uma vez que além de se responsabilizarem por toda a situação domiciliar, doméstica e de desenvolvimento dos filhos, elas ainda têm de se adaptar às normas tradicionais de códigos morais cruéis, que transmite aos homens essa capacidade e a atitude considerada "chefe de família". Os resultados do estudo evidenciam acerca do papel importante dessas mulheres como base de suas famílias frente às expressões da questão social no contexto atual.

**Palavras-chave:** Mulheres, família, questão social, neoliberalismo.

## SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | <b>8</b>   |
| <b>CAPÍTULO I – NEOLIBERALISMO: A DOCTRINA QUE SUSTENTA A ESTRUTURA SOCIO ECONÔMICA DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA</b> .....                                 | <b>9</b>   |
| 1.1 A construção sócio histórica do neoliberalismo na ordem capitalista .....  | 9          |
| 1.2 A globalização da economia e a desigualdade social no Brasil: uma reflexão acerca da questão social .....  | 17         |
| 1.3 A família brasileira e suas transformações na contemporaneidade .....  | 27         |
| 1.3.1 A mulher no cenário contemporâneo como “chefe de família” .....  | 39         |
| <b>CAPÍTULO II – AS FAMILIAS CHEFIADAS POR MULHERES INSERIDAS NA APAE DE CARATINGA</b> .....   | <b>46</b>  |
| 2.1 O contexto histórico da APAE de Caratinga e as normativas legais que regularizam o atendimento às pessoas com deficiência intelectual e múltipla.... | 46         |
| 2.2 As famílias chefiadas por mulheres inseridas na APAE de Caratinga: um estudo desta realidade .....   | 56         |
| <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....  | <b>89</b>  |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | <b>91</b>  |
| <b>ANEXO</b> .....   | <b>102</b> |

## INTRODUÇÃO

O trabalho apresentado, sob o tema “O pluralismo familiar e as transformações constantes do formato de família: um estudo das famílias chefiadas por mulheres na APAE - Caratinga”. O interesse pelo tema pesquisado está relacionado à experiência vivenciada no decorrer do estágio curricular que teve início no quinto período, na Associação de Pais e Amigos dos excepcionais – APAE, essa experiência provocou uma reflexão acerca das concepções de família, buscando identificar como as mães entendem seu lugar nesse contexto familiar.

Este estudo busca sustentação de embasamento teórico pautado em principais autores, tais como, Marilda Villela Iamamoto, Carlos Montaña, Maria Carmelita Yasbek e Octavio Ianni, entre outros. Através dos mesmos, buscamos compreender as concepções de família trazidas por mulheres chefes de famílias inseridas na APAE- Caratinga, bem como identificar como as mães entendem seu lugar nesse contexto familiar. São inúmeras transformações pelas quais a família tem passado, sendo as famílias monoparentais femininas uma realidade cada vez mais frequente. Como em qualquer configuração familiar, há inúmeros desafios que se apresentam a essas mulheres que são chefes de suas famílias.

O marco teórico foi dividido em dois capítulos. Sendo no primeiro capítulo um resgate da construção sócio histórica do neoliberalismo na ordem capitalista, abordando a globalização da economia e a desigualdade social no Brasil: uma reflexão acerca da questão social, interpelando a família brasileira e suas transformações contemporaneidade, dando suporte para o segundo capítulo onde aborda o contexto histórico da APAE de Caratinga e as normativas legais que regularizam o atendimento às pessoas com deficiência intelectual e múltipla, afunilando para o contexto das famílias chefiadas por mulheres e os principais desafios encontrados, trazendo ainda a discussão da entrevista com as entrevistadas. A pesquisa realizada foi qualitativa/quantitativa de caráter semiestruturada, com as mulheres consideradas “chefes de família” que levam seus filhos para serem atendidas na APAE – Caratinga, sendo por amostragem probabilística simples. Os resultados do estudo evidenciam acerca do papel importante dessas mulheres como base de suas famílias frente às expressões da questão social no contexto atual.

## **CAPÍTULO I – NEOLIBERALISMO: A DOCTRINA QUE SUSTENTA A ESTRUTURA SOCIO ECONÔMICA DA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA**

### **1.1 A construção sócio histórica do neoliberalismo na ordem capitalista**

No século XX, a partir da Primeira Guerra Mundial, o capitalismo passou por várias mudanças, primeiramente os Estados Unidos passa a liderar o mercado capitalista, o capitalismo deixou de ser competitivo para ser Capitalismo Monopolista. Várias empresas foram à falência, as maiores compraram a menores e outras se unificaram (surge a sociedade anônima). As grandes empresas passaram a controlar sozinha um ramo de atividade. Com as grandes crises econômicas ocorrida principalmente entre 1929 e 1933 o Estado passou a interferir na economia, exercendo influências decisiva em todas as atividades econômicas. Agora o Estado passou a controlar os créditos, os preços, as exportações e importações, mas sempre levando em conta os interesses das grandes empresas capitalistas.

Assim como salienta Tavares,

O capitalismo monopolista abrange o aumento de organizações monopolistas, a internacionalização do capital, a divisão internacional do trabalho, o imperialismo, o mercado mundial do capital, as mudanças na estrutura do poder estatal. (TAVARES, 2009, p 12).

É justamente na emergência do capitalismo monopolista que o Estado burguês se vê chamado a intervir na “questão social”, administrando suas expressões e garantindo a preservação e o controle da força de trabalho.

Conforme afirma Iamamoto,

A Questão Social pode ser definida como: O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IAMAMOTO, 1999, p. 27)

Na primeira metade do século XX, logo após a Segunda Guerra Mundial já se ouvia os ecos do projeto que posteriormente recebeu o nome de neoliberal<sup>1</sup>. O marco do surgimento do neoliberalismo se dá em 1944 com a publicação do livro “O caminho da Servidão” de Friedrich Hayek. O livro é um ataque violento contra toda e qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, para as políticas, é uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política conduzindo inevitavelmente qualquer Social Democracia<sup>2</sup> ao desastre do nazismo. Portanto, o propósito neoliberal “era combater o keynesianismo<sup>3</sup> e o solidarismo reinantes e preparar as bases de outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro”. (ANDERSON, 1995).

Nesse sentido Netto e Braz destacam que,

Para legitimar essa estratégia, o grande capital fomentou e patrocinou a divulgação maciça do conjunto ideológico que se difundiu sob a designação de neoliberalismo – a disseminação das teses, profundamente conservadoras, originalmente defendidas desde os anos quarenta do século XX pelo economista austríaco F. Hayek (1899-1992), que dividiu em 1974 o Prêmio Nobel de Economia com Gunnar Myrdal. O que se pode denominar ideologia neoliberal compreende uma concepção do homem, uma concepção da sociedade fundada na ideia da natural e necessária desigualdade entre os homens e uma noção rasteira de liberdade. (NETTO e BRAZ, 2006, pág. 226)

---

<sup>1</sup> Vista como um meio para a obtenção da liberdade política, a organização econômica é importante devido a seu efeito na concentração ou dispersão do poder. O tipo de organização econômica que promove diretamente a liberdade, isto é, o capitalismo competitivo, também promove a liberdade política porque separa o poder econômico do poder político e, permite um controle um do outro. (FRIEDMAN, M. Capitalismo e liberdade. São Paulo: Arte Nova, 1977.)

<sup>2</sup> A Social Democracia é uma ideologia política surgida no fim do século XIX a partir de uma cisão interna do socialismo. É difícil chegar a uma definição precisa do que é que defendem os social-democratas, uma vez que as elaborações teóricas de grupos e indivíduos que se identificam com esse termo foram se alterando através da história. (BOTTOMORE, Tom (editor). Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001)

<sup>3</sup> Keynesianismo é uma teoria econômica que ganhou destaque no início da década de 1930, no momento em que o capitalismo vivia uma de suas mais graves crises. Nessa época, as nações capitalistas geriam o campo econômico com base nas teorias estabelecidas pelo liberalismo clássico, doutrina econômica que defendia a ideia de que o desenvolvimento econômico de uma nação estaria atrelado a um princípio de não intervenção do Estado na economia. O principal responsável por tal exercício de revisão do liberalismo foi o economista britânico John Maynard Keynes, o qual, em sua obra “Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro”, estabeleceu os pontos fundamentais da teoria econômica que leva o seu nome. Segundo o pensamento keynesiano, a premissa fundamental para compreender uma economia encontrava-se na simples observação dos níveis de consumo e investimento do governo, das empresas e dos próprios consumidores. Partindo desse princípio, a doutrina keynesiana aponta que no momento em que as empresas tendem a investir menos, inicia-se todo um processo de retração econômica que abre portas para o estabelecimento de uma crise. (SOUSA, Rainer Gonçalves. "Doutrina Keynesiana"; *Brasil Escola*. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/doutrina-keynesiana.htm>>. Acesso em 26 de agosto de 2018.

Para Hayek, a Social Democracia mesmo sendo portadora de boas intenções acabaria por engendrar historicamente o mesmo desastre que o nazismo alemão, ou seja, seria uma espécie de servidão moderna (ANDERSON, 1995).

Em 1947 Hayek funda a Sociedade de Mont Pèlerin, uma espécie de maçonaria neoliberal extremamente bem organizada que reúne empresários e economistas de todo mundo de dois em dois anos para combater o keynesianismo e o Estado de bem-estar social que começava a alicerçar suas bases nesse momento.

Durante 20 anos, nas décadas de 50 e 60, os pressupostos neoliberais ficaram latentes, pois as condições econômicas eram de prosperidade do capitalismo, com participação do Estado intervindo no processo produtivo direta ou indiretamente.

Conforme afirma Anderson,

Todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, mudou tudo. A partir daí as ideias neoliberais passaram a ganhar terreno. (ANDERSON, 1995, p.10)

Somente nos anos 70 do século XX, é que as ideias neoliberais ganharam vitalidade. A crise do modelo social- democrata, fundado no Welfare State<sup>4</sup>, a partir da recessão, das baixas taxas de crescimento, inflação alta provocaram uma retomada dos velhos princípios liberais agora modernizados para serem aplicados em larga escala na economia capitalista.

Para Lima o neoliberalismo é,

Uma das formas assumidas foi o chamado neoliberalismo, surgido na década de 1970, que é a aplicação dos princípios liberais a uma realidade econômica pautada pela globalização e por novos paradigmas do capitalismo. Dentre seus mentores, destacam-se Friedrich Haeyk (1899 a 1992) e Milton Friedman (1912 a 2006). No neoliberalismo, defende-se, de forma ainda mais explícita e acentuada, a ideia de que o Estado não deve interferir nos rumos da economia, ou seja, no livre mercado (LIMA, 2014, p. 29).

---

<sup>4</sup> [...] é certo que o fenômeno do Welfare State experimentou incontestável expansão e até mesmo institucionalização no período do pós-guerra. É a partir de então que se generaliza e ganha dimensões quase universais nesses países um conjunto articulado de programas de proteção social, assegurando o direito à aposentadoria, habitação, educação, saúde, etc. (ARRETCHE, 1995, p. 3).

Antunes (2001) salienta que podemos considerar como inauguradores do modelo neoliberal os governos de Margareth Thatcher e Ronald Reagan no início dos anos 1980, quando ocorrem profundos cortes de investimentos sociais, internamente, e percebe-se uma grande preocupação com a formação de blocos econômicos que ajudem a suprimir gastos com a circulação de produtos e capitais. No entanto os setores estratégicos das economias norte-americana e inglesa continuam sob protecionismo.

Assim como Antunes afirma,

A experiência inglesa recente, particularmente depois da ascensão de Margareth Thartcher e da implantação do projeto neoliberal, trouxe profundas consequências para o mundo do trabalho no reino unido e particularmente na Inglaterra. (ANTUNES,2001 p.61)

Dessa forma os neoliberais passam ganhar influência e apoio de grandes empresários e donos dos meios de produção, que começam a engendrar e bancar propagandas políticas, resultando assim, em vitórias neoliberais em eleições de países influentes: Inglaterra (Thatcher) e EUA (Reagan). Inicia-se assim um verdadeiro processo de pressão neoliberal em todo mundo e as medidas políticas destes tomaram grandes proporções, que se explicitam por: aumento nos níveis de desemprego, cortes de gastos sociais, violência contra trabalhadores e seus sindicatos, elevação das taxas de juros, programas amplos de privatizações entre outros. Como Anderson (1995) aponta “Se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida à indústria básica, como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água”. (ANDERSON, 1995).

Assim seu poder de pressão e influência passa a ser tamanho que em determinado momento suas medidas passam a ser implementadas inclusive por governos ditos de esquerda, que compunham a chamada Social Democracia europeia, passando a adotar tais medidas, fazendo com que o mercado se tornasse o único regente da vida social.

As políticas neoliberais exaltam as virtudes do “mercado”, da “livre-iniciativa” e da “concorrência”, visando destruir os mecanismos não mercantis de regulação da vida social, como legislação trabalhista. Abrem novas oportunidades de investimento para o capital, uma vez que atividades antes administradas ou reguladas pelo Estado são transferidas para a esfera empresarial.

Como assevera Netto e Braz,

Vulgarizando as formulações de Hayek, a ideologia neoliberal, maciçamente generalizada pelos meios de comunicação social a partir dos anos oitenta do século passado, conformou uma espécie de senso comum entre os serviçais do capital (entre os quais se contam engenheiros, economistas, administradores, gerentes, jornalistas, etc.) e mesmo entre significativos setores da população dos países centrais e periféricos. (NETTO e BRAZ, 2006, pág. 226)

As políticas sociais neoliberais tendem a se focalizar nos setores mais miseráveis da população, em ações de cunho “filantrópico”, com envolvimento de ONGs, não tendo como objetivo universalizar a seguridade social. Direitos e demandas anteriormente consideradas de alçada pública tendem a ser vistos como questões individuais. Marilena Chauí (2006) entende o neoliberalismo como encolhimento do espaço público e alargamento do espaço privado, ressaltando como tal processo incide diretamente nas relações de sociabilidade, que passam a se centrar no individualismo.

Dessa forma, o neoliberalismo tornou-se força hegemônica no mundo, com o mercado à frente da sociedade, fazendo com que a chamada “acumulação primitiva” citada por Marx se consolidasse e avançasse ainda mais em nossa sociedade com a espoliação dos bens da população para sua consequente mercantilização. A terra, o trabalho e o dinheiro passam a ser mercantilizados, e para acontecer tal evento foi necessária toda implementação do ideário capitalista e depois neoliberal.

Conforme Marx afirma,

Converte-se numa das alavancas mais poderosas da acumulação primitiva. Como uma varinha de condão, ela dota o dinheiro de capacidade criadora, transformando-o assim em capital, sem ser necessário que seu dono se exponha aos aborrecimentos e riscos inseparáveis das aplicações industriais e mesmo usurário. Os credores do Estado nada dão na realidade, pois a soma emprestada converte-se em títulos de dívida públicas facilmente transferíveis, que continuam a funcionar em suas mãos como se fossem dinheiro. A dívida pública criou uma classe de capitalistas ociosos, enriqueceu, de improviso, os agentes financeiros que servem de intermediários entre o governo e a nação. As parcelas de sua emissão adquiridas pelos arrematantes de impostos, comerciantes e fabricantes particulares lhes proporcionam o serviço de um capital caído do céu. Mas, além de tudo isso, a dívida pública fez prosperar as sociedades anônimas, o comércio com os títulos negociáveis de toda espécie, a agiotagem, em suma, o jogo de bolsa e a moderna bancocracia. (MARX, 2011, p.868)

No Brasil, os impactos dos ajustes neoliberais tornam-se mais nítidos em suas consequências econômicas e fundamentalmente sociais a partir de meados da década de 90, onde a ideia citada pelo neoliberal de que a consolidação de um Estado mínimo, que cumpra apenas com algumas funções mínimas, como saúde pública, educação básica e manutenção da infraestrutura essencial para o desenvolvimento econômico, ganha legitimidade. Esta ideia reforça a perspectiva de que a privatização e redução do tamanho do Estado reduziria o gasto público, eliminaria o déficit público, sendo visto como ajuste necessário para enfrentamento da crise econômica (SOARES, 2002)

Assim sendo, Bresser Pereira ressalta que,

Para o neoliberalismo o Estado deveria se tornar “mínimo”, e isso significava pelo menos quatro coisas: primeiro, que deixasse de se encarregar da produção de determinados bens básicos relacionados com a infraestrutura econômica; segundo, que desmontasse o Estado social, ou seja, todo o sistema de proteção social por meio do qual as sociedades modernas buscam corrigir a cegueira do mercado em relação à justiça social; terceiro, que deixasse de induzir o investimento produtivo e o desenvolvimento tecnológico e científico, ou seja, de liderar uma estratégia nacional de desenvolvimento; e, quarto, que deixasse de regular os mercados e principalmente os mercados financeiros porque seriam autorregulados. (BRESSER PEREIRA, 2009, p. 8-9)

Segundo Pastorine (2002), as propostas neoliberais e suas medidas, apontam “como solução o desmonte do Welfare State, promovendo o Estado mínimo. Isto implica uma redução dos direitos sociais, das políticas sociais e, se for necessário, dos direitos políticos, tudo em nome dos direitos civis”. Assim sendo, o neoliberalismo representou um retrocesso nos direitos sociais, já que este projeto tem como proposta o enxugamento do Estado na execução das políticas públicas. Estas, por sua vez, passam a ser orientadas e subordinadas aos interesses do grande capital que transfere a responsabilidade de executá-las para a sociedade civil e o terceiro setor. Desresponsabilizando assim, o Estado na condução das políticas sociais e anulando o caráter de direito das mesmas, que passam a ser vistas como um favor, um benefício (PASTORINI, 2002; SOARES, 2002).

Nesse sentido Laurell afirma que,

O Estado só deve intervir com o intuito de garantir um mínimo para aliviar a pobreza e produzir serviços que os privados não podem ou não querem produzir, além daqueles que são, a rigor, de apropriação coletiva. Propõem uma política de beneficência pública ou assistencialista com um forte grau

de imposição governamental sobre que programas instrumentar e quem instruir, para evitar que se gerem “direitos”. Além disso, para se ter acesso aos benefícios dos programas públicos, deve-se comprovar a condição de indigência. Rechaça-se o conceito dos direitos sociais e a obrigação da sociedade de garanti-los através da ação estatal. Portanto, o neoliberalismo opõe-se radicalmente à universalidade, igualdade e gratuidade dos serviços sociais. (LAURELL,1997, p.163)

O neoliberalismo tem sua dinâmica de inserção própria para cada nação a partir das intermediações concretas entre a formação econômica, política, social e cultural, e que na formação brasileira, traz o favor como fator de mediação, em que a burguesia nacional faz do "Estado o seu instrumento econômico privado por excelência, trazendo mudanças significativas na sua ação reguladora, onde o "Estado mínimo" é "o Estado máximo para o capital" (NETTO, 1996).

Contudo, a Constituição de 1988, divulgou a seguridade social <sup>5</sup>no Brasil como um direito de todos, caminhava na contramão dos princípios neoliberais. Tal contradição é evidente e, sobretudo, concorreu com intensos problemas à área econômica social brasileira.

Assim como Neto e Cabral, afirmam,

O processo neoliberal no Brasil começa no final da década de 80, com as eleições de 1989, onde disputavam democraticamente Collor e seu discurso moderno e marcado pelo “liberalismo social” (apoiado pela grande mídia e pelos empresários) Quando se implementa um olhar crítico e econômico sobre o período vê-se principalmente um país atolado na inflação – o que gerava frequentes oscilações nas taxas de juros, abruptas variações nos preços e um mercado completamente controlado pelo Estado. Este por sua vez, não conseguia controlar seus gastos e a dívida pública aumentava cada vez mais. Além disso, tinha-se criado em 1988 uma Constituição que ampliava os deveres do Estado na economia: as tarefas eram muitas, que simplesmente deixam até hoje os neoliberais de cabelos arrepiados só de pensar em tanta demanda estatal. A “mão” aqui era bem visível. Com tudo

---

<sup>5</sup> No Brasil, ampliou-se o conceito de seguridade social, a partir da Constituição de 1988, conhecida como a Constituição Cidadã, preconizando-se que todos devem ter o direito aos benefícios que ela distribui e o dever de contribuir para manter a solidariedade entre gerações. Esse ideário orientou políticas sociais, após a Segunda Guerra Mundial, nos países mais desenvolvidos e transformou aquelas sociedades em Estados de Bem-Estar Social (*welfare state*). É válido ressaltar que esse resultado foi uma atitude deliberada das sociedades através do apoio à intervenção do Estado, e não uma consequência da ação do mercado. Essa foi, sem dúvida, a base sobre a qual se assentou o desenvolvimento econômico e social das sociedades mais evoluídas. A seguridade social no Brasil, quanto à gestão do Regime Geral da Previdência, é organizada pelo Ministério da Previdência Social, devendo ser executada pelo Instituto Nacional do Seguro Social, auxiliada pelas secretarias estaduais de assistência social, estando envolvidos, ainda, o Ministério da Saúde (as secretarias dos estados da federação) e o Ministério do Trabalho e Emprego. Há ainda os Regimes Próprios de Previdência, sob a gestão dos entes federativos (estados, municípios, Distrito Federal) que os criarem, sendo que a Saúde e a Assistência Social podem ser assumidas pelos entes federativos. (ARAÚJO, Francisco Carlos da Silva. Seguridade social. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 11, n. 1272, 25 dez. 2006.)

isso, então, o mercado internacional nem pensava no país tupiniquim, pois aqui não havia nenhum ambiente propício ao mercado e negócios, já que o direito do Estado e dos trabalhadores vinham antes dos direitos dos empresários e credores financeiros. (NETO E CABRAL, 2010 p.3).

No governo do presidente Fernando Collor de Melo (1990), o mesmo tratou de impor inédita e bruscamente o modelo neoliberal. Em perfeita sintonia aos princípios neoliberais em vigência, o eixo central de condução da política econômica implementada pelo governo Collor era o combate à inflação, adquirindo efetiva materialidade no contexto mais amplo do chamado “Plano de Estabilização”. Estreitamente vinculada a essa proposta, somaram-se outras, com dimensões equivalentes, as quais passaram a integrar o projeto neoliberal brasileiro. O impacto foi imediato ocasionando, em meio ao avanço de uma recessão econômica, reações ideológicas tanto à direita quanto à esquerda política, que terminou levando à interrupção por meio de impeachment. A ascensão de Itamar Franco na presidência da República, em decorrência do impedimento de Collor de Melo, em agosto de 1992, estabeleceu o fim do primeiro tempo do neoliberalismo no país. Somente com a eleição de Fernando Henrique Cardoso o neoliberalismo foi retomado, estabelecendo entre os anos de 1995 a 2002, o segundo e mais longo tempo da aplicação do receituário neoliberal adotado no Brasil. Nesse sentido, “acabar com a inflação, privatizar, reformar a Constituição para flexibilizar as relações entre o Estado e a sociedade, assim como as relações entre capital e trabalho” (TEIXEIRA, 1980) Tendo em vista que em 1994 houve uma estabilidade monetária em decorrência do Plano Real e mantida a trajetória econômica vigente que conseguiu baixar e manter a inflação em níveis aceitáveis, estabilizando a economia, e a política econômica do presidente FHC fundamentou-se na articulação entre o aumento acelerado das importações e a absorção de recursos externos.

Netto (1999) destaca, em princípio, a direção social adotada, a qual se materializou em notória contradição, simultaneamente, aos seus antecedentes como intelectual marxista e às suas promessas de campanha pautadas no ideário democrático. Nessa perspectiva, o autor salienta que, de maneira geral, o presidente FHC “desde os seus primeiros anos no Planalto, presidiu um governo direcionado contra os interesses e as aspirações da massa dos trabalhadores brasileiros”. (NETTO,1999). Contudo, terminou sendo interrompido democraticamente a partir de

2003, com a ascensão do governo de Lula <sup>6</sup>na presidência, que teve termos de expansão econômica e justiça social, cuja redução da pobreza e da desigualdade de renda foi expressiva e inegável no Brasil.

## **1.2 A globalização da economia e a desigualdade social no Brasil: uma reflexão acerca da questão social**

A globalização é um processo econômico, social, político e cultural que estabelece uma integração entre os países e as pessoas do mundo todo. Através deste processo, as pessoas, os governos e as empresas se comunicam, realizam transações financeiras e comerciais e espalham aspectos culturais pelos quatro cantos do planeta.

Para Giddens (2001), a globalização é um arranjo complexo de processos dirigido por uma mistura de influências políticas e econômicas, mudando o dia-a-dia das vidas, particularmente nos países desenvolvidos, ao mesmo tempo em que cria novos sistemas nas sociedades atuais.

Historicamente o início da globalização ocorreu com a expansão marítima europeia (século XV ao XIX), durante o período mercantilista. Várias nações europeias lançaram-se ao mar em busca de novas terras e riquezas. Durante o final do século XV e o início do século XVI, a busca por novos mercados e,

---

<sup>6</sup> A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República em 2002 foi uma resposta à fragilidade da agenda neoliberal, especialmente sua incapacidade de gerar um ciclo de expansão do produto e redução do desemprego com melhoria na distribuição da renda. O período compreendido entre 2004 e 2008 foi marcado pela retomada do crescimento econômico. Em síntese, entre 2004 e 2008, a economia brasileira atravessou um período de retomada do crescimento econômico com redução da taxa de desemprego, estabilidade econômica e bons resultados nas contas externas. Além disso, foram registrados avanços substantivos na melhoria da distribuição da renda e na redução da miséria. A gestão da política econômica é o segundo tema a ser analisado. O governo do presidente Lula manteve, com alterações marginais, o arranjo macroeconômico definido na segunda gestão FHC, ou seja, manteve o tripé metas de inflação, câmbio flutuante com intervenção e ajuste fiscal. Em síntese, durante o governo Lula foi realizada uma ampliação das políticas de assistencialismo, consolidadas no programa Bolsa Família. A rigor, o programa não pode ser considerado uma inovação, já que desde a Constituição de 1988 as políticas assistencialistas encontram-se estruturadas no país. A incompletude das políticas econômicas implantadas durante o governo Lula e o conturbado cenário internacional após 2008, que certamente restringe a capacidade de crescimento, não podem, no entanto, jogar por terra os avanços realizados e promover uma (re)edição de uma agenda neoliberal no Brasil sob pena de retroceder em conquistas fundamentais, tais como a melhoria na distribuição de renda e a redução da miséria; ainda que tais melhorias estejam longe de encerrar os anseios da sociedade brasileira contemporânea. (CURADO, Marcelo. Do esgotamento do projeto neoliberal ao governo Lula: em busca de um projeto nacional de desenvolvimento. Cadernos do Desenvolvimento, Rio de Janeiro, v. 8, n. 12, pp.67-81, jan.-jun. 2013)

principalmente, por matérias-primas, como especiarias e metais preciosos, incentivou os navegadores europeus a buscarem novas terras e também novas rotas para os diferentes mercados. Nesta linha de entendimento, Batista (1997) salienta que: “De um ponto de vista histórico "globalização" é a palavra da moda para um processo que remonta, em última análise, à expansão da civilização europeia a partir do final do século XV. ” Durante esse período, intensificou-se o processo de colonização. Desse modo, as nações colonizadoras impuseram sobre os povos colonizados sua cultura e o seu modo de ver o mundo. Além disso, esses países foram responsáveis pela exploração maciça das riquezas naturais e sociais daquilo que viria a ser mais tarde chamado de “mundo subdesenvolvido”. Como produto, emergiu a exclusão social<sup>7</sup> predominante nos países mais pobres. A principal característica desse período foi à formação das colônias europeias na América e, mais tarde, na África e na Ásia, tornando o “velho continente” como o grande precursor e articulador da globalização e da mundialização do sistema capitalista.

Assim como afirma Ianni,

O desenvolvimento do modo capitalista de produção, em forma intensiva e extensiva, adquire outro impulso, com base em novas tecnologias, criação de novos produtos, recriação da divisão internacional do trabalho e mundialização dos mercados (IANNI, p. 14, 1996).

Entre o século XIX e o século XX, houve a expansão da dominação colonial europeia sobre territórios da Ásia e, principalmente, da África, além da consolidação

---

<sup>7</sup> A exclusão social se caracteriza como um conjunto de processos estabelecidos no “campo mais alagado das relações sociais contemporâneas” e se referem aos “jogos contemporâneos entre mercado, trabalho, Estado, poder e desejos”. Dessas relações emergem ao menos duas maneiras de abordar o conceito de exclusão: o primeiro que se detém nos desdobramentos da relação entre excluídos e incluídos. E o segundo que se dedica ao tema entendendo-o como “processos sociais excludentes”. A diferença básica entre essas abordagens é que na primeira, embora haja um esforço em “denunciar a ilusão projetada na oposição entre excluídos e incluídos”, o debate permanece cominado ao controle da participação dos pobres na economia. A dimensão político-cultural é mínima nessa perspectiva. (LOPES 2008, p. 349-354)

<sup>8</sup> A política de expansão e o domínio territorial, cultural ou econômico de uma nação sobre as outras é denominado Imperialismo, que quando contemporâneo pode ser chamado também de neocolonialismo, já que apresenta muitas semelhanças com o regime do colonialismo, em vigor entre os séculos XV e XIX. Muitos exemplos de imperialismo podem ser citados no decorrer da história da humanidade, mas estes, em sua maioria, acabaram substituídos por outros ou aniquilados, mas o conceito de imperialismo somente veio a ser reconhecido no início do século XX. O colonialismo moderno é uma expressão do imperialismo e, portanto, não pode viver isoladamente deste. Muitos povos de muitas regiões do mundo foram dominados pelos países imperialistas, mas os

do processo de industrialização no continente europeu, a Globalização entrou, então, em uma nova fase. Nesse período, houve então a formação daquilo que se denominou por Capitalismo Industrial<sup>9</sup>, além de se formarem as bases para a instauração do Capitalismo Financeiro<sup>10</sup>, quando empresas e bancos se uniram, para obterem maiores lucros. Isso gerou a formação de grandes empresas multinacionais (que funcionam em várias nações ao mesmo tempo). Muito ricas e poderosas, elas impunham normas de produção e definiam os preços de seus produtos no mercado. Com os avanços promovidos na área da indústria e os recursos captados por aquilo que se convencionou chamar de “mundo desenvolvido” a partir da exploração de suas colônias ou áreas de dominação econômica, os sistemas de transporte e comunicação ampliaram-se, havendo a criação e difusão de ferrovias, telégrafos, sistemas de telefonia, além do uso dos automóveis, aviões, entre outros. Nessa fase da globalização, enquanto os países desenvolvidos produziam e forneciam produtos industrializados, as colônias e países subdesenvolvidos limitavam-se ao fornecimento de produtos primários.

No entanto, o capitalismo Industrial e Financeiro passou por várias transformações e desafios no decorrer do século XX. Após a Primeira Guerra Mundial (1914-18), os Estados Unidos emergiram como potência industrial e passaram a produzir mercadorias para uma Europa devastada pelo conflito.

Como explica Niveau,

A história da evolução capitalista, das origens aos novos dias, comporta evidentemente vários grandes períodos, assinalados por transformações estruturais profundas e certo ritmo de crescimento em longo prazo. Mas do

---

mais significativos foram os continentes asiático e africano. (IANNI, Octávio. Revolução e Cultura. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1983.

<sup>9</sup> O Capitalismo Industrial corresponde a um tipo de economia capitalista, em vigor nas primeiras décadas após a Revolução Industrial, em que a indústria assume o papel de predominância na atividade econômica. No capitalismo industrial os princípios base são a produção em massa, a divisão técnica do trabalho, a apropriação dos meios de produção pelos agentes econômicos privados, a separação entre os que detêm o fator produtivo capital e os que detêm o fator produtivo trabalho e por fim, a principal unidade produtiva é a fábrica. (NUNES, 2017. Disponível em: <http://knoow.net/cienceconempr/economia/capitalismo-industrial/>. Acesso em: 14 de agosto de 2018)

<sup>10</sup> Capitalismo Financeiro: Iniciada no século XX (após término da Segunda Guerra Mundial) e estendendo-se até os dias de hoje. Uma das consequências mais importantes do crescimento acelerado da economia Capitalista foi brutal processo de centralização dos capitais. Várias empresas surgiram e cresceram rapidamente: Indústrias, Bancos, Corretoras de Valores, Casas Comerciais e etc. A acirrada concorrência favoreceu as grandes empresas, levando a fusões e incorporações que resultaram a parti dos fins do século XIX, na monopolização de muitos setores da economia. ("História do Capitalismo" em Só História. Virtuoso Tecnologia da Informação, 2009-2018. Disponível em: <http://www.sohistoria.com.br/ef2/capitalismo/>. Acesso em 14 de Agosto de 2018.

que a guerra de 1914-1918, que acelerou certas tendências profundas da evolução econômica, a segunda guerra mundial, foi o ponto de partida de uma nova época. Após o esforço de reconstrução que permitiu o advento de nova cooperação internacional entre os países ocidentais, ingressamos numa nova revolução industrial, que é da energia atômica, da eletrônica e da conquista do espaço. Nunca foi tão rápido o ritmo do crescimento nos países industrializados. (NIVEAU, 1969, p. 08).

Com o passar dos anos, a produção norte-americana tornou-se maior do que a necessidade de consumo, o que gerou a quebra da Bolsa de Valores de Nova York, em 1929. Contudo, com a Revolução Russa de 1917, que se propôs a construir uma sociedade socialista, ameaçando a ordem burguesa mundial. O risco de o socialismo se espalhar pelo mundo acabou por dividi-lo em dois blocos econômicos, um liderado pelos Estados Unidos, o “bloco capitalista”; de outro, um liderado pela União Soviética, chamado de “bloco socialista”, embora não houvesse um sistema socialista de fato, no período denominado de Guerra Fria.

Como salienta Ianni,

Assim, a mundialização em curso no século XX, em especial depois da Segunda Guerra Mundial e mais ainda em seguida ao término da Guerra Fria, pode ser vista como um novo surto de mundialização da racionalidade própria da civilização capitalista ocidental. (IANNI, 2006, p. 152-153)

Se, por um lado, a Guerra Fria (1945 e 1989) gerou muito pânico no mundo a respeito de uma suposta guerra nuclear, por outro, esse período foi marcado por grandes avanços na área tecnológica, principalmente em razão da corrida armamentista e também da corrida espacial, que permitiu uma soma inestimável de conhecimentos científicos.

A partir da década de 1970, o capitalismo financeiro passou por uma nova fase, chamada de III Revolução Industrial ou Informacional. Enquanto a I e a II revoluções ampliaram a capacidade física e a precisão das atividades humanas, a III Revolução teve o objetivo de amplificar a mente, o raciocínio e a criatividade. Além disso, com a decadência do Fordismo no início dos anos 70 emergiu-se um novo modelo produtivo que estabeleceu novos padrões de produção industrial e características do trabalho, um modelo produtivo flexível que ficou conhecido como Toyotismo ou Pós-Fordismo, sendo uma forma de organização do trabalho que consiste em reduzir os custos de produção, diminuir os atrasos, produzir na melhor qualidade possível e evitar a superprodução.

Assim como Ferreira (1993) ressalta, que a III Revolução Industrial foi responsável por alterar os rígidos modelos de industrialização Taylorista e Fordista de delimitar o trabalho, baseada na influência do modelo Toyotista japonês, por meio da redução da hierarquia que visava incluir cada vez mais o trabalhador no processo.

A crise do taylorismo e do fordismo está diretamente ligada à crise estrutural, que resultou na reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação. O advento do neoliberalismo é resultado direto deste cenário, juntamente com a privatização do Estado e com a desregulamentação dos direitos trabalhistas. (ANTUNES, 1998).

Essa revolução caracteriza-se como um dos principais combustíveis para o desenvolvimento do capitalismo moderno e especialmente do processo de globalização, que visa uma flexibilidade de informações, além de um acelerado dinamismo no fluxo de capitais e mercadorias. Além disso, o sistema de hierarquia gerencial e as chamadas linhas de produção foram gradualmente substituídos por equipes multiquificação que trabalham em conjunto, o que diminuiu significativamente o esforço humano e os custos.

Holloway e Peláez salientam que:

A nova ordem, chamada de “pós-fordista” e às vezes de “neofordista”, é concebida como tendo as seguintes características: novos métodos de produção baseados na microeletrônica; práticas flexíveis de trabalho; posição muito reduzida dos sindicatos na sociedade; uma nova e acentuada divisão da classe trabalhadora em trabalhadores centrais e periféricos; maior grau de individualismo e diversidade social; e dominância do consumo sobre a produção. (HOLLOWAY e PELÁEZ 1998, p.22)

Com a III Revolução Industrial, as empresas passaram a substituir a mão de obra humana por máquinas e computadores. Com isso, postos de trabalho foram eliminados e, em diferentes ramos da economia, o trabalhador tradicional desapareceu. Essa fase decorre da Era da Informática, ou seja, do desenvolvimento dos microcomputadores e da ampliação crescente da oferta de informação, que deu um salto com a popularização da Internet, nos anos de 1990.

Para Otávio Ianni (2009), a globalização representaria uma última etapa do capitalismo, caracterizada por uma expansão dos meios de telecomunicações e informática, principalmente com o surgimento da internet, uma vez que essas

tecnologias facilitavam o acesso entre países, possibilitando a expansão dos negócios que antes estavam restritos apenas à esfera nacional.

Os instrumentos anteriormente existentes foram aperfeiçoados e novos meios de comunicação e deslocamento foram criados, promovendo, assim, uma maior e mais ampla integração mundial, embora ela permanecesse em níveis desiguais de desenvolvimento pelo mundo.

A partir de então, com a queda do regime comunista soviético em 1989, estabeleceu-se a chamada Nova Ordem Mundial<sup>11</sup>, cujas principais características são a globalização e o neoliberalismo. Isso porque houve então um avanço do sistema capitalista para todo o mundo, incluindo os países do então chamado “segundo mundo”, ditos socialistas ou de economia capitalista planificada.<sup>12</sup>

Segundo Ianni (1998), no período de ascensão da globalização, a ideologia neoliberal se sobressai em âmbito mundial, de modo que suas práticas e ideais estão presentes em todos os países. Ressalta-se, no entanto, que nesse cenário, o neoliberalismo não se desenvolveu de forma semelhante por todo o planeta, uma vez que seus princípios tendem a enfrentar as particularidades de cada pátria, tais como cultura, nacionalidade, ordenamento e orientação econômica, política e social. Atualmente, o neoliberalismo abrange principalmente as liberdades em relação às atividades que tangem o meio econômico, como sendo um fator essencial para as inúmeras maneiras de afabilidade entre as nações, através das corporações, empresas e organizações sociais.

Libâneo e Oliveira expõem que,

---

<sup>11</sup> A Nova Ordem Mundial é sustentada pela pobreza humana e a destruição do ambiente. Dá origem ao apartheid social, promove o racismo e os conflitos étnicos, mina os direitos das mulheres e, frequentemente, precipita os países para confrontos destrutivos entre nacionalidades. Desde os anos 90, tem vindo a estender o seu domínio a todas as principais regiões do Mundo, incluindo a América do Norte, a Europa Ocidental, os países do antigo bloco soviético e os Novos Países Industrializados(NPI) do Sudeste Asiático e do Extremo Oriente. (CHOSSUDOVSKY, 2003. Disponível em: <http://www.geografiaparatodos.com.br/index.php?pag=sl62>. Acesso em 20 de setembro de 2018)

<sup>12</sup> Economia capitalista planificada é um sistema econômico cuja produção é controlada pelo Estado, que define o planejamento e as metas da economia do país. Também chamada de Economia Centralizada ou Economia Centralmente Planejada, é o modelo proposto pelo Socialismo. O seu objetivo é suprir o mercado e garantir as necessidades sociais da população, o que é feito através da prosperidade econômica do Estado. (Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/economia-planificada/>. Acesso em 20 de setembro de 2018)

As transformações gerais da sociedade atual apontam a inevitabilidade de compreender o país no contexto da globalização, da revolução tecnológica e da ideologia do livre mercado (neoliberalismo). A globalização é uma tendência internacional do capitalismo que, juntamente com o projeto neoliberal, impõe aos países periféricos a economia de mercado global sem restrições, a competição ilimitada e a minimização do Estado na área econômica e social. (LIBÂNEO e OLIVEIRA 1998, p. 606)

A globalização é derivada da necessidade de expansão do sistema capitalista e, para se adquirir essa expansão foi necessário conquistar novos mercados para obter maiores lucros e acumular riquezas. O sistema capitalista tem como característica a busca pelo acúmulo de riquezas, onde o empregador explora a mão de obra operária, pagando baixos salários e, através disso, consegue reduzir a despesa de produção e aumentar a margem de lucro. É o que Marx denominou de *mais-valia*<sup>13</sup>, “Só é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista, servindo assim à auto expansão do capital” (MARX, 2001). E é dividida em duas classes: de um lado, o trabalhador que vende a sua força de trabalho em troca do salário para garantir a sua subsistência. Do outro, o empregador que é o dono de capital. Com a globalização, caminhamos juntos com dois “monstros”, a exclusão social e o poder da ideologia neoliberal, o primeiro, vítima do segundo. “O mesmo processo de globalização com que se desenvolve a interdependência, a integração e dinamização das sociedades nacionais, produz desigualdades” (IANNI, 2005, p.49).

Na contradição capital x trabalho está enraizada a concepção de questão social, em outros termos, é uma categoria que tem sua especificidade definida no âmbito do modo capitalista de produção.

Conforme salienta Pastorini,

A “questão social” propriamente dita remete à relação capital/trabalho (exploração), seja vinculada diretamente com o trabalho assalariado ou com

---

<sup>13</sup> A **mais valia** é um conceito da sociologia criado pelo alemão Karl Marx (1818-1883) no século XIX, o qual está relacionado com a força de trabalho, o tempo de realização e o lucro obtido. Trata-se de um conceito de economia política marxista em que o valor do trabalho e o salário recebido pelo trabalhador de nota uma desigualdade. Ou seja, o esforço do trabalhador não é convertido em valores monetários reais, o que desvaloriza seu trabalho. Em outros termos, a mais valia significa a diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador. É, portanto, a base de exploração do sistema capitalista sobre o trabalhador. Note que, muitas vezes, o termo é utilizado com sinônimo de “lucro”. Feito essa observação, o lucro do sistema capitalista é gerado pela relação existente entre a mais-valia e o capital variável, ou seja, os salários dos trabalhadores. (Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/a-mais-valia-de-karl-marx/>. Acesso em 20 de Setembro de 2018)

o 'não trabalho'; em segundo, que o atendimento da 'questão social' vincula-se diretamente aqueles problemas e grupos sociais que podem colocar em xeque a ordem socialmente estabelecida (preocupação com a coesão social); e, finalmente, que ela é expressão das manifestações e desigualdades e antagonismos ancorados nas contradições próprias da sociedade capitalista. (PASTORINI, 2007, p.111)

Em outras palavras, Telles, conceitua a questão social assim:

A questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação. (TELLES, 1996, p. 85)

A questão social resulta da divisão da sociedade em classes e da disputa pela riqueza socialmente gerada, cuja apropriação é extremamente desigual no capitalismo. Supõe, desse modo, a consciência da desigualdade e a resistência à opressão por parte dos que vivem de seu trabalho. Nos anos recentes, a questão social assume novas configurações expressões, e “as necessidades sociais das maiorias, as lutas dos trabalhadores organizados pelo reconhecimento de seus direitos e suas refrações nas Políticas públicas, arenas privilegiadas do exercício da profissão” sofrem a influência do neoliberalismo, em favor da economia política do capital. (IAMAMOTO, 2008, p. 107)

Conforme afirma Netto,

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a “questão social” – diferentes estágios capitalistas produzem diferentes manifestações da ‘questão social’; esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornando potência social dominante. A ‘questão social’ é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo. (NETTO, 2011, p. 157).

Para FRIGOTTO (2000), na forma específica que assume na virada do século, a globalização explícita, de um lado, uma espécie de vingança do capital contra a luta histórica dos trabalhadores, e suas vitórias parciais em barrar-lhe a violência; e, de outro, o aprofundamento da contradição entre o avanço extraordinário das forças produtivas e o caráter opaco das relações sociais.

O processo da globalização pode ser considerado como um processo de exclusão social. Nesse sentido, Chiavenato (1998) afirma que,

A globalização é parte de um processo de exclusão que, aproveitando-se dos mecanismos e dos meios de comunicação das massas, seleciona e hierarquiza para o consumo, dando a impressão que promove a igualdade, que o mundo é um só, que vivemos em uma sociedade global etc. E que isso se consegue com um consumo de duas pontas, que oferece a mesma "qualidade" de satisfação para pobres e ricos. (CHIAVENATO, 1998. P 45).

Para o Banco Mundial (2006), a globalização oferece aos países em desenvolvimento “enormes oportunidades de prosperar no marco da economia mundial, mas também os expõem à riscos maiores” o que justificaria a agenda de reformas neoliberais. As mudanças tecnológicas aceleram o ritmo do crescimento, mas também aumentam a “decalagem entre os que possuem e os que nada têm”.

A pobreza é em qualquer lugar do mundo entendida como privação ou ausência das necessidades básicas, podendo mudar a intensidade da privação como ausência total de recursos que impeçam o ser inclusive de se alimentar: condição primeira para sua sobrevivência, e diante de uma conjuntura social fragilizada e com desigualdades que não possibilitam minimamente ao cidadão uma renda fixa mensal compatível com suas necessidades básicas de sobrevivência e de sua família, cabe às Políticas sociais conhecer e estabelecer mecanismos de enfrentamento das vulnerabilidades sociais as quais a população está sujeita.

É importante registrar, também, que a Questão Social não é uma especificidade só de países “periféricos”, ela acompanha todo o desenvolvimento histórico do capitalismo, estando presente também nos países mais ricos, como nos ressalta Ianni,

A experiência já acumulada ensina que a questão social se recria todo tempo, em diversas formas, em todas as sociedades nacionais, inclusive nos países dominantes. Mesmo nesses países a questão social continua a desafiar os donos do poder, os setores sociais identificados como o neoliberalismo e a social democracia (IANNI, 2005, p. 143).

Seja nos países “centrais” ou nos países “periféricos”, para Ianni (2005), as políticas neoliberais obstaculizam a efetivação plena dos direitos sociais e aprofundam a Questão Social, pois buscam reduzir o papel do Estado na promoção

e proteção de direitos considerados básicos, tais como alimentação, moradia e saúde, aumentado ainda mais as disparidades sociais.

Neste contexto, Yazbek (2001) ressalta que, a pobreza é naturalizada pela sociedade e legitimada pelo discurso neoliberal, como um problema estrutural. Há uma incompatibilidade entre os ajustes estruturais da economia à nova ordem capitalista internacional e os investimentos sociais do estado brasileiro, esse discurso vem estimulando uma nova forma de enfrentamento da questão social baseada na filantropia revisitada, a ação humanitária, o dever moral de assistir aos pobres, desde que este não se transforme em direito ou em políticas públicas dirigidas à justiça e igualdade, bem como, à volta aos programas mais residuais, orientados por uma perspectiva privatizadora. Está em construção uma forma despolitizada de abordagem da questão social, da pobreza e da exclusão social. Despolitiza o reconhecimento da questão social brasileira, como expressão de relações de classe e nesse sentido desqualifica-a como questão pública, política e nacional, deslocando a pobreza do debate político. Isso implica no sucateamento dos serviços públicos, destituição de direitos trabalhistas e sociais, nos recuos constitucionais, ou seja, crescem os "abismos entre o país real e o país legal".

Transformar o pobre em cidadão (através da inserção no mundo do trabalho), torna-se tarefa difícil, que esbarra na herança perversa de uma pobreza persistente e naturalizada, em uma sociedade cada vez mais desigual que, mesmo com o aumento visível da pobreza, "não instaura o debate público sobre a justiça e a igualdade, pondo em foco as iniquidades inscritas na trama social." (TELLES, 1999. p.18-19).

No Brasil onde a desigualdade econômica e social é desorganizada, é se fazem necessário e esperado que os sistemas de proteção social se organizem e se estruturam com propostas de enfrentamento a pobreza. No entanto, mudar as condições de pobreza e vulnerabilidades historicamente instituídas por que passa a sociedade brasileira não é algo simples, pequeno e imediato, isso é um processo complexo e que agrega, ao mesmo tempo, aspectos econômicos, sociais e políticos, solicitando o planejamento e a integração de políticas estruturantes que a médio e longo prazo possam enfrentar esse quadro. Tendo em vista que o enfrentamento da pobreza no Brasil só seguira uma linha de igualdade, quando no plano político não houver mais a barganha de se utilizar a mesma para benefícios próprios, pois a

pobreza gera aos governantes uma satisfação de “futuros projetos”, e ganhos pessoais seja ele partidário ou pessoal. Quando de fato, a pobreza é uma articulação para ganhos de votos e manipulação para o poder, gera uma sociedade alienada e vulnerável frente às políticas públicas e no enfrentamento das desigualdades sociais e econômicas.

### **1.3 A família brasileira e suas transformações na contemporaneidade**

A família abordada enquanto unidade doméstica centra-se nas condições materiais, isto é, na manutenção da vida: alimentação, vestuário, habitação, repouso. No passado, o grupo familiar, era uma unidade de produção, encarregando-se, ela própria, da produção dos meios de sobrevivência. Enquanto instituição, a família pode ser entendida como um conjunto de normas e regras, historicamente constituídas, que governam as relações de sangue, adoção, aliança, e determinam a filiação, os limites do parentesco, da herança e do casamento. O conjunto de regras e normas está contido nos costumes e na legislação, apresentadas no Código Civil. A família também pode ser entendida como um conjunto de valores determinados como ideologia, estereótipos, preceitos, representações sobre o que ela deve ser. Ao longo da história no mundo ocidental, as teorias de como a família deve ser couberam inicialmente à igreja, em seguida ao Estado, e, finalmente, à própria ciência. Estas entidades organizaram várias regras e recomendações de como deveria ser o comportamento das pessoas. Atualmente são os meios de comunicação que divulgam e “ditam” novas ideias, orientações e estudos comportamentais relativos à família e seus membros.

Segundo afirmação de Da Mata:

Família não é apenas uma Instituição social capaz de ser individualmente, mas constitui também, e particularmente, um valor. Há uma escolha, por parte da sociedade brasileira, que valoriza a família, como uma Instituição fundamental à própria vida social; é um grupo social e uma rede de relações; funda-se na genealogia e nos elos jurídicos, mas também se faz na consciência social, intensa e longa. (DA MATA, 1987, p. 145)

Estudos apontam que, originalmente, as famílias organizavam-se sob a forma matriarcal, consequência da vida nômade dos povos primitivos.

Em um momento da história no qual a civilização já se encontrava em uma etapa adiantada, o poder era exercido pelas mulheres, particularmente pelas mães do grupo. Esta expressão vem do latim *mater*. 'Mãe', e do grego *achei*, que tem o sentido de 'governar' – governo da mãe.

O Matriarcado caracteriza-se pela matrilinearidade<sup>14</sup> e pela matrifocalidade<sup>15</sup>. O ponto mais importante, porém, é que estas detêm o monopólio da partilha dos recursos do clã, principalmente dos alimentos. Isto lhes confere tão vasto poder, que elas imprimem sua condição matriarcal à sociedade, determinando assim a supremacia política feminina. Assim como explana Davis (1971): "A história registrada começa com uma revolução patriarcal. Deixe-a continuar com a contrarrevolução matriarcal que é a única esperança para a sobrevivência da raça humana."

Todas as decisões partiam das mulheres, as quais eram responsáveis por tudo que ocorria na tribo. Nesta época, tudo era considerado interligado, não só as pessoas entre si, mas também o Homem e a Natureza, que se constituíam em um todo harmônico, que deveria ser honrado e respeitado. Tudo era considerado sagrado, parte da Divindade. Esta mentalidade se cristalizou de tal forma, que até nossos dias o Matriarcado persiste na psique como um valor mítico, impregnado de uma aura venerável.

Nesta modalidade sócio-política o marido é considerado apenas como o lavrador que lança sua semente na terra, esta sim responsável pela germinação. O homem, portanto, é apenas o ser anônimo que dá início a um processo de criação. Em um determinado instante, porém, inicia-se a queda do Matriarcado, mais ou menos por volta de 2000 A.C., oscilando a data precisa de local para local. Pouco se sabe sobre esta fase de transição. A população cresceu, os conflitos territoriais se intensificaram, surgiu o desejo de domesticar a Natureza, que foi perdendo seu status sagrado. O fato é que esta passagem se prolongou por pelo menos 1000 anos, até o domínio completo do masculino. Nessa época, os homens ainda desconheciam as técnicas do cultivo da terra, e precisavam sair em busca de

---

<sup>14</sup> -Modalidade parental na qual as gerações que se sucedem são identificadas pela linha maternal. (On-Line, Dicionário informal, em 30-07-2014, disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/matrilinearidade/>)

<sup>15</sup> -A gestão doméstica e familiar é realizada pelas mulheres. (On-Line, por Dicionário Informal em 08-04-2010, disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/matrifocal/>)

alimento. As mulheres permaneciam com a prole, que crescia praticamente sob a influência exclusiva da genitora. Essa situação genuinamente prepondera a figura materna e, em certas sociedades matriarcais essas mulheres possuíam o direito de propriedade e certos privilégios políticos.

Com a proibição do relacionamento sexual entre pais e filhos e entre irmãos, surgiu a família punaluaana, também conhecida como família por grupo, onde os membros se uniam com componentes de grupos diferentes. Nesse contexto, os homens poderiam se casar somente com um elemento de outro grupo. Na família sindesmática ou de casal, a união acontecia entre casais que respeitavam o tabu do incesto, mas sem a obrigatoriedade do casamento intergrupos. Este tipo de família, encontrada entre os nômades, tinha como característica a convivência de vários casais no mesmo espaço e sob a autoridade matriarcal.

Da divisão das obrigações, oriunda do desenvolvimento da agricultura, teria originado a família patriarcal, criada sob a autoridade absoluta do patriarca ou “chefe da família” que, na maioria das vezes, vivia em um regime poligâmico, tendo as mulheres isoladas em determinados locais chamados de Gineceus<sup>16</sup> e Haréns<sup>17</sup>.

Da divisão das obrigações, oriunda do desenvolvimento da agricultura, teria originado a família patriarcal, criada sob a autoridade absoluta do patriarca ou “chefe da família” que, na maioria das vezes, vivia em um regime poligâmico. Assim, Costa menciona que,

Dependendo juridicamente, afetivamente, moralmente e religiosamente do marido, prestava-se docilmente a organizar a produção econômica da casa, supervisionando o trabalho escravo. Mão-de-obra gratuita, a mulher permitiu por muito tempo a autossuficiência das residências, fenômeno necessário ao despotismo senhorial sobre a cidade (...). A dona de casa era enfermeira, médica, sacerdote e professora, distribuindo medicamentos em caso de doenças, ensinando aos filhos as primeiras letras e cumprindo uma enorme quantidade de obrigações religiosas (terços, novenas, promessas, entre outros (COSTA, 1989, p.93.)

---

<sup>16</sup> - Local da casa onde os gregos acomodavam as mulheres, apartadas dos homens que, por extensão, passou a significar também uma instituição em que só as mulheres podem participar. (Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico (On-Line). Porto: Porto Editora, 2003-2017.

<sup>17</sup> - Um grupo de mulheres que habitam e compartilham uma casa, vivendo sobre as regras de um casamento poligâmico. (Dicionário infopédia da Língua Portuguesa com Acordo Ortográfico (On-Line). Porto: Porto Editora, 2003-2017.

A origem etimológica da palavra família, que deriva do vocábulo latino *famulus* que significa escravo doméstico, o que pressupõe que, primitivamente, se considerava a família como sendo o conjunto de escravos ou servos de uma mesma pessoa. Isso nos remete à compreensão da natureza possessiva das relações familiares entre os povos primitivos. Nessa relação, a mulher obedecia seu companheiro como se fosse seu proprietário e dono. Os filhos pertenciam a seus pais, a quem deviam suas vidas e, por conseguinte, esses se julgavam com total direito sobre elas. O sentido de posse e de poder estava perceptivelmente ligado à origem e evolução do grupo familiar.

Talvez as raízes da palavra família expliquem porque até hoje existam filhos e esposas submissos ao chefe de família, sem opinar ou questionar sobre os problemas dentro do contexto familiar.

As famílias, até então, não tiveram necessariamente a reprodução cotidiana ou geracional como função específica ou exclusiva, e, em muitos momentos, desempenharam simultânea e prioritariamente, funções políticas e econômicas.

A instituição família consolidou-se na antiga aristocracia<sup>18</sup>, não propriamente por laços afetivos, mas visando à questão econômica, ou seja, além do vínculo consanguíneo, a maior preocupação era assegurar que o poder aquisitivo não saísse das mãos de seus membros.

Podemos citar quatro modelos de organização familiar, considerados de abordagem mais relevante quais sejam: a família aristocrática dos séculos XVI e XVII, a família camponesa dos séculos XVI e XVII, família burguesa de meados do século XIX e a família da classe trabalhadora do início da Revolução Industrial.

A família Aristocrática (Séculos XVI e XVII), a composição da casa nobre estava longe de ser estável, criados e clientes entravam e saíam da casa nobre; crianças de ambos os sexos eram enviadas para serem criadas em outras residências nobres. Segundo demógrafos, os aristocratas eram propensos a terem mais filhos do que a classe inferior, e com índice de mortalidade infantil inferior. Os aristocratas relacionavam-se sexualmente com a criadagem e com outros da mesma

---

<sup>18</sup> – É uma forma de organização social e política em que o governo é monopolizado por uma classe privilegiada. O poder político era exercido por uma elite, um pequeno grupo de cidadãos escolhidos pela nobreza, prestígio social ou privilégios herdados de determinadas áreas científica, religiosa, artística etc. (On-Line, Significados, disponível em <https://www.significados.com.br/aristocracia/>)

classe. As concubinas eram aceitas publicamente. Quase sempre as mulheres eram consideradas criaturas tão sexuais como os homens e assuntos como sexo e amor não eram assuntos privativos e secretos. O trabalho dos nobres era na guerra, servindo o rei e mantendo a ordem. As esposas eram figuras ativas, mas suas funções principais era conceber filhos e organizar a vida social. Em geral, não se ocupavam da administração da casa e nem com a criação dos filhos. A ordem na casa era organizada hierarquicamente, independente de influência externa. O Rei procurava controlar os nobres, com exceção no ambiente familiar, interferia somente em ocasiões raras. Torna-se perceptível que as famílias aristocratas dispensavam pouco valor à privacidade, cuidados maternos, amor romântico e relações íntimas com as crianças. A vida emocional dos filhos não girava em torno dos pais.

A organização familiar camponesa dos povoados que viviam em aldeias era diferente da classe dominante, a família camponesa estava interligada num vasto círculo de sociabilidade, onde a unidade básica da vida camponesa no início do período moderno não era a família conjugal, mas a aldeia. A aldeia era a família do camponês. A autoridade social não estava embutida na figura do pai, mas na própria aldeia. Em alguns locais, o senhor da terra e o pároco eram autoridades efetivas, mas no controle e nas regras do dia a dia prevaleciam os costumes e as tradições da aldeia. Nenhum fato importante acontecia no contexto familiar sem que fosse conhecido ou fiscalizado pela aldeia. Casamento, relações entre marido e mulher, e entre pais e filhos tudo passava pelo crivo dos aldeões, que impunham regras e sanções.

De acordo com Abramovay,

Uma agricultura familiar altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode nem de longe ser caracterizada como camponesa (ABRAMOVAY, 1992: p.22)

Camponeses e camponesas tinham funções separadas a desempenhar e, geralmente, as mulheres eram submissas, embora o trabalho dessas mulheres fosse imprescindível para a sobrevivência da família e da comunidade. Nessa classe, as mulheres trabalhavam duramente por longas horas, cozinhavam, cuidavam dos filhos, dos animais domésticos e da horta e juntavam-se ao resto da aldeia nos períodos da colheita. As mulheres regulavam os casamentos e fiscalizavam os

namoros. Agindo desta forma, o patriarcado camponês tornava-se diferente do aristocrata e do burguês.

Assim sendo, Marx vem discutir que,

Os pequenos camponeses constituem uma imensa massa, cujos membros vivem em condições semelhantes, mas sem estabelecerem relações multiformes entre si. Seu modo de produção os isola uns dos outros, em vez de criar entre eles um intercâmbio mútuo... na medida em que milhões de famílias camponesas vivem em condições econômicas que as separam umas das outras e opõem o seu modo de vida, os seus interesses e sua cultura aos das outras classes da sociedade, estes milhões constituem uma classe. Mas na medida em que existe entre os pequenos camponeses apenas uma ligação local e em que similitude de seus interesses não cria entre eles comunidade alguma, ligação nacional alguma, nem organização política, nessa medida não constituem uma classe. (MARX, s/d, p. 277).

No âmbito da família conjugal, as crianças não eram tidas como propriedades dos pais, nem tampouco consideradas o centro da vida. Os laços afetivos, em vez de limitados a pais e filhos, estendiam-se para fora, envolvendo a aldeia e antepassados. Os mortos eram considerados parte da comunidade. Segundo alguns historiadores, as crianças camponesas, ainda muito pequenas, eram abandonadas durante o dia todo, tendo que se arranjar sozinhas quando o campo exigia a presença de suas progenitoras. As relações entre pai e filho não continham intimidade ou intensidade emocional, as sanções eram impostas com castigos físicos. Provavelmente não internalizava figuras parentais de forma profunda, uma vez que a vida emocional da criança era condicionada pelos ritmos da aldeia, e extensas tradições e costumes.

Em meados do século XIX, a família burguesa, nuclear por definição, habitava as áreas urbanas. Sabe-se que, de 1750 até o presente momento histórico, o padrão demográfico da família burguesa evoluiu gradualmente para um padrão de baixa fertilidade e baixa mortalidade. O planejamento familiar inicia-se nesse grupo. No dia a dia, as relações entre os componentes da família burguesa assumiram um modelo característico de intensidade emocional e de privacidade. O casamento trouxe para esse grupo o conflito que oscila entre as necessidades da preservação da acumulação de capital e o valor de escolha individual.

Assim sendo, Motta e Zarth ressaltam que,

O campesinato, forma política e acadêmica de reconhecimento conceitual de produtores familiares, sempre se constituiu, sob modalidades e intensidades distintas, um ator social da história do Brasil. Em todas as expressões de suas lutas sociais, seja de conquista de espaço e reconhecimento, seja de resistência às ameaças de destruição ao longo do tempo e em espaços diferenciados, prevalece um traço comum que as define como lutas pela condição de protagonistas dos processos sociais. (MOTTA e ZARTH, 2008)

Com a chegada da Família Real em 1808, o Brasil passa por um processo de transformação e de urbanização criando uma nova sociedade mais preocupada com o crescimento das cidades, o consumo começou a ser valorizado. A mulher ganha um papel de destaque nessa nova fase da sociedade. As casas ganharam evidência e começa assim uma nova fase de abertura para a vida social, esse processo foi incentivado e preparado pelos médicos da época que ficaram responsáveis por sedimentar os novos padrões de civilidade. (SILVA e ZACARON, 2004)

A burguesia definiu-se moralmente, em contraste com o proletário promíscuo e a nobreza sensual, como uma classe dotada de virtuosa renúncia. O excesso desse comportamento “virtuoso” levou a burguesia à divisão entre o casamento e o amor, de um lado, e sexualidade de outro. A burguesia definiu-se moralmente, em contraste com o proletário promíscuo e a nobreza sensual, como uma classe dotada de virtuosa renúncia. O excesso desse comportamento “virtuoso” levou a burguesia à divisão entre o casamento e o amor, de um lado, e sexualidade de outro. Na família burguesa, as relações eram consolidadas mediante rigorosas divisões de papéis sexuais. O marido era chefe dominante e provia seu sustento da família. A esposa era considerada ser não pensante e menos capaz, zelava apenas do lar, em alguns casos, com a ajuda de criadas. O principal interesse da esposa centrava-se nos filhos. As crianças burguesas em idade pré-escolar, em maioria, não conviviam com outras crianças, mas com os adultos da casa. A partir de 1830, o Estado começou a elaborar orientação e normas que envolviam assuntos de família, mas, geralmente, só havia intervenção nos assuntos de famílias, ou seja, ninguém fiscalizava o tratamento das crianças burguesas. Com inovadoras formas de amor e autoridade, a família burguesa criou uma nova estrutura emocional.

A família da classe trabalhadora (meados séculos XIX) surge entre o campesinato deslocado<sup>19</sup> e os níveis mais baixos da sociedade urbana. E desenvolve uma organização e família sob condições de agonia social e econômica, entretanto, no decorrer do tempo, a família da classe trabalhadora passou a se parecer muito com a família burguesa. A alta fertilidade, a alta mortalidade e a baixa expectativa de vida marcaram essa classe no período inicial da industrialização. Os salários eram baixos, crianças também precisavam trabalhar para ajudar no sustento da família. As condições de vida eram ruins, as horas trabalhadas giravam em torno de 14 a 17 horas diárias. Os filhos a partir dos 13 e 14 anos saiam de casa em busca de trabalho. Os jovens proletários declaravam muito cedo independência dos pais. Esses grupos de jovens, alvos de preocupação constante, eram denominados “delinquentes juvenis”. Nessa classe os jovens estavam propensos a casarem-se mais cedo do que na burguesia. As relações entre homens e mulheres tendiam a subverter os padrões patriarcais, dado que as mulheres trabalhavam fora de casa e ainda faziam afazeres domésticos.

Na família da classe trabalhadora, os filhos eram criados de maneira informal, mais antiga, sem a constante atenção e fiscalização da mãe. As crianças eram forçosamente amamentadas ao peito por mãe subalimentada, cansada e preocupada. Nesse período, os cuidados com a higiene e controle genital eram negligenciados. Assim, os filhos do proletariado eram muito mais criados pela rua do que pela família. O padrão de autoridade imposto à criança da classe trabalhadora era semelhante à da classe dos camponeses, sem, contudo, ser fechada dentro de uma aldeia, mas jogada no mundo capitalista industrial. A maior influência sobre as condições de vida da classe trabalhadora, tenha sido os movimentos sindicalistas que, coletivamente, lutaram pela melhoria de vida dos operários da época. Nesse período também os operários do sexo masculino estavam predispostos a formar pequenos grupos que oscilavam entre trabalho e bar. As mulheres, por sua vez, passaram a formar comunidades nas residências. Dessa forma, a família passava por novas transformações de organização e atribuição.

Neste sentido, Marx e Engels destacam que,

---

<sup>19</sup> Campesinato é como se define a articulação dos camponeses em uma classe. É um conceito político de definição da classe camponesa. Campesinato é o conjunto dos camponeses articulados como classe camponesa. . (On-Line, por Dicionário inFormal,) Por Valter Israel da Silva (DF) em 09-10-2012. Disponível em: <http://www.dicionarioinformal.com.br/campesinato/>

A solidariedade das massas operárias ainda não é consequência da sua própria união, mas a consequência da união da burguesia, a qual, para atingir os objectivos políticos que lhe são próprios, tem de pôr em movimento todo o proletariado (...). Nesta fase os proletários combatem, pois, não os seus inimigos, mas os inimigos dos seus inimigos, os restos da monarquia absoluta, os senhores da terra, os burgueses não industriais. Todo o processo histórico está, assim, concentrado nas mãos da burguesia; todas as vitórias assim alcançadas são vitórias da burguesia». (MARX e ENGELS, 1975: p.69).

Na história da família, seja no pré ou na pós-industrial, a família permanece como a unidade social ou núcleo básico de uma sociedade. A mudança mais importante que se contatou na família está baseada na migração das áreas rurais para as grades cidades ou centros urbanos da área industrial.

Prado, (1981) salienta: “com a industrialização e a produção de bens em grande escala as funções familiares foram se transformando e se restringindo, e hoje podemos indicar como ainda prioritárias e exclusivas”. Ao separar o mundo do trabalho do mundo familiar, acabou-se auxiliando no processo de transformação da família de pública para privada. O meio econômico, a industrialização e a urbanização são as principais influências para as primeiras grandes modificações familiares. (SANTOS, 2005)

A Constituição Federal de 1988 passou a priorizar a família como base da sociedade admitindo suas novas formas, estabelecendo assim novos valores sociais, a partir da valorização da pessoa humana, além de assegurar o tratamento prioritário às crianças e aos adolescentes conforme seu melhor interesse, fundamentado na igualdade e dignidade da pessoa humana.

Percebe-se que uma nova compreensão de família se organiza em nossos dias, ocorrendo assim, uma sensível mudança nos conceitos básicos. O conceito de família tornou-se mais amplo, mais de acordo com a realidade, traduzindo assim, a família atual. Hoje vivemos com uma pluralidade de formas de organismos familiares e é crescente a visibilidade de muitas relações até então condenadas.

Podemos observar que existe uma radical mudança na composição familiar, nas relações de parentesco e na representação de tais relações na família. Tal representação tem seu fundamento direto na transformação da configuração familiar e também nas relações sociais, ocasionando impacto profundo na construção da identidade de cada componente no interior da família. Essa construção da

identidade irá rebater nas relações sociais ampliadas, não somente no contexto familiar. Nesse contexto encontramos a “nova família”, que se caracteriza pelas diferentes formas de organização, relação e em um cotidiano marcado pela busca do novo. Os arranjos diferenciados podem ser propostos de diversas formas, renovando conceitos preestabelecidos, redefinindo os papéis de cada membro do grupo familiar.

Conforme Ferrari e Kaloustian,

A família, da forma como vem se modificando e estruturando nos últimos tempos, impossibilita identificá-la como um modelo único ou ideal. Pelo contrário, ela se manifesta como um conjunto de trajetórias individuais que se expressam em arranjos diversificados e em espaços e organizações domiciliares peculiares. (FERRARI e KALOUSTIAN,2002, p.14)

A composição pode variar em uniões consensuais de parceiros separados ou divorciados; uniões de pessoas do mesmo sexo; uniões de pessoas com filhos de outros casamentos; mães sozinhas com seus filhos, sendo cada um de um pai diferente; pais sozinhos com seus filhos; avós com os netos; e uma infinidade de formas a serem definidas, colocando-nos diante de uma nova família, diferenciadas do clássico modelo de família nuclear.<sup>20</sup>

Portanto, segundo Granato e Mari,

A mudança nesse padrão tem resultado em novos e surpreendentes quebra-cabeças familiares: filhos de pais que se separam, e voltam a se casar, vão colecionando uma notável rede de meios-irmãos, meias-irmãs, avós, tios e pais adotivos. (GRANATO e MARI,1999, p.269)

Já a família mosaica, igualmente vista como família pluriparental, seriam aquelas que derivam dos vínculos parentais, estabelecidas por meio da separação, divórcio, desuniões, recasamento, é o que esclarece Dias (2009).

A respeito desta moderna espécie de família expõe Chagas,

Nessa nova organização as famílias passam a receber o “marido da mãe”, os filhos do “marido da mãe”, os filhos da nova esposa do pai, as famílias de

---

<sup>20</sup> A família nuclear normalmente é composta pelos pais e irmãos. No entanto, este conceito é flexível, já que muitas vezes os avós (ou outros parentes) podem morar na mesma casa e por isso são considerados como família nuclear. Em outros casos, um ou os dois pais podem não estar presentes por algum motivo, não fazendo parte da família nuclear. (On-Line, SIGNIFICADOS. Disponível em: <https://www.significados.com.br/familia/>)

origem de cada um dos novos pares, cada um trazendo para o núcleo familiar sua própria cultura. (CHAGAS, 2007, s/p)

Não é conferido ao padrasto responsabilidades, exemplificativamente, não se admite ao filho do cônjuge ou companheiro os alimentos, ainda que confirmada a relação afetiva, ainda que este tenha lhe sustentado durante o tempo em que residiu com o genitor. O que se admite, por causa do que prevê o princípio da solidariedade, seria o direito a visitas. Garante Dias (2009) que “As famílias pluriparentais são caracterizadas pela estrutura complexa decorrente de multiplicidade de vínculos, ambiguidade das funções dos novos casais e forte grau de interdependência”.

A tendência atual é de que a convivência familiar se torne socializada e visualizada como um local onde existe a mudança, evoluindo por meio do diálogo. O mundo familiar mostra-se em uma variedade de formas de organização, com crenças, valores e práticas desenvolvidas na busca de soluções para os desafios que a vida vai trazendo. As temáticas sobre a família contemporânea podem nos levar por diferentes realidades em transformações, e por questões complexas, pois geralmente temos uma família ou um modelo familiar internalizado.

As novas configurações familiares estão cada vez mais presentes, não podemos dizer que são socialmente aceitas. Há o embate entre o real vivido e o que se idealiza. Instalam-se no interior das famílias, diversificadas maneiras de vivenciar a questão de gênero. As atualizações ocorridas podem ter o lado bom e o lado difícil, em que é necessária a compreensão dessas relações diversificadas.

Nessa perspectiva podemos evidenciar o que nos ensina Dias,

Agora o que identifica a família não é nem a celebração do casamento nem a diferença de sexo do par ou envolvimento de caráter sexual. O elemento distintivo da família, que a coloca sob o manto da juridicidade, é a presença de um vínculo afetivo a unir as pessoas com identidade de projetos de vida e propósitos comuns, gerando comprometimento mútuo. Cada vez mais, a ideia de família se afasta da estrutura do casamento. (DIAS, 2005, p.39)

Pode-se afirmar que a instituição familiar teve que se adequar às novas exigências que foram surgindo com relação à contemporaneidade trazendo várias mudanças na cultura, nos costumes, hábitos, e na evolução nos tipos de relacionamentos, assim como dos pais para com os filhos.

Nesse contexto de transformações na instituição familiar, surgiu a luta pelo reconhecimento da união homo afetiva, pessoas do mesmo sexo ligadas por um elo afetivo que juntas querem formar sua própria família, mas embora não esteja prevista na Constituição Federal, está amparada pelo princípio fundamental de que todas as pessoas são regidas pelas mesmas regras, da condição de igualdade e é uma realidade da sociedade contemporânea.

Assim como salienta Dias,

A Constituição Federal, rastreando os fatos da vida, viu a necessidade de reconhecer a existência de outras entidades familiares, além das constituídas pelo casamento. Assim, enlaçou no conceito de família e emprestou especial proteção à união estável (CF 226 §3º) e à comunidade formada por qualquer dos pais com seus descendentes (CF 226 §4º), que começou a ser chamada de família monoparental. No entanto, os tipos de entidades familiares explicitados são meramente exemplificativos, sem embargo de serem os mais comuns, por isso mesmo merecendo referência expressa. [...]. Dita flexibilização conceitual vem permitindo que os relacionamentos, antes clandestinos e marginalizados, adquiram visibilidade, o que acaba conduzindo a sociedade à aceitação de todas as formas que as pessoas encontram para buscar a felicidade. (DIAS, 2007, p. 38-39).

Uma das novas modalidades de família é a Ana parental, que seria aquela que se fundamenta no afeto familiar, que assinala como uma família sem pais.

Neste mesmo contexto descreve Almeida,

É aquela constituída basicamente pela convivência entre parentes dentro de uma mesma estrutura organizacional e psicológica, visando a objetivos comuns, que residem no mesmo lar, pela afetividade que os une ou por necessidades financeiras ou mesmo emocionais, como o medo de viver sozinho. (ALMEIDA, 2007, s/p)

O que se deve ter em mente é que hoje, porém a palavra família ganhou novos significados e valores, é importante compreender esse termo como algo maior que um conjunto de pessoas.

Neste sentido o IBGE entende a palavra família como,

Conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar. Entende-se por dependência doméstica a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família, e por normas de convivência as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que moram juntas, sem estarem ligadas por laços de parentesco ou

dependência doméstica. Consideram-se como famílias conviventes as constituídas de, no mínimo, duas pessoas cada uma, que residam na mesma unidade domiciliar, domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo” (IBGE,2010, p.81).

A Constituição Federal do Brasil oferece elementos para essa temática caracterizando a família como: “base da sociedade; tem especial proteção do Estado. (...) é uma comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes.” (CF: 1988, Cap. VII, art. 226, §4º).

Ressalta-se também a classificação oferecida pela (NOB/SUAS, 2005) que define a família como “núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional”. Relevante é considerar também o conceito de família segundo o Programa Nacional de Assistência Social (2004) “o grupo de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou de solidariedade”.

Não importa de qual tipo familiar se faça parte, ele é o lugar onde todos os integrantes têm direito a igualdade e a proteção social (SIERRA, 2011). Neste aspecto (SAMARA, 1998) oferece complemento dividindo os papéis familiares em socialização, identificação social, reprodução e funções econômicas.

### 1.3.1 A mulher no cenário contemporâneo como “chefe de família”

A inserção da mulher no mercado de trabalho gerou sua saída da esfera privada da casa, do lar, da família, para a vida pública, descaracterizando a família nuclear. Ao longo das gerações, outros fatores também contribuíram para as transformações da dinâmica familiar como o movimento feminista, que reivindicava igualdade entre os homens e as mulheres no que diz respeito aos direitos, às condições de trabalho e a diversos outros direitos que as mulheres não desfrutavam igualmente com os homens.

As transformações do grupo familiar continuam a acontecer, sobretudo em resposta às ideias relativas aos primeiros anos da década de 1970, produzidas no contexto do movimento feminista de inspiração marxista.

Assim como salienta Bruschin,

Segundo essa vertente do marxismo, a família seria um grupo social voltado para a reprodução da força de trabalho, na qual os membros do sexo feminino se encarregariam da produção de valores de uso na esfera

privada, cabendo aos homens a produção de valores de troca, através da venda de sua força de trabalho no mercado. Dentro dessa ótica a família seria uma instituição mediadora entre o mercado de consumo e o de trabalho, consumindo os meios de subsistência adquiridos no mercado e reproduzindo a força de trabalho que, por sua vez, seria vendida ao Capital, no mercado de trabalho (BRUSCHINI, 2000, p. 59)

Os acontecimentos sociais, políticos e culturais da década de 1970 que marcaram as relações entre homens e mulheres, abrindo a possibilidade de serem realizadas discussões acerca das transformações das estruturas sociais e familiares vigentes à época, para dar lugar à nova sociabilidade nas relações entre os indivíduos e destes para com a sociedade como um todo.

Como afirma Sarti,

Da experiência de resistência das mulheres à ditadura aliaram-se as mudanças por que vinha passando o país sob o regime autoritário, ainda que durante sua fase mais amena, o processo chamado de “distensão lenta e gradual” dos últimos governos militares. A expansão do mercado de trabalho e do sistema educacional que estava em curso num país que se modernizava, gerou, ainda que de forma excludente, novas oportunidades para as mulheres. Este processo de modernização, acompanhado pela efervescência cultural de 1968, de novos comportamentos afetivos e sexuais relacionados ao acesso a métodos anticoncepcionais e ao recurso às terapias psicológicas e à psicanálise, influenciou decisivamente o mundo privado. Novas experiências cotidianas entraram em conflito com o padrão tradicional de valores nas relações familiares, sobretudo por seu caráter autoritário e patriarcal. Nessas circunstâncias, o Ano Internacional da Mulher, 1975, oficialmente declarado pela ONU, propicia o cenário para início do movimento feminista no Brasil, ainda fortemente marcado pela luta política contra o regime militar (SARTI, 2001, p. 06).

Finalmente, todo esse processo resultou em grandes movimentos femininos que passaram a questionar as relações de subordinação da mulher ao homem, ou seja, os padrões hierárquicos de poder. Além do debate, que perdura até hoje, acerca da particularidade da “questão social” na vida das mulheres, devido à histórica situação de dominação/exploração a que são submetidas. Visualizado tanto no âmbito público, quanto no privado, por meio de inúmeras expressões, entre elas, a pauperização, a pouca participação na política, economia e ciência, a divisão sexual do trabalho, o controle da sexualidade e o uso da violência.

É preciso resistir aos apelos advindos do capital, do pensamento neoliberal, e lutar rumo a uma sociedade diferenciada.

No capitalismo, a família se constitui então, como o espaço privado. O Estado não provia políticas sociais e havia hegemonia do ideário liberal que indicava a

regulação por parte do mercado das relações sociais. A família era vista como o “canal natural” de proteção social vinculado às suas possibilidades de participação no mercado para compra de bens e serviços necessários à provisão de suas necessidades. O grau de valorização da família vai aumentando até chegar a ser colocada como instância primordial da sociedade. Salienta Miotto (2008), “Na formação capitalista sob a égide do liberalismo, a família se conforma com o espaço privado por excelência, e como espaço privado, deve responder pela proteção social de seus membros.

Na contemporaneidade, nota-se, cada vez mais, uma divisão de trabalho no âmbito familiar, caracterizando uma espécie de ajuda mútua do casal ou dos membros familiares para a manutenção da sobrevivência de toda a família.

Segundo explica Carvalho,

O conceito de ‘chefia família’ tem sua origem nas sociedades antigas, em que geralmente era associado aos homens exercerem a chefia familiar, haja vista que para tal função o valor econômico do homem como provedor financeiro estabelecia a relação de co-dependência dos membros familiares, esposa, filhos e mães dando-lhe, neste sentido, o atributo de responsabilidade da família e sucessivamente o poder sobre os demais membros do domicílio. (CARVALHO, 1998, p. 52).

No entanto, atualmente, a chefia familiar não é mais uma exclusividade dos homens. As mulheres estão se tornando cada vez mais importantes na obtenção de recursos para o sustento da família, entretanto, não se deve deixar de considerar o fato de, ainda hoje, as mulheres serem geralmente detentoras de menos salários, inclusive nos mesmos cargos e funções ocupadas pelos homens.

Diante disso, surge a figura feminina como chefe de família e não apenas como uma mera colaboradora financeira do homem. Ela, como se observa em muitas famílias contemporâneas, torna-se a principal provedora familiar, apesar de serem ainda as que mais sofrem com desemprego, com a precarização do trabalho e com a redução dos níveis salariais.

Mas é percebido que o grande crescimento das famílias chefiadas por mulheres traz em seu bojo, tanto posições tradicionais quanto rupturas com as tradicionais concepções de gênero. É preciso enxergar na diversidade desses novos arranjos o potencial de autonomia dessas mulheres em assumir suas famílias, ocupar a esfera pública e encontrar alternativas para as suas necessidades.

Toda essa dinâmica de vida dessas famílias geram uma série de dificuldades no cotidiano dessas mulheres, as quais enfrentam inúmeros desgastes físicos e emocionais, já que precisam conciliar as responsabilidades da vida pública com os afazeres domésticos. Em virtude disso, de forma mais geral, elas trabalham muito mais e vivem com pouca qualidade de vida, tendo em vista as inúmeras funções exercidas cotidianamente.

Scott (2002) caracteriza os principais problemas enfrentados por elas e os campos em que as políticas públicas podem estar atuando, direta ou indiretamente, para proporcionar qualidade de vida para as mulheres:

- Trabalho: essas mulheres em geral são provedoras principais da família, possuem uma renda baixa, o que diminui a renda per capita da família, devido as dificuldades de conciliar casa e trabalho;
- Educação: as mulheres utilizam creches, encontram dificuldades para acompanhar os estudos dos filhos e deixa-los na escola, não possuem tempo de se capacitarem para o mercado de trabalho e para continuar os estudos. Assim, a evasão escolar ocorre tanto da mãe, chefe de família, como dos filhos que a compõe;
- Saúde: habitam em locais insalubres, não conseguem medicamentos prescritos, optam por esterilização, convivem com os problemas do avanço da idade;
- Justiça: precisam de apoio jurídico para manter a guarda dos filhos, não recebem as pensões que tem direito, sofrem com discriminação por não possuírem companheira, algumas têm histórias de agressões físicas e psicológicas.

As mulheres de um modo geral e não só as chefes de família, constituem um universo especial. Ocupam-se de atividades domésticas não remuneradas indispensáveis para reprodução da força de trabalho. Estas ocupações resultam em limitação do tempo das mulheres para investir em formação profissional. Além disso, enfrenta uma forte discriminação no mercado de trabalho, fato que colabora para sua inserção nos trabalhos informais, de menor qualificação e com salários baixos. Tais aspectos reforçam o entendimento de que a pobreza atinge de maneira

diferenciada homens e mulheres e que este último grupo se encontra mais vulnerável a situações de pobreza (NOVELLINO, 1999).

Compartilhamos das reflexões de Silva (2007) quando esclarece que a chefia familiar feminina não pode ser considerada um indicador de maior pobreza das mulheres, mas sim um fator de maior vulnerabilidade. Embora se constate uma maior incidência de chefia familiar feminina nos domicílios pobres, o fenômeno vem crescendo também nas camadas médias e altas. Lares chefiados por mulheres são muito heterogêneos e não podem receber a mesma categorização com relação à pobreza. No entanto, não se deve desconsiderar esta tendência nos estudos sobre pobreza e políticas sociais, pois este corte analítico pode colaborar para ressaltar a desigualdade de gênero e a pobreza diferenciada entre homens e mulheres.

Portanto, é necessário ressaltar que as famílias monoparentais com chefia feminina são de responsabilidade do Estado, através de políticas públicas que atuem diante das diversas expressões familiares existentes.

Assim sendo, é importante ressaltar também que a organização familiar varia conforme os momentos históricos, fatores sócio-políticos, econômicos, religiosos e culturais, estando o conceito de família associado ao contexto social no qual está inserido, ou seja, precisamos, antes de qualquer ação, definir de que família estamos falando, a época em que ela vive e a qual segmento pertence.

A história mostra que o conceito de família mudou ao longo do tempo. Mas de qualquer jeito, podemos dizer que, embora tenha havido mudanças importantes na definição de família nuclear ainda é a unidade social mais comum de um sistema social.

José Filho afirma que,

O modelo de família nuclear brasileira, que se estabeleceu como padrão no ocidente, começou a mudar, ainda que de forma desigual em suas diversas regiões. Embora não tenha afetado todas as partes do mundo igualmente, de maneira geral aumentou a tendência de famílias chefiadas por mulheres e de pessoas vivendo sozinhas. (JOSÉ FILHO, 2007, p.139)

Vitale (2002) afirma que a associação entre monoparentalidade e pobreza pode construir um estigma de que as mulheres são menos “capazes” de cuidar de suas famílias sem um homem. Por outro lado, é apontado que as mulheres ganharam mais independência e por isso podem assumir suas famílias. Entretanto,

esta associação acaba por fortalecer muito mais a adjetivação dessas famílias como vulneráveis ou de risco do que como potencialmente autônomas.

Sobre a situação de extrema pobreza entre as mulheres a Organização Internacional do Trabalho - OIT (2005) ressalta que “a pobreza afeta homens e mulheres de forma diferente. Existem processos e características comuns a homens e mulheres na situação de pobreza, mas também outros nos quais se pode observar uma clara incidência de determinantes de gênero.”

Esta situação de extrema pobreza, consequência do desemprego, acomete a camada mais pobre da população em especial as mulheres. Dificuldade para obtenção de trabalho, bem como a qualidade deste, são reflexos da baixa escolaridade e do analfabetismo demonstrando também desigualdades de gênero, raça/etnia, pois entre as famílias pobres chefiadas por mulheres a maioria é negra e com baixa escolaridade.

Conforme a Organização Internacional do Trabalho salienta,

O trabalho é a via fundamental para a superação da pobreza e da exclusão social. E não qualquer trabalho, mas sim um trabalho decente, entendido como uma ocupação produtiva adequadamente remunerada, exercida em condições de liberdade, equidade, segurança e que seja capaz de garantir uma vida digna. (OIT, 2005,s/p).

O desemprego, o subemprego, a concentração de riqueza, tudo isto resulta na dificuldade de acesso e da falta de moradia digna principalmente entre as famílias chefiadas por mulheres.

Assim, Carvalho e Iamamoto afirmam que,

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (CARVALHO e IAMAMOTO, 1983, p.77)

Compreende-se que trabalhar com a família é um desafio, por se tratar de um tema extremamente complexo e que se transforma com o passar do tempo e da história; além de ser um tema muito próximo e que nos traz dificuldades metodológicas.

Nas palavras de Miotto, a família,

Se constrói e se reconstrói histórica e cotidianamente por meio das relações e negociações que se estabelecem entre seus membros, entre seus membros e outras esferas da sociedade e entre ela e outras esferas da sociedade, tais como Estado, trabalho e mercado. Reconhece-se que, além de sua capacidade de produção de subjetividades, ela também é uma unidade de cuidado e de redistribuição interna de recursos. Tem um papel importante na estruturação da sociedade em seus aspectos sociais, políticos e econômicos e, portanto, não é apenas uma construção privada, mas também pública. (MIOTTO, 2010 p.3)

Diante do que foi exposto, verificamos que a família tem papel importante diante das novas expressões da “questão social” no contexto atual.

## **CAPÍTULO II – AS FAMILIAS CHEFIADAS POR MULHERES INSERIDAS NA APAE DE CARATINGA**

### **2.1 O contexto histórico da APAE de Caratinga e as normativas legais que regularizam o atendimento às pessoas com deficiência intelectual e múltipla**

Analisar e compreender o Terceiro Setor é indispensável, pois o seu termo e conceito tem sido debatido e compreendido por diferentes linhas de pensamento, a partir de uma análise de fontes teórico político criam-se debates sobre sua definição concreta, seu conceito e até aqueles que agregam parte. O terceiro setor é fruto das transformações econômicas, do neoliberalismo e suas ações.

Nesse sentido, Carlos Montaña contextualiza,

O “terceiro setor” não parte do conceito de um fenômeno isolado, mas, por ter como ponto de partida o movimento e as tendências das transformações do capital como um todo, chega ao “terceiro setor” como um fenômeno participe dessas transformações gerais, como produto delas. (MONTAÑO, 2010 p. 54-55).

Sua origem é definida por Melo a partir da primeira metade do século, nos Estados Unidos e seria uma mistura dos dois setores econômicos clássicos da sociedade: o público, representado pelo Estado, e o privado, representado pelo empresariado em geral. (MELO, 1999).

Montaña descreve quatro debilidades teóricas sobre o termo, sendo que a primeira debilidade teórica questiona que o Terceiro Setor se descaracteriza, surge na tentativa de solucionar o problema de dicotomia entre o público e privado. Se o Estado está em crise e o mercado tem uma lógica lucrativa, nem um nem o outro poderiam dar resposta às demandas sociais. O Terceiro Setor seria a articulação/intersecção materializada entre ambos os setores “público porem privado”. A segunda debilidade teórica está inerente a quem compõe o terceiro setor. Há o questionamento e a defesa se é as “organizações não governamentais”, as “entidades de cunho social”, os “movimentos sociais”, para alguns, apenas incluem-se as entidades formais, para outros. Contam até as atividades informais individuais, para alguns outros, as fundações empresariais seriam excluídas; em outros casos, os sindicatos, os movimentos políticos insurgentes, as seitas, ora são considerados pertencentes, ora são excluídos do conceito. (MONTAÑO, 2010). A

terceira debilidade sinaliza para ideia de um conceito que deveria esclarecer, mas acaba confundindo.

Assim como Montañó indaga,

Que conceito é esse que reúne, no mesmo espaço, organizações formais e atividades informais, voluntárias e/ou individuais; entidades de interesses político, econômico e singulares; coletividade; coletividades das classes trabalhadoras e das classes capitalistas; cidadãos comuns e políticos ligados ao poder estatal? (MONTAÑO, 2010 p. 56).

Observam-se as variações encontradas em torno do conceito, por fim, ainda na descrição de Montañó, a quarta debilidade refere-se ao caráter não governamental, autogovernado e não lucrativo, conceitos que se divergem na atuação. (MONTAÑO, 2010).

Montañó assevera,

Estas verdadeiras desresponsabilização do Estado no trato da “questão social” só é possível de ser realmente compreendida na sua articulação com a auto responsabilização dos sujeitos carenciados e com a desoneração do capital na intervenção social, no contexto do projeto neoliberal. Desresponsabilização estatal não pode significar que o Estado não faça parte deste movimento de transformação da modalidade de intervenção na “questão social”. O Estado, dirigido pelos governos neoliberais, se afasta parcialmente da intervenção social, porém, ele é subsidiado e promotor do processo ideológico de “transferência” da ação social para o “terceiro setor”. Ele é um ator destacado nesse processo. (MONTAÑO, 2007 p. 7-8)

Com o crescimento cada vez mais significativo da população, aumenta a necessidade dos serviços básicos prestados pelo Estado, mas como o Estado não vem desempenhando esse papel de forma adequada, então, surge o Terceiro Setor e suas modalidades para suprir essas necessidades.

No Brasil, assim como em outros países, ocorre o crescimento do Terceiro Setor que, por sua vez, coexiste com dois outros setores: Primeiro Setor, representado pelo governo, cumprindo este uma função administrativa dos bens e serviços públicos, correspondendo, assim, às ações do Estado, nos âmbitos distrital, municipal, estadual e federal; e o Segundo Setor, representado pelo mercado, ocupado pelas empresas privadas com fins lucrativos. Quanto à questão conceitual do Terceiro Setor, não é tarefa fácil, uma vez que ainda se encontra em processo de construção, é um setor que ainda precisa ser fortalecido.

No entanto, Fernandes, o conceitua da seguinte forma,

Um conjunto de organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos. Este é o sentido positivo da expressão. "Bens e serviços públicos", nesse caso implicam uma dupla qualificação: não geram lucros e respondem a necessidades coletivas. (FERNANDES, 1994, p.21),

Assim sendo, Rothgiesser, contextualiza da seguinte forma,

Terceiro Setor seriam iniciativas privadas que não visam lucros, iniciativas na esfera pública que não são feitas pelo Estado. São cidadãos participando de modo espontâneo e voluntário, em ações que visam ao interesse comum. (ROTHGIESSER, 2002, p.2)

No entanto, o conceito mais aceito atualmente, segundo Gonçalves (1999), é o de que se trata de uma esfera de atuação pública, não estatal, formada a partir de iniciativas voluntárias, sem fins lucrativos, no sentido comum.

Ainda é comum associar o Terceiro Setor ao setor de caridade, às Organizações Não Governamentais (ONGs), setor voluntário, enfim, não há uma definição completa e, por isso o atrelamos a estas terminologias.

O assistencialismo sempre esteve associado aos programas do governo e o Estado tinha em seu poder o controle social. Mas, depois de um determinado tempo acabou percebendo que não poderia realizar tudo para todos e em todas as áreas de interesse. Dessa forma, houve o seu enfraquecimento e a perda dos modelos totalitários. A partir de então, a sociedade organizada assumiu algumas posições e começou a criar movimentos a favor de causas sociais importantes, entendendo que agora assumiam não só o papel de "clientes", mas também de fornecedores, ou seja, também eram responsáveis pelas ações que os beneficiavam.

Segundo Carvalho (2006), o Terceiro Setor no Brasil possui quatro momentos marcantes:

- O primeiro compreendendo o período situado entre a época da colonização até meados do século XX. Nele encontram-se as ações de assistência social, saúde e educação realizadas especialmente pela Igreja Católica, delineando o primeiro momento desta evolução. Estas ações eram na forma de asilos, orfanatos, Santas Casas de Misericórdia e colégios católicos. Chamadas de "associações voluntárias", estas iniciativas eram permeadas por valores da caridade cristã, demonstrando como a noção de filantropia, inicialmente, era ligada a preceitos da Igreja Católica.

- O segundo momento histórico do Terceiro Setor, segundo a autora já citada ocorreu no governo de Getúlio Vargas, que com o apoio de organizações sem fins lucrativos para a implementação de políticas públicas, o Estado assume o papel de formulador e implementador destas políticas. Para tanto, é promulgada, em 1935, a lei que declara utilidade pública para estas entidades. Em 1938, é criado o Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), que estabeleceu que as instituições nele inscritas pudessem receber subsídios governamentais. Neste período, a Igreja continua tendo papel importante na prestação de serviços sociais, recebendo, em alguns casos, financiamentos do Estado para as suas obras.
- Já o terceiro marco histórico relevante para o Terceiro Setor no Brasil teria ocorrido durante o regime militar onde se caracteriza por uma intensa mobilização da sociedade, muitas organizações conhecidas por caráter filantrópico e assistencial se uniram às organizações comunitárias e aos chamados “movimentos sociais” para serem porta-vozes dos problemas sociais. É neste período que surgem as organizações sem fins lucrativos ligados à mobilização social e à contestação política.
- O quarto e último marco histórico do Terceiro Setor no Brasil ocorreram a partir de 1980 com a diminuição da intervenção do Estado nas questões sociais e com a redemocratização do País e o declínio do modelo intervencionista do Estado, a questão da cidadania e dos direitos fundamentais passa a ser o foco das organizações sem fins lucrativos.

Começa a crescer a articulação do Terceiro Setor como grupo consolidado que a cada dia vem adquirindo mais relevância social e virtude da atuação ineficiente do Estado, em especial na área social, o Terceiro Setor, que revela uma nova forma de conceber e trabalhar a questão social vem crescendo e se expandindo em vários segmentos, objetivando atender a demandas dos mais diversos níveis da sociedade, onde o Estado e os agentes econômicos não têm interesses ou não são capazes de prover. Seu crescimento se dá, também, em consequência de práticas cada vez mais efetivas de políticas neoliberais do capitalismo global, produzindo instabilidade econômica, política e social, principalmente nos países do terceiro mundo.

Importante presença e papel das ONGs no cenário nacional, como espaço e instrumento de defesa dos direitos da população econômica e socialmente excluída, propondo e desenvolvendo ações que atentem, desafiem e comprometam o poder público no seu compromisso de prover políticas sociais públicas com qualidade e efetividade garantidas através do controle e da participação da população usuária.

Adicionalmente, esse setor tem como premissa básica, a equidade e a justiça social com as instituições democráticas. A Campanha "Ação Contra a Fome, a Miséria e pela Vida", foi um marco pela sua abrangência e poder de mobilização, dirigida pelo sociólogo Herbert de Sousa, o Betinho, citado por BAVA (2000).

Dentre tais instituições inseridas no Terceiro Setor, está a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) do Município de Caratinga, que desenvolve três Políticas: a Política Nacional de Saúde, Educação e Assistência Social, que está em consonância com os princípios éticos e políticos conforme a Federação das APAES do Estado de Minas Gerais e do Brasil estabelece.

De acordo com o Estatuto das APAES e do Plano de Ação (2018) da Instituição, as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, estão presentes no Brasil há quase cinco décadas, constituem-se atualmente no maior movimento social de caráter filantrópico do país, na defesa de direitos e prestação de serviços visando proporcionar qualidade de vida, promoção e inclusão social da pessoa com deficiência intelectual e múltipla.

A concepção filosófica do desenvolvimento do Movimento Apaeano esteve, desde o seu início, voltada à defesa de direitos, à participação das famílias e dos próprios portadores de deficiência, bem como à prestação de serviços.

A APAE de Caratinga constitui um amplo espaço físico independente. Recebe a demanda da cidade de Caratinga e demais cidades que firmam convênio com a instituição. Buscando promover a inclusão social e articulação de ações em defesa dos direitos, prevenção, orientação, prestação de serviços, apoio a famílias, visando ampliar a oferta e a qualidade de vida da pessoa com deficiência e a construção de uma sociedade mais justa. A Instituição tem a finalidade de prestar assistência integral às pessoas com deficiência intelectual e múltiplas. Na sua estrutura, a APAE mantém o atendimento especializado a Psiquiatria, Neurologia, Fonoaudiologia, Psicologia Nutrição, Fisioterapia, Odontologia, Terapia Ocupacional e Assistência

Social. É também, finalidade da APAE – Caratinga, o apoio a família de seus usuários e a defesa de seus direitos.

A Instituição atende aproximadamente 400 pessoas com deficiência intelectual e múltipla em atendimentos individuais ou em grupos, nas salas de aula, na estimulação precoce, no consultório, na clínica e cozinha experimental.

Os serviços prestados no Setor Social, desenvolve ações sócio educativas de cunho humanizado junto às famílias, buscando sempre a intersetorialidade das políticas públicas e a integração com os demais órgãos de garantia de direitos, sendo a família fundamental no processo de atendimento à pessoa com deficiência.

O profissional trabalha permanentemente na relação entre estrutura, conjuntura e cotidiano e a prática se realiza através de diferentes mecanismos de registros, bem como:

- Acolhida e Escuta qualificada: A acolhida das pessoas com Deficiência Intelectual e do cuidador familiar é o momento que o Assistente Social tem como objetivo identificar demandas imediatas de encaminhamentos. A Escuta Qualificada compreende uma postura acolhedora de respeito à dignidade e não discriminação. É o momento que o Assistente Social procura entender a situação vivenciada pela família.
- Atendimento Social / Orientação Familiar: São realizadas atividades como: Avaliação Socioeconômica e Cultura, Estudo Social, Orientação jurídico-social, defesa de direitos, apoio à famílias, articulação com serviços e políticas públicas setoriais, articulação com demais órgãos e instituições da Rede de Garantia de Direitos, mobilização dos atendidos e familiares para o exercício da cidadania, trabalho multi e interdisciplinar, elaboração de prontuário individual e relatórios sociais e encaminhamentos.
- Visitas Domiciliares – É o instrumento de trabalho mais eficaz do serviço social, através dela é possível conhecer a realidade dos nossos usuários para uma futura intervenção caso necessário.
- Dinâmica de Grupo – Com o objetivo específico de apoiar, incentivar e contribuir no processo de construção e ressignificação de seu projeto de vida, criando espaços grupais que possibilitem a construção de relações humanizadoras e socializadoras por meio de troca de experiências e rede de apoio;

- Reuniões / Palestras – Incentivar e contribuir no processo de fortalecimento da autonomia, da socialização com a comunidade e da organização pessoal do usuário.
- Articulação da rede de proteção social – Identificar demandas, articular e disponibilizar, junto às equipes de Saúde da Família, a interligação e o acesso à rede de proteção social a partir de encaminhamentos;
- Estudo de Caso – Discutir e refletir com as equipes a realidade social dos usuários, com foco na análise de prontuários, desenvolvendo estratégias de como lidar com as adversidades e potencialidades.
- Clube de Mães – O Clube de Mães é um instrumento de educação que visa proporcionar às mães através da vivência em grupo, o desenvolvimento de sua personalidade, com base no reconhecimento da capacidade que tem o indivíduo e o grupo de melhorarem e se aperfeiçoarem, levando à melhores condições de vida. Deste modo torna-se um processo de construção e promoção humana.
- Escola da Família – Instrumento de inclusão que abrange alunos portadores de Deficiência Intelectual e Múltipla e suas famílias, uma visão integradora entre a APAE, a família e a pessoa com deficiência, permitindo que todos compartilhem e sintam-se responsáveis e co-responsáveis e assim participem tanto do cotidiano da escola quanto dos objetivos de sua proposta.

Para desenvolver o serviço prestado, a APAE de Caratinga de acordo com o Plano de Ação (2018) do mesmo, busca a intersetorialidade das políticas pública e a integração com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos, visto que os atendidos não podem ser tratados de forma segmentada, mas como usuário que devem ter suas necessidades atendidas tanto na assistência social, como saúde, educação, esporte, lazer, formação para o trabalho, etc.

Os serviços de Proteção Social para Pessoas com deficiência e suas famílias de acordo com o SUAS, está contemplado na proteção social especial de média complexidade e com o disposto na Tipificação nacional de Serviço Sócio assistenciais. Este serviço tem a finalidade de promover a autonomia, a inclusão e a melhoria da qualidade de vida das pessoas participantes.

A Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, garante a pessoa com deficiência o Benefício de Prestação Continuada (BPC) pago pelo Governo Federal, com o reconhecimento de direito pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS e assegurado por lei, que permite o acesso de pessoas com deficiência às condições mínimas de uma vida digna, assim os beneficiários ganham independência e autonomia.

Como preconiza a LOAS,

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento das necessidades básicas. (Art. 1º da LOAS – lei nº 8.742, de 07/12/1993)

A pessoa com deficiência para ter acesso a tal benefício social precisa comprovar que a renda mensal do grupo familiar per capita seja inferior a  $\frac{1}{4}$  do salário mínimo e ser avaliado se a sua deficiência o incapacita para uma vida independente e para o trabalho.

Para cálculo da renda familiar é considerado o número de pessoas que vivem na mesma casa, assim entendido: o requerente, cônjuge, companheiro(a), o filho não emancipado de qualquer condição, pais, e irmãos não emancipados, menores de 21 anos e inválidos. (BRASIL. Ministério da Previdência Social).

O Plano de Ação (2018) salienta também que, a Escola de Reabilitação João Evangelista de Azevedo Coutinho, está de acordo com a política da Educação proposta pela Federação das APAES do Estado de Minas Gerais, que estabelece a organização em Ciclos de Aprendizagem, proporcionando ao aluno o percurso escolar, respeitando a faixa etária e o nível de ensino. Para consolidar o desenvolvimento da aprendizagem escolar o apoio dos profissionais da equipe Multidisciplinar é fundamental para promover a integralidade de ações de desenvolvimento global dos alunos.

No Brasil, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão, conforme a legislação vigente, que para JANNUZZI (1991), “é um horizonte a ser atingido”. À luz dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola comum, para

que receba todos os alunos, atenda suas especificidades e promova a melhoria da qualidade da educação, configurando-se em resposta às diferentes situações que levam à exclusão escolar e social.

A diferença do momento atual é que a sociedade adquiriu uma nova configuração, a começar, no dizer de Boneti,

Pela organização produtiva [...] fazendo com que o conhecimento tecnológico tenha uma durabilidade limitada, determinando, como consequência, uma inevitável desqualificação dos sujeitos sociais de participação na esfera produtiva e de estabelecer relações socioculturais. (BONETI 2000, p.213)

Santos (1999) distingue os conceitos de exclusão sociocultural e de desigualdade. Para ele, na desigualdade o pertencer se dá pela integração subordinada, na exclusão o pertencer se dá pela exclusão pura e simples.

Fonseca (2003) faz referência a três tipologias de educação: Tradicional, Integrativa e Inclusiva. A Tradicional foi criada como escola universal, com o objetivo de reduzir as desigualdades, proporcionar igualdade de oportunidades e compensar diferenças econômicas e sociais.

A Educação Inclusiva é comumente apresentada como uma evolução da Integrativa. Na verdade, ela não é uma evolução, é uma ruptura com os valores tradicionais. A Educação Inclusiva assume-se como respeitadora da cultura, da capacidade e das possibilidades de evolução de todos os alunos.

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino e garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069/90, no artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Também nessa década, documentos como a Declaração Mundial de

Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos estudantes currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar.

Em 2003, é implementado pelo MEC o Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, com vistas a apoiar a transformação dos sistemas de ensino em sistemas educacionais inclusivos, promovendo um amplo processo de formação de gestores e educadores nos municípios brasileiros para a garantia do direito de acesso de todos à escolarização, à oferta do atendimento educacional especializado e à garantia da acessibilidade.

Em 2004, o Ministério Público Federal publica o documento “O Acesso de Estudantes com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular”, com o objetivo de disseminar os conceitos e diretrizes mundiais para a inclusão, reafirmando o direito e os benefícios da escolarização de estudantes com e sem deficiência nas turmas comuns do ensino regular.

A inclusão é um conceito revolucionário, que busca remover as barreiras que sustentam a exclusão em seu sentido mais lato e pleno. Aplica-se a todos que se encontram temporária ou permanentemente incapacitados, em desvantagem pelos mais diversos motivos, levando-os a agir e a interagir com autonomia e dignidade no meio em que vivem.

Com vistas a concluir a presente discursão apresentamos a Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência (que também é desenvolvida na APAE), instituída pela Portaria MS/GM nº 1.060, de 5 de junho de 2002, define, como propósitos gerais: proteger a saúde da pessoa com deficiência; reabilitar a pessoa com deficiência na sua capacidade funcional e desempenho humano, contribuindo para a sua inclusão em todas as esferas da vida social; e prevenir agravos que determinem o aparecimento de deficiências.

Estabelece as orientações gerais para a elaboração de planos, projetos e atividades voltados à saúde das pessoas com deficiência nos estados, Distrito

Federal e municípios. Seu principal objetivo é propiciar atenção integral à saúde da pessoa com deficiência, desde a atenção básica até a sua reabilitação, incluindo a concessão de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção, quando se fizerem necessários.

O fundamento legal do Sistema Único de Saúde (SUS) é a Constituição Federal de 1988, regulamentado na Lei Federal n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre a organização e regulação das ações de saúde, e na Lei Federal n.º 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que trata do financiamento da saúde e da participação popular.

A promulgação da Lei Orgânica da Saúde - Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Em seu artigo 2º garante que a saúde é um direito fundamental do ser humano e que o Estado deve prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício.

O Sistema Único de Saúde tem como princípio a universalização do acesso às ações e serviços de saúde. Assim, todos os cidadãos devem ter acesso aos serviços de saúde, sem privilégios ou barreiras, ou seja, todo o cidadão deve ser atendido conforme suas necessidades, de forma resolutiva, nos limites e possibilidades do sistema, considerando-se, ainda, as necessidades coletivas.

Deste modo, as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, presentes no Brasil há quase cinco décadas constituem-se hoje no maior movimento social de caráter filantrópico do país, atuando frente a defesa de direitos e prestação de serviços que visam proporcionar qualidade de vida, promoção e inclusão social da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla.

## **2.2 As famílias chefiadas por mulheres inseridas na APAE de Caratinga: um estudo desta realidade**

O estudo em pauta foi realizado na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Caratinga e visa compreender a realidade das famílias dos assistidos na instituição. É uma instituição que atua nas áreas de prevenção, diagnóstico, reabilitação, aprendizagem, inclusão no mercado de trabalho e tem sua

atuação voltada para a inclusão social. A missão da APAE tem como foco, “Promover a prevenção e a inclusão da pessoa com Deficiência Intelectual produzindo e difundindo conhecimento”. O público alvo desta pesquisa são as famílias dos alunos atendidos na instituição.

A pesquisa significa indagação ou busca minuciosa para averiguação da realidade; investigação, inquirição, com o fim de descobrir ou estabelecer fatos ou princípios relativos a um campo qualquer do conhecimento. (FERREIRA, 1986). Compreender a pesquisa como um processo de produção de conhecimentos para a compreensão de uma dada realidade, isto é, de conhecimentos que nos auxiliem na interpretação da realidade vivida.

Sinaliza Minayo,

Entendemos por pesquisa a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula o pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática (MINAYO, 2002, p. 17).

Nesse sentido, Barroco, salienta que,

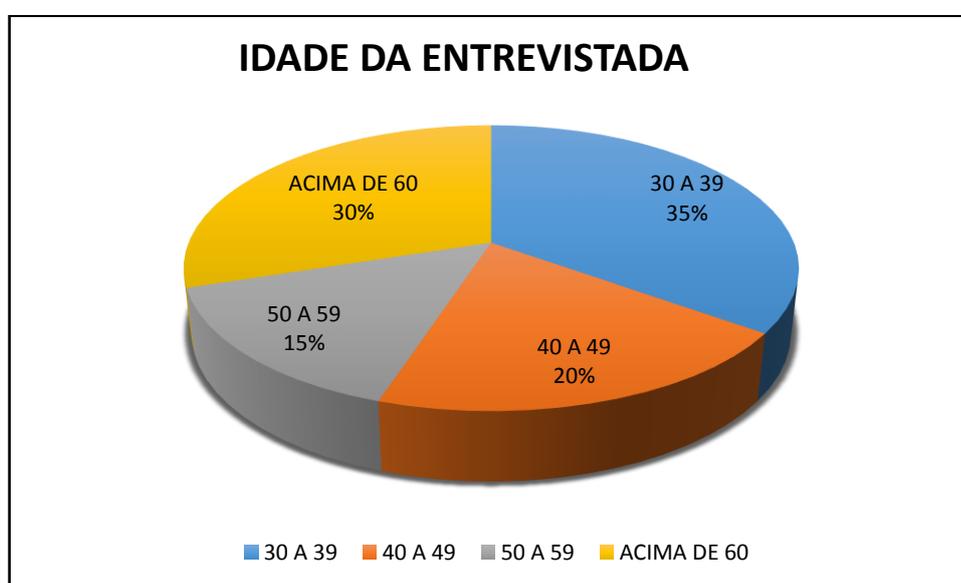
Como pesquisador, o assistente social pode se inserir em diferentes níveis de pesquisa, desenvolvidas em instituições acadêmicas ou não, públicas e privadas, em ONGs, entidades de classe, projetos nacionais e internacionais, com equipes multiprofissionais, investigando questões que se articulam às suas áreas de interesses como: saúde, habitação, meio ambiente, movimentos sociais, trabalho, direitos humanos etc. (BARROCO ,2009, p. 131)

Os dados obtidos foram coletados no decorrer do mês de outubro do ano em vigor, através de entrevistas semiestruturadas de caráter qualitativa, através de um questionário, tendo uma amostragem probabilística simples, com população finita, estes dados foram por sua vez tratados e apresentados em forma de gráficos, facilitando assim um melhor embasamento e compreensão da pesquisa. Ao aplicar o questionário, foi explicado para os participantes os objetivos e a relevância do estudo e a importância de sua participação para o enriquecimento deste, esclarecendo-as que após a transcrição dos dados todo o material será devidamente descartado, garantido assim ao entrevistado/a todos os direitos éticos do sigilo profissional, o anonimato dos dados e, em qualquer momento, o direito de desistir ou

de participar da pesquisa, ou seja, mantendo um sigilo do usuário e sua família. No momento da entrevista, o pesquisador tem oportunidade de observar falas, atitudes, reações e condutas do entrevistado (LEHFELD, 2007).

De acordo com Barros e Lehfeld (2007), “a coleta de dados é a fase da pesquisa em que se indaga a realidade e se obtém dados pela aplicação de técnicas. Em pesquisas de campo, é comum o uso de questionários e entrevistas”.

**GRÁFICO 1 – Idade das Entrevistadas**



Fonte: Alunas Autoras do TCC

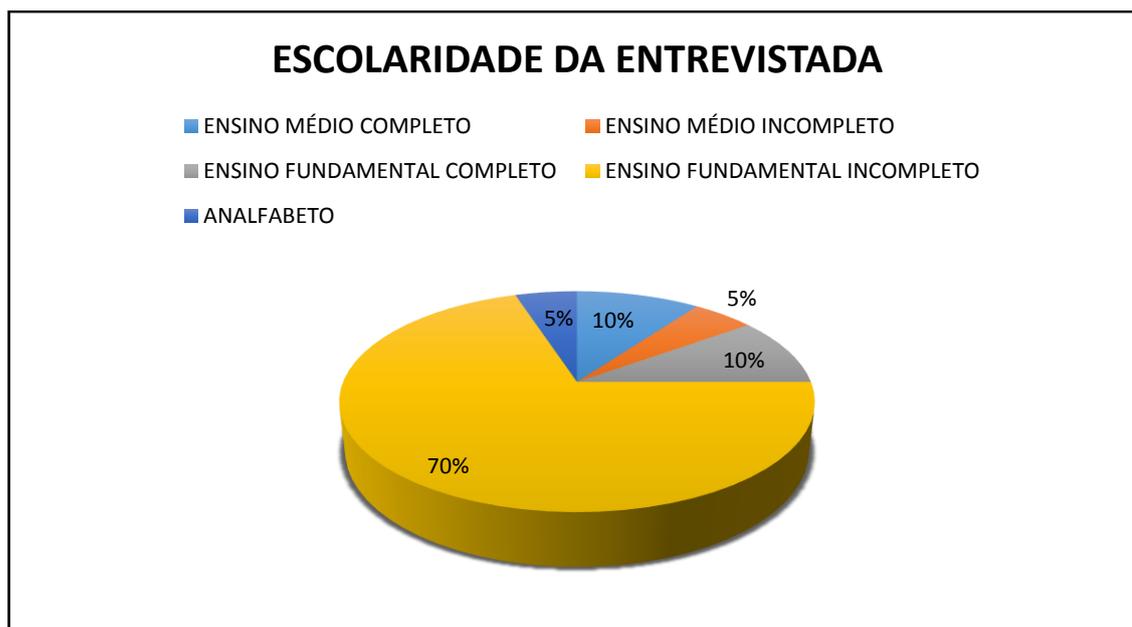
O gráfico 1 demonstra que 35% das entrevistadas têm idade entre 30 a 39 anos, 30% estão acima de 60 anos, 20% possuem idade entre 40 a 49 anos e somente 15% estão entre 50 a 59 anos.

Guerra ressalta que,

O papel da mãe no contexto familiar é o de dona do cuidado integral, ou seja, aquela que não mede esforços para proporcionar a melhora os filhos, especialmente quando este apresenta alguma deficiência. Passando a sofrer uma exigência no contexto social e realizar esse papel com uma obrigação fora dos limites, no qual muitas vezes foi necessário renunciar a sua própria vida pessoal e profissional, a fim de contribuir da melhor maneira para o desenvolvimento saudável dos filhos (GUERRA, 2014, p. 02)

A maior parte das entrevistadas são mais jovens e possuem maior facilidade de compreensão e adesão do deficiente a instituição, em contrapartida quanto mais idade a família possui mais difícil se torna a adesão ao tratamento do aluno.

**GRÁFICO 2 – Escolaridade das Entrevistadas**

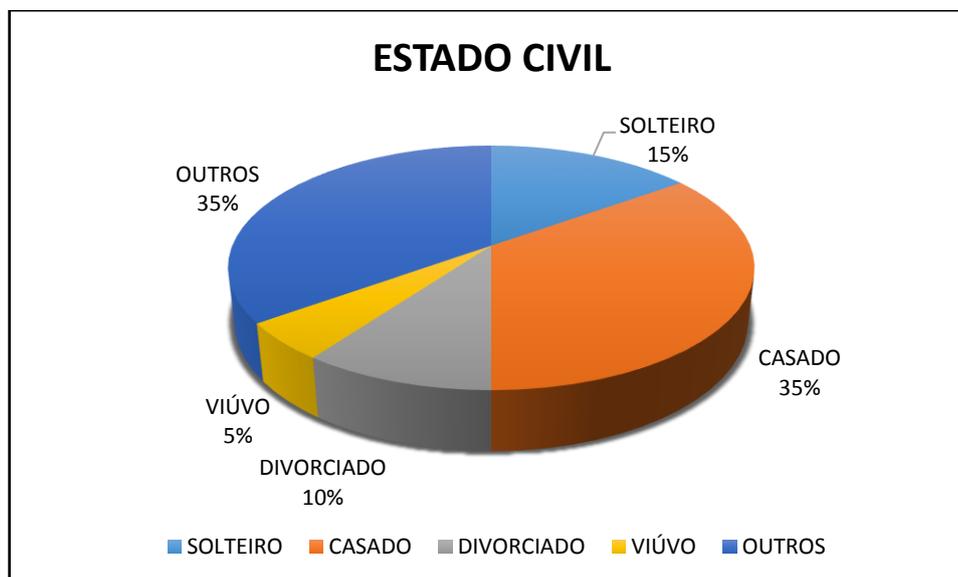


Fonte: Alunas Autoras do TCC

Verifica-se que no gráfico 2, 70% das entrevistadas possuem o Ensino Fundamental Incompleto, ou seja, a maioria das famílias não concluiu sequer a 8ª série. 10% possuem o Ensino fundamental completo, 10% são formados até o ensino médio, 5% estão com o Ensino médio incompleto e 5% são analfabetos.

Percebe-se que nenhum das entrevistadas cursou o ensino superior, acredita-se que ao dedicar-se inteiramente ao filho com deficiência, a escolaridade passa a ficar em último plano. Para Fortunato “Muitos jovens e adultos acabam por abandonar os estudos por diversos motivos, entre os quais, dificuldade de aprendizagem, esgotamento físico, falta de motivação para aprender. (FORTUNATO, 2010).

É possível observar que as entrevistadas encontram dificuldade em ingressar, permanecer e ou concluir o ensino médio devido ao acúmulo de funções, muitas demandas sendo que ainda existe a concepção de que os menos favorecidos não têm condições de estudar.

**GRÁFICO 3 – Estado Civil**

Fonte: Alunas Autoras do TCC

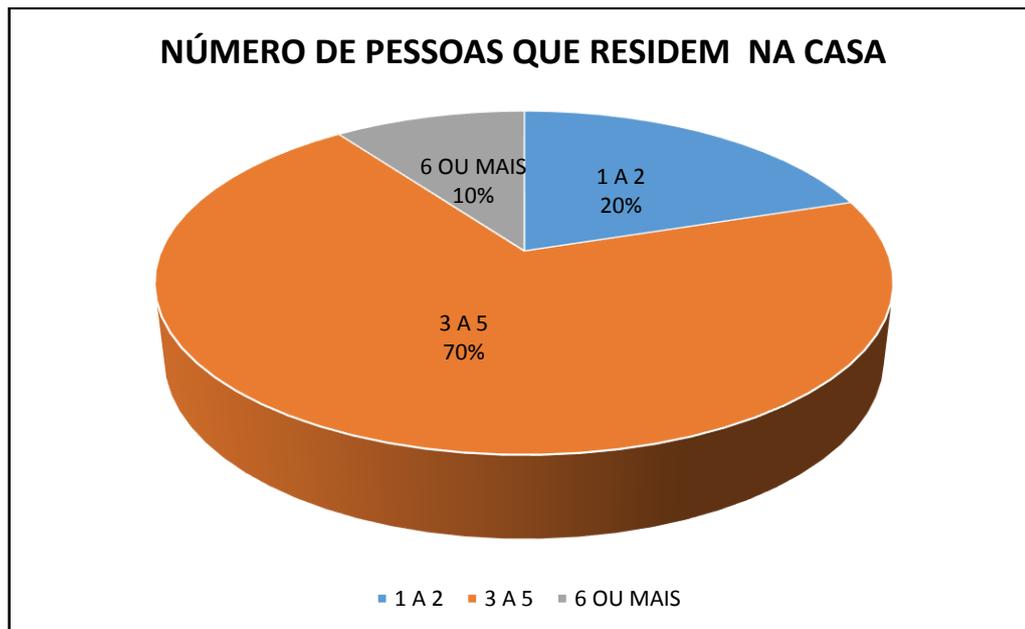
Apresentando o gráfico 3, verifica-se que 35% das entrevistadas são casadas e 35% se classificam como “outros” (separado, amasiado, moram junto e etc.), 15% dos entrevistados são solteiros, 10% estão divorciados e apenas 5% são viúvos.

José Filho salienta que,

O modelo de família nuclear brasileira, que se estabeleceu como padrão no ocidente, começou a mudar, ainda que de forma desigual em suas diversas regiões. Embora não tenha afetado todas as partes do mundo igualmente, de maneira geral aumentou a tendência de famílias chefiadas por mulheres e de pessoas vivendo sozinhas. (José Filho, 2007, p.139)

As famílias são atingidas pelas transformações societárias, que provocou alterações na divisão sócio técnica do trabalho, ocorreram no Brasil, mudanças significativas nas relações familiares. Através da revolução industrial, ocorreu uma separação entre o trabalho e a família. Uma nova divisão de trabalho é estabelecida, não apenas entre homens e mulheres, mas também entre jovens e adultos, alterando as relações de poder intrafamiliar.

**GRÁFICO 4 – Número de Pessoas que Residem na Casa**



Fonte: Alunas Autoras do TCC

O gráfico 4 traz o núcleo familiar, assim 70% das famílias são compostas por 3 a 5 pessoas, 20% das famílias estão entre 1 a 2 pessoas e apenas 10% com mais de 6 pessoas. Esta composição em sua maioria é heterogênea, formada por pais, filhos, enteados, avós e agregados.

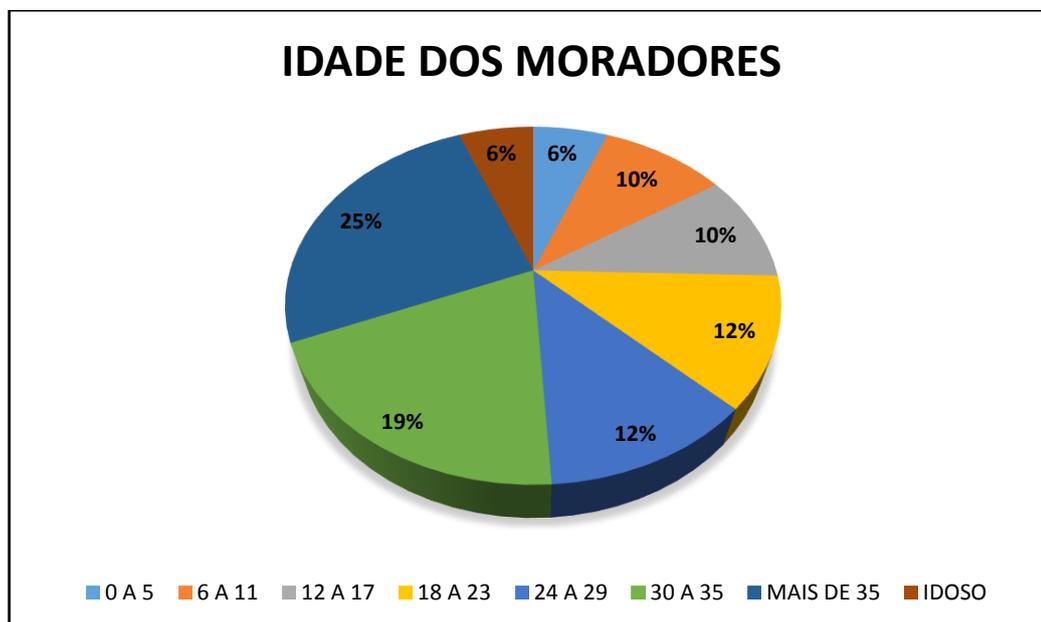
Nesse sentido, Ferrari e Kaloustian afirmam que,

A família, da forma como vem se modificando e estruturando nos últimos tempos, impossibilita identificá-la como um modelo único ou ideal. Pelo contrário, ela se manifesta como um conjunto de trajetórias individuais que se expressam em arranjos diversificados e em espaços e organizações domiciliares peculiares. (FERRARI & KALOUSTIAN, 2002, p.14)

Entende-se que o grupo familiar são todas as pessoas que residem na casa. Segundo Amaral,

A família é, uma construção social que varia segundo as épocas, permanecendo, no entanto, aquilo que se chama de “sentimento de família”, que se forma a partir de um emaranhado de emoções e ações pessoais, familiares e culturais, compondo o universo do mundo familiar”. (AMARAL 2001. p. 68).

Neste sentido compreendemos que a família e seus componentes se formam por bases de registros culturais, costumes, influencias territoriais, sociais e econômicas.

**GRÁFICO 5 – Idade dos Moradores**

Fonte: Alunas Autoras do TCC

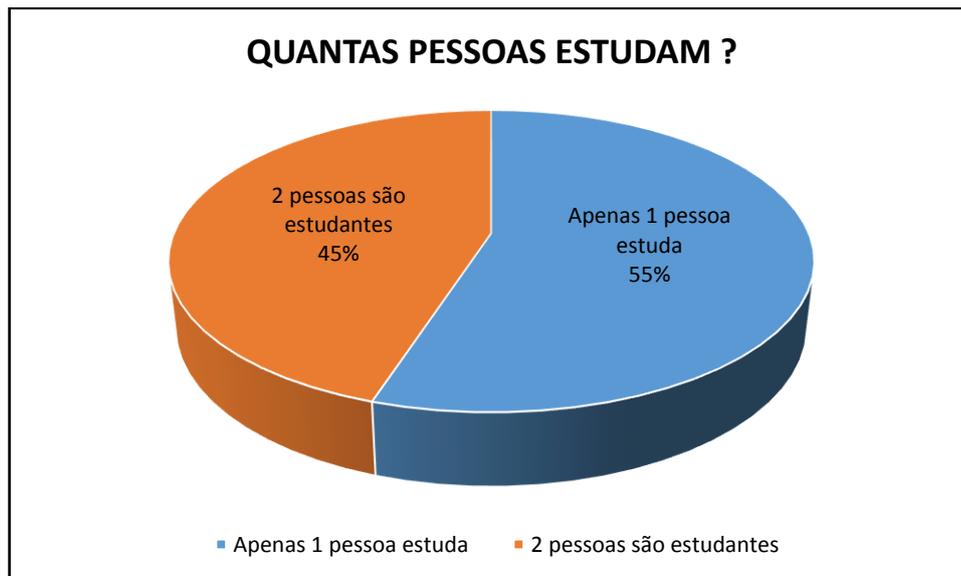
Quanto a idade dos moradores dispostas no gráfico 5, verifica-se que 25% das pessoas possuem idade superior a 35 anos, já 19% possuem idade entre 30 a 35 anos, 12% estão entre 18 a 23 anos e 24 a 29 anos, 10% estão entre 6 a 11 e 12 a 17 anos e 6% estão entre 0 a 5 anos e essa mesma porcentagem para idosos que moram na mesma casa.

Para Ferrari e Kaloustian;

A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. (FERRARI & KALOUSTIAN, 1994 p. 34)

Observa-se que a composição familiar é diversificada, nem sempre está composta por pai, mãe e filhos e isso é muito importante para uma família que possuem um membro com deficiência, uma vez que é imprescindível ao deficiente o apoio e presença de todos os membros da família.

**GRÁFICO 6 – Número de Pessoas que Estudam**

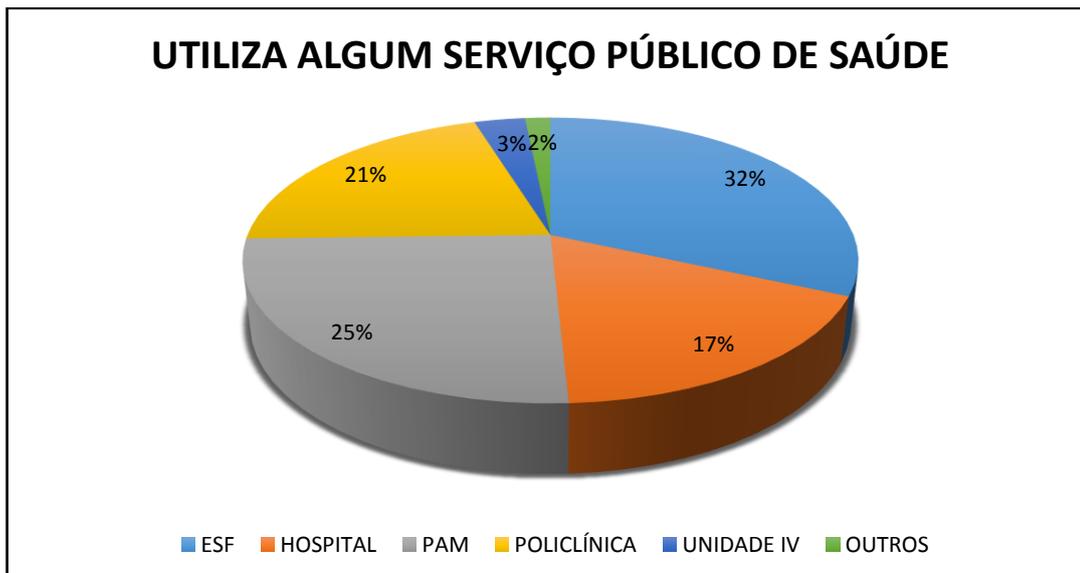


Fonte: Alunas Autoras do TCC

O gráfico 6 apresenta acerca das pessoas que residem em casa e estudam, 55% das residências possuem 1 estudante e 45% possuem 2 ou mais estudantes na residência. Tendo em vista que esta entrevista tem o foco a famílias dos alunos da APAE, logo em todas as residências possuem estudantes. O MEC estima que há cerca de seis milhões de crianças e jovens com deficiência no país, das quais algo em torno de 5% estariam recebendo atendimento especializado, restando um contingente considerável fora do contexto escolar.

A educação não é o único caminho capaz de conduzir e orientar as pessoas para uma tomada de consciência ampla, geral e irrestrita. Porém, ela é de extrema importância para o desenvolvimento educacional e cultural do indivíduo, da família e, por conseguinte, da sociedade.

### **GRÁFICO 7 – Usuário de Serviço Público de Saúde**



O gráfico 7 apresenta a utilização dos serviços de saúde pelos entrevistados e alunos, sendo que 32% utilizam a Estratégia Saúde da Família - ESF para consultas, tratamentos e acompanhamentos, 25% utilizam o Pronto Atendimento para fatos emergenciais, 21% realizam acompanhamentos na Policlínica Municipal, já 17% utilizam o Hospital do município, 3% utilizam a Unidade VI e 2% utilizam outros serviços.

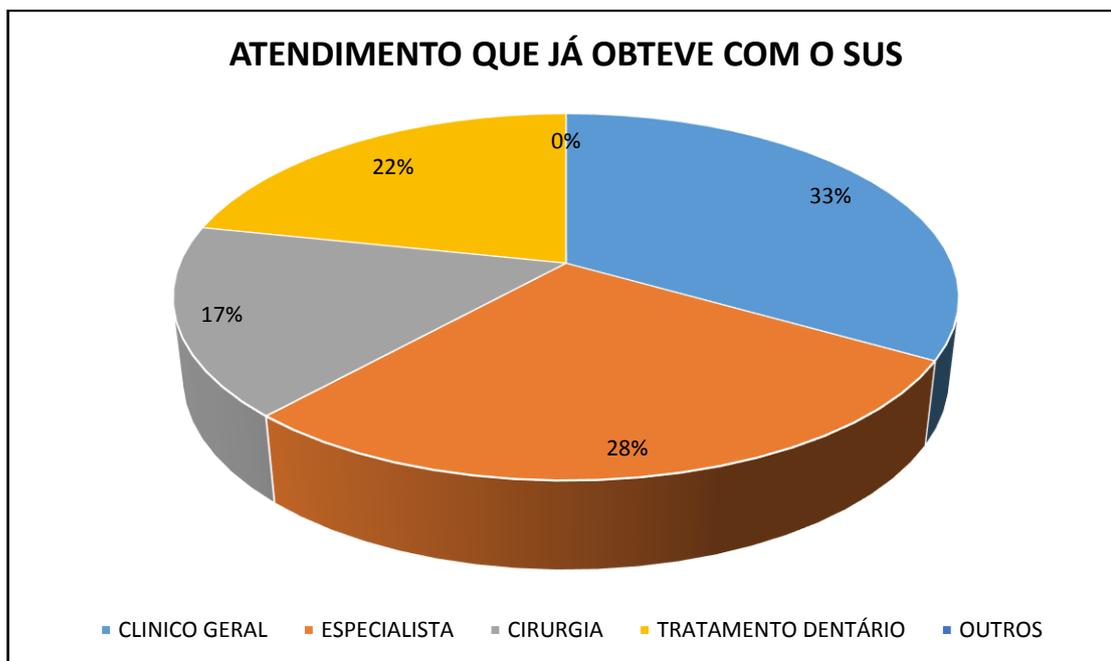
Conforme assevera o Ministério da Saúde,

Toda pessoa com deficiência tem o direito de ser atendida nos serviços de saúde do SUS, desde os Postos de Saúde e Unidades de Saúde da Família até os Serviços de Reabilitação e Hospitais. Tem direito à consulta médica, ao tratamento odontológico, aos procedimentos de enfermagem, à visita dos Agentes Comunitários de Saúde, aos exames básicos e aos medicamentos que sejam distribuídos pelo SUS. Não se pode esquecer que há homens e mulheres com deficiência em todas as faixas etárias, devendo bebês, crianças, jovens e adultos serem acolhidos em todas as Unidades de Saúde e terem respondidas suas necessidades, sejam elas vinculadas ou não à deficiência que apresentam. São consideradas parte da atenção integral à saúde das pessoas com deficiência as ações voltadas para sua saúde sexual e reprodutiva, incluindo medicamentos, recursos tecnológicos e intervenções especializadas. (MS, 2010 p.10)

A Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência é, portanto, resultado de múltiplos movimentos e longa mobilização, nacional e internacional, de muitos atores sociais e institucionais. É fundamental que haja uma interlocução entre

as redes de Reabilitação, devem ser implementadas estratégias de prevenção, ações de natureza informativa e educacional, voltadas aos deficientes.

### GRÁFICO 8 – Atendimento Realizado Pelo SUS



Fonte: Alunas Autoras do TCC

O gráfico 8 expõe os atendimentos realizados com especialistas ofertados pelo SUS, 33% são atendidos por Clínico Geral, 28% são ofertados por um especialista, 22% utilizam tratamento dentário e 17% já realizaram alguma cirurgia.

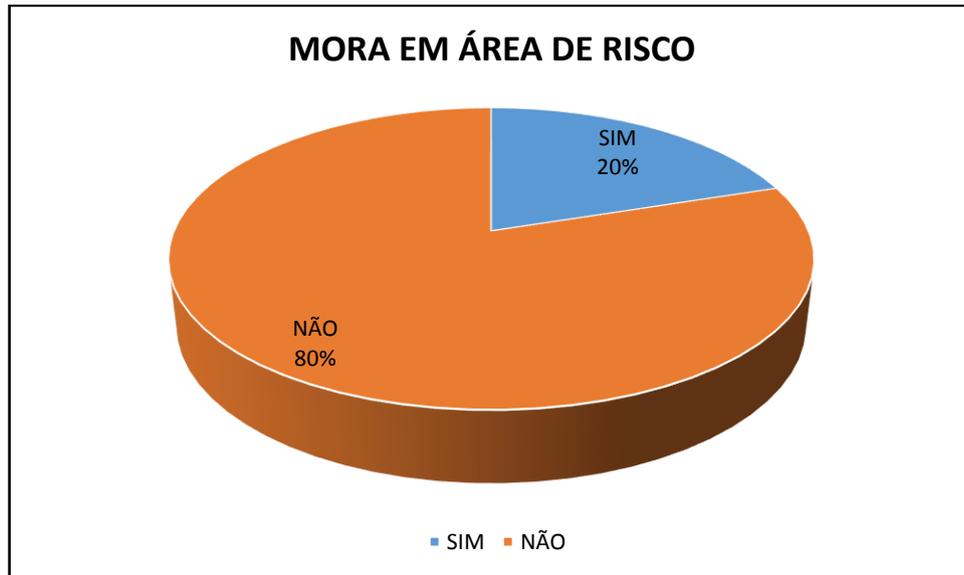
O Ministério da Saúde apresenta,

Nas unidades especializadas, de abrangência regional, qualificadas para atender às necessidades específicas das pessoas com deficiência, a atenção será multiprofissional e interdisciplinar, com a presença de alguns dos seguintes profissionais: médico, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, fonoaudiólogo, psicólogo, assistente social, conforme o perfil do serviço. Neste nível será possível a avaliação de cada caso para a dispensação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção, bem como o acompanhamento dos processos de adaptação aos equipamentos. (MS, 2010 p.14)

As pessoas com deficiência têm direito ao encaminhamento para serviços mais complexos, a receber assistência específica nas unidades especializadas de

média e alta complexidade, para reabilitação física, auditiva, visual e intelectual, complementando o trabalho de reabilitação e as terapias.

**GRÁFICO 9 – Morador de Área de Risco**



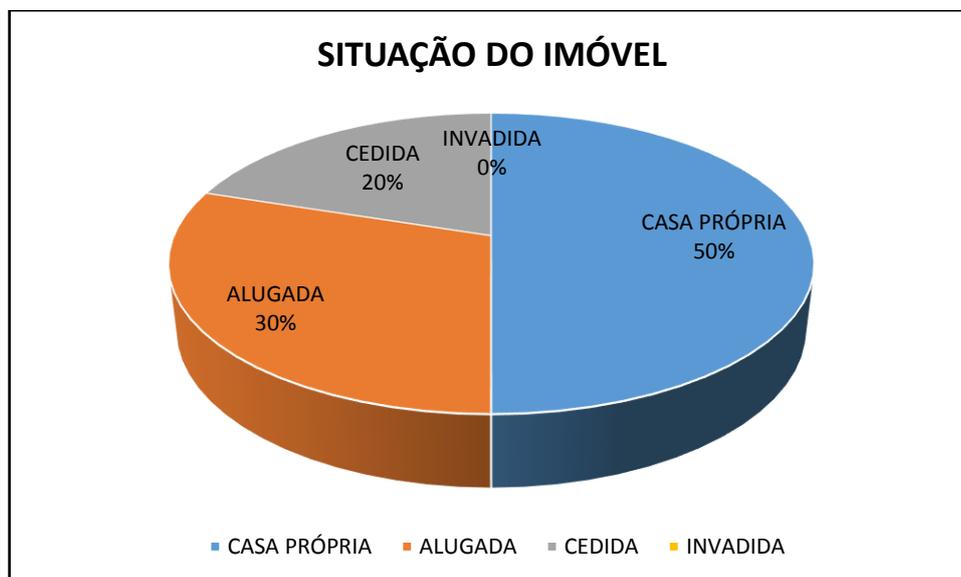
Fonte: Alunas Autoras do TCC

O gráfico 9 aponta que 80% das famílias não moram em áreas consideradas de risco, entretanto 20% habitam nestas áreas de risco. Estes riscos podem ser desmoronamentos, habitação absolutamente precarizada, ruas e bairros cujo tráfico de drogas é alto entre outros.

Gomes afirma que,

Ninguém ocupa uma área ruim de sua cidade por puro prazer. O que leva milhares de pessoas para casas em locais perigosos é a necessidade. E todo mundo sabe que se houvesse vontade política não haveria mais áreas de risco em cidade alguma. (GOMES, 2002)

Essas moradias em áreas de risco decorrem dos altos valores cobrado pelos terrenos e imóveis que estão mais favoráveis e propícios ao capitalismo, assim a população que não detém renda para adquirir um imóvel nestes locais se adequa como pode, acabando por ocupar locais em condições desfavoráveis e até precários, causando irregularidades das ocupações.

**GRÁFICO 10 – Situação do Imóvel**

Fonte: Alunas Autoras do TCC

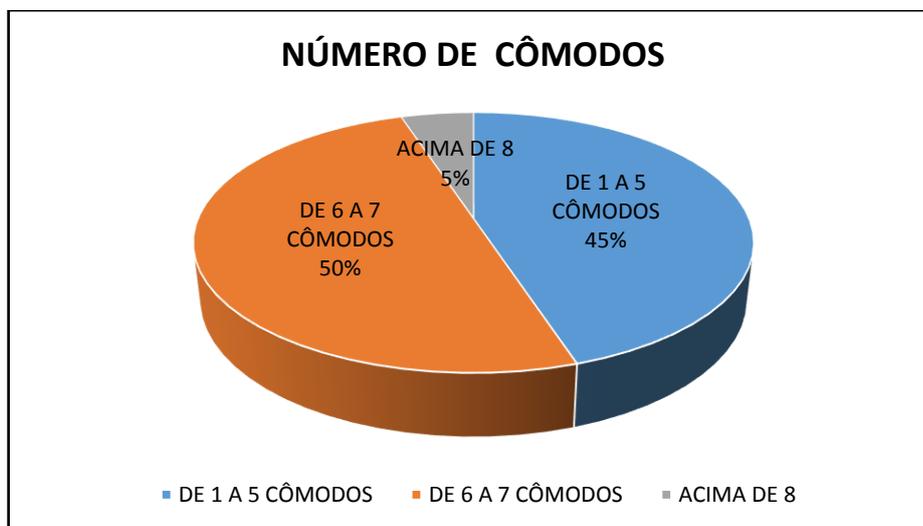
Quanto a situação dos imóveis, o gráfico 10 vem demonstrar que, 50% das famílias residem em casa própria, 30% residem em casa por aluguel, 20% residem em casas cedidas e nenhuma família reside em imóvel invadido.

Assim como preconiza a Constituição Federal,

O direito à moradia é um direito humano e também está assegurado na Constituição Federal de 1988 como um direito social, juntamente à saúde e à educação, entre outros. A proposta de incluir a moradia no rol dos direitos sociais já era parte de um movimento que aparece na década de 1960, a partir do I Seminário de Habitação e Reforma Urbana, realizado em 1963. Entretanto, ela só se efetivou a partir da modificação do artigo 6 da Constituição Federal (CF), o que foi feito pela Emenda Constitucional n. 64 de 2010 (BRASIL, Constituição Federal da República Federativa do Brasil 1988.)

Fica nítido que os usuários que habitam em casas alugadas possuem territorialidade que propiciam situação de vulnerabilidade social, acarretando dificuldades aos mesmos, por não possuírem renda para manter as despesas da família e ainda pagar o aluguel.

### GRÁFICO 11 – Número de Cômodos da Residência

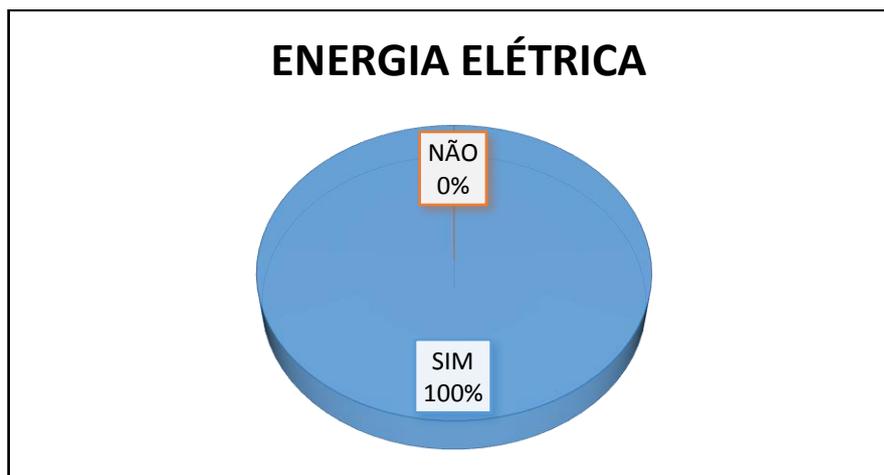


Fonte: Alunas Autoras do TCC

Os números de cômodos variam, conforme apresenta o gráfico 11, localizado abaixo, sendo 45% variam entre 1 a 5 cômodos, 50% variam entre 6 e 7 cômodos e apenas 5% possuem mais de 8 cômodos.

As vulnerabilidades sociais estão vinculadas a situações de empobrecimento da classe trabalhadora logo se relacionam a dificuldades para a manutenção e sobrevivência, Yazbek e Raichelis afirma que, o território é o terreno das políticas públicas, onde se concretizam as manifestações da questão social e se criam os tensionamentos e as possibilidades para seu enfrentamento. (YAZBEK & RAICHELIS 2010). Então para se abordar o território é essencial compreender o conceito de vulnerabilidade social pois é neste contexto que se é determinado as condições de vida dos segmentos da população vulnerabilizada.

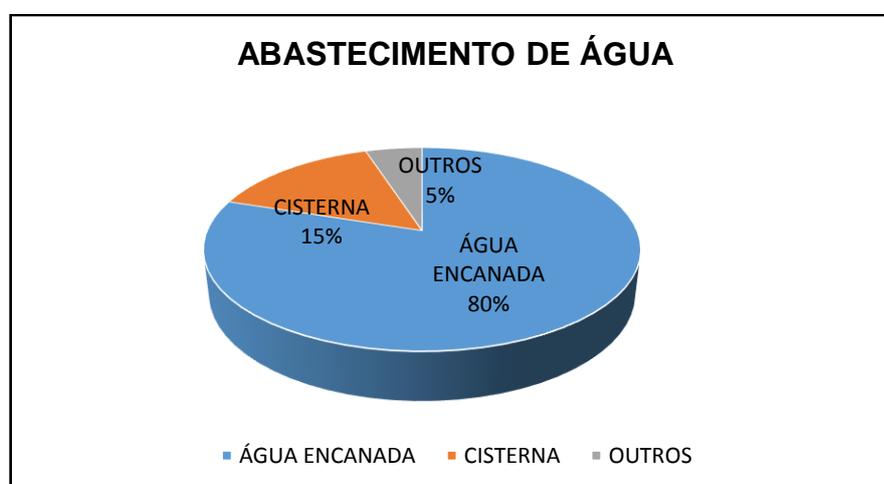
### GRÁFICO 12 – Se Possui Energia Elétrica



Fonte: Alunas Autoras do TCC

O gráfico 12 demonstra que 100% das famílias entrevistadas possuem energia elétrica em casa. É extremamente significativo o progresso inerente a conquista de possuir energia elétrica dentro de casa, tal progresso foi alcançado somente a partir da Constituição Federal de 1988, assim seus direitos foram efetivamente reconhecidos e elevados a uma ordem constitucional possibilitando à massa de consumidores inúmeros benefícios no dia a dia, em função da melhoria na qualidade deste serviço. Ressaltando que, em novembro de 2003 foi lançado, por meio do Decreto 4.873 de 11/11/2003 o Programa Luz para Todos com o desafio de acabar com a exclusão elétrica.

### GRÁFICO 13 – Se Possui Abastecimento de Água



Fonte: Alunas Autoras do TCC

Quanto ao abastecimento de água demonstrado no gráfico 13, 80% das casas possuem água encanada, enquanto 15% possuem abastecimento por cisterna e 5% possuem abastecimento por outro tipo de fornecimento.

Após intensa luta dos Municípios pela titularidade dos serviços de saneamento, no dia 05 de janeiro de 2007, foi sancionada a Lei Federal nº 11.445, chamada de Lei Nacional do Saneamento Básico – LNSB, que teve vigência a partir de 22 de fevereiro do mesmo ano, estabelecendo as diretrizes nacionais para o saneamento básico no Brasil, determinando que a União elabore o Plano Nacional de Saneamento Básico (PNSB). Para usufruir dos benefícios estabelecidos por lei, os Municípios devem elaborar seus planos municipais definindo horizontes de universalização da prestação de serviços.

A lei do Saneamento Básico preconiza a universalização do direito ao abastecimento de água a todos e garantia de tratamento de esgoto, afim de prevenir a qualidade da saúde da população. No entanto a realidade da maioria as famílias brasileiras não possuem esse direito garantido, o acesso em alguns lugares ainda é muito restrito.

**GRÁFICO 14 – Água de Beber**

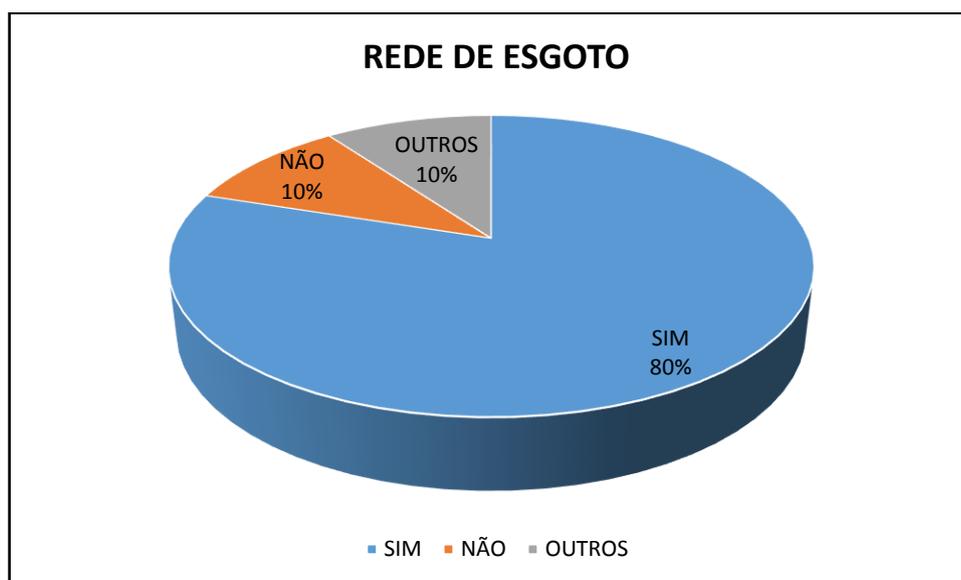


Fonte: Alunas Autoras do TCC

Ainda sobre condições de higiene e saúde, o gráfico 14 demonstra que 95% dos entrevistados possuem água filtrada em casa e 5% consomem água de outra

forma. Essa afirmação vem validar o gráfico anterior cujo levantamento se define acerca do abastecimento de água nas residências, logo conclui-se que as qualidades das necessidades básicas são primordiais para uma sobrevivência digna é realizada com êxito.

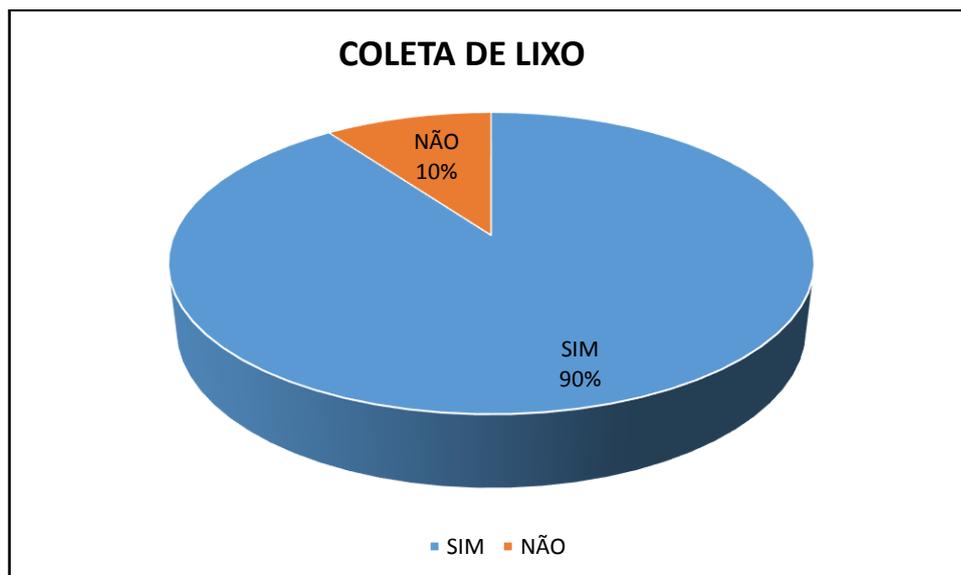
**GRÁFICO 15 – Rede de Esgoto**



Fonte: Alunas Autoras do TCC

Em conformidade com as afirmações acima, 80% das entrevistadas possuem rede de esgoto, 10% não possuem rede de esgoto e 10% declaram outras formas de esgoto. Ressalta-se ainda que é dever do Estado prover condições adequadas, locais salubres, boas condições ambientais, segurança, abastecimento de água, luz, coleta de lixo e esgoto. O Programa Nacional de Direitos Humanos, em seu Decreto nº 4.229 de 2002 apresenta propostas com ações governamentais, já em seu Anexo I, seção Garantia de Direito a Moradia.

**GRÁFICO 16 – Coleta de Lixo**



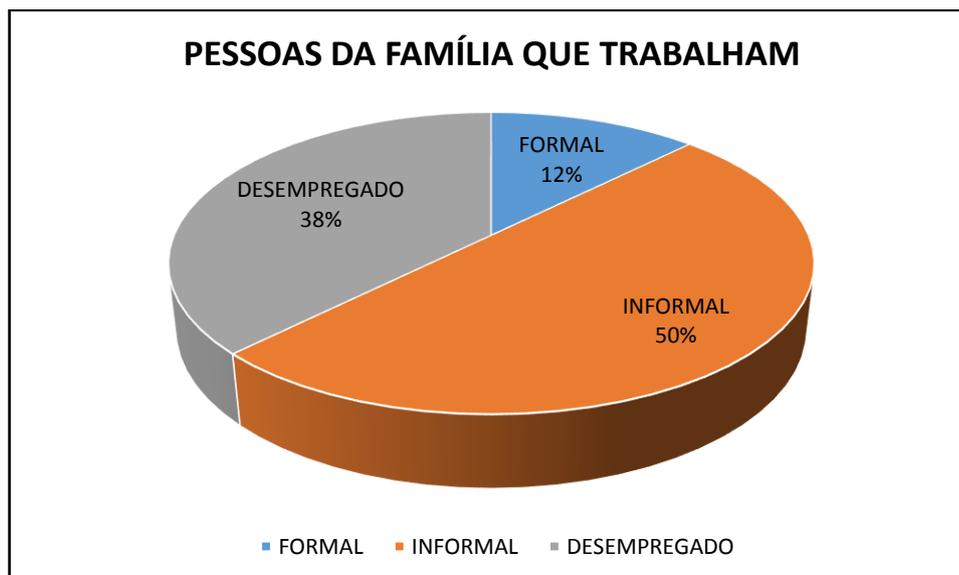
Fonte: Alunas Autoras do TCC

Quanto a coleta de lixo, 90% das entrevistadas declaram que possuem coleta de lixo regular e apenas 10% não possuem esse serviço. O direito condições de uma vida digna encontra-se preconizada no artigo nº 225 da Constituição Federal Brasileira de 1988, Capítulo VI,

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (BRASIL, 1988)

A Constituição Federal preserva a garantia do direito à a defesa do meio ambiente e salienta para a necessidade do cuidado e conscientização das gerações futuras, evidenciando a mobilização e participação do compromisso assumido na cidade em que se vive, aprimorando valores ambientais e minimizando os impactos causados pelas ações do homem.

### **GRÁFICO 17 – Pessoas da Família que Trabalham**



Fonte: Alunas Autoras do TCC

O gráfico 17, salienta acerca das pessoas que trabalham na casa das entrevistadas, sendo que 50% das entrevistadas declaram trabalhos informais, 38% das entrevistadas declaram a existência de desempregados em sua residência e apenas 12% possuem trabalho formal. O mercado de trabalho apresenta tendências na classe trabalhadora, onde pequena parcela possui trabalho estável e a grande maioria em trabalhos precários. A modernização no processo de trabalho implica neste contexto, na redução da demanda de trabalhadores e expulsão da mão-de-obra do mercado de trabalho. O surgimento do emprego temporário refém da demanda, contratos precários, elevação eventual do desemprego e a queda da média salarial, criando assim estratégias para minimizar ou retardar as consequências desse desemprego desenfreado, com alternativas informais.

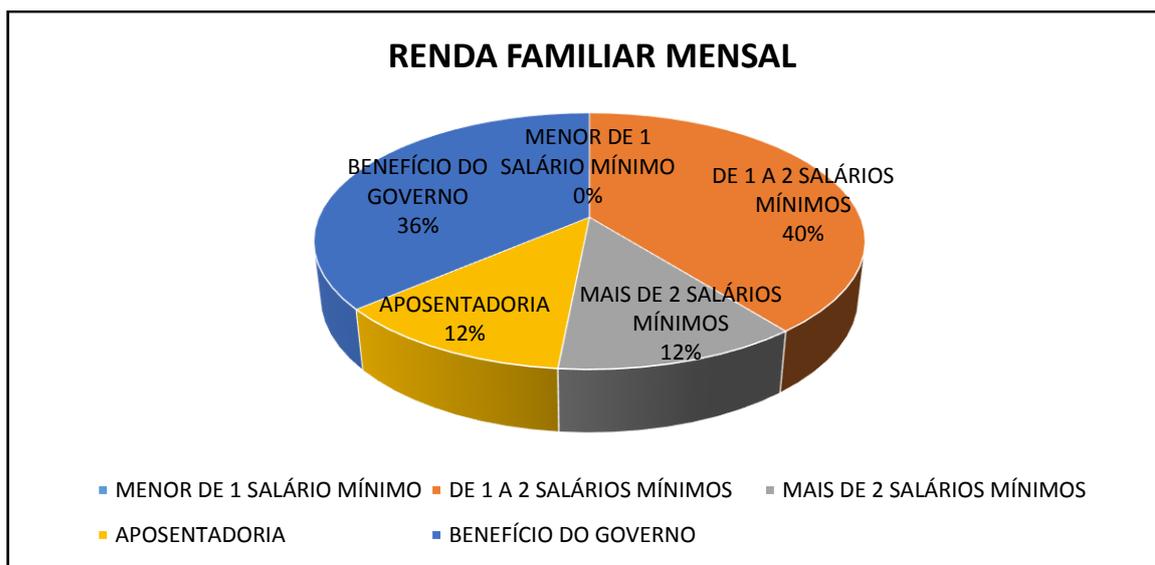
Assim aponta Ianni,

A acumulação flexível é marcada por um confronto de direitos com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. (IANNI, 2002, p 7).

O crescimento do desemprego, da informalidade e a diversidade de contratos de trabalho acabam com a possibilidade de uma efetiva solidariedade entre classes, fragilizando a representatividade do trabalhador em geral. A ocorrência de contratos

de trabalho por tempo determinado atinge diretamente a construção da identidade do trabalhador, que se vê a “Mercê” do contratante, submetendo-se a condições de trabalho precárias e degradantes, além de péssima remuneração.

**GRÁFICO 18 – Renda Familiar Mensal**



Fonte: Alunas Autoras do TCC

Quanto a renda mensal familiar, o gráfico 18 apresenta, 40% possuem renda de 1 a 2 salários mínimos, 36% possuem Benefício do governo, 12% recebem aposentadoria, 12% recebem mais de 2 salários mínimos e ninguém declarou receber menos do que 1 salário mínimo. Evidencia-se, que as famílias beneficiadas pelos programas de Transferência de Renda do Governo Federal, tem esses como um dispositivo de proteção social que vem assegurar a garantia do mínimo mensal.

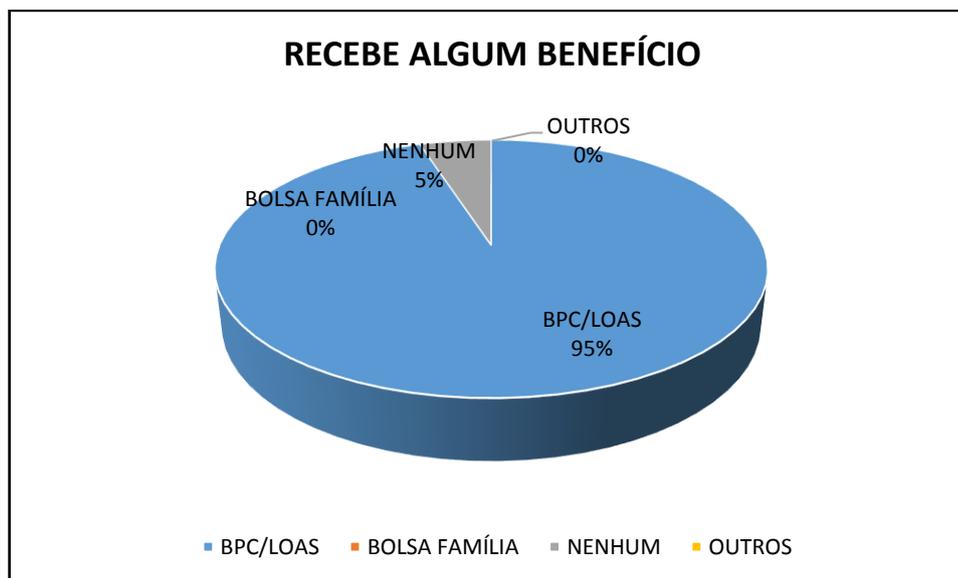
Yazbek, contextualiza;

Embora a renda se configure como elemento essencial para a identificação da pobreza, o acesso a bens, recursos e serviços sociais ao lado de outros meios complementares de sobrevivência precisa ser considerado para definir situações de pobreza. É importante considerar que pobreza é uma categoria multidimensional, e, portanto, não se expressa apenas pela carência de bens materiais, mas é categoria política que se traduz pela carência de direitos, de oportunidades, de informações, de possibilidades e de esperanças. (YAZBEK, 2010. p. 153)

Observa-se que a renda mensal das famílias entrevistadas está direcionada ao suprimento de questões básicas a condição de vida humana no que se refere a

um padrão básico de subsistência, com equidade, segurança, cidadania e justiça social.

### GRÁFICO 19 – Recebe Algum Benefício



Fonte: Alunas Autoras do TCC

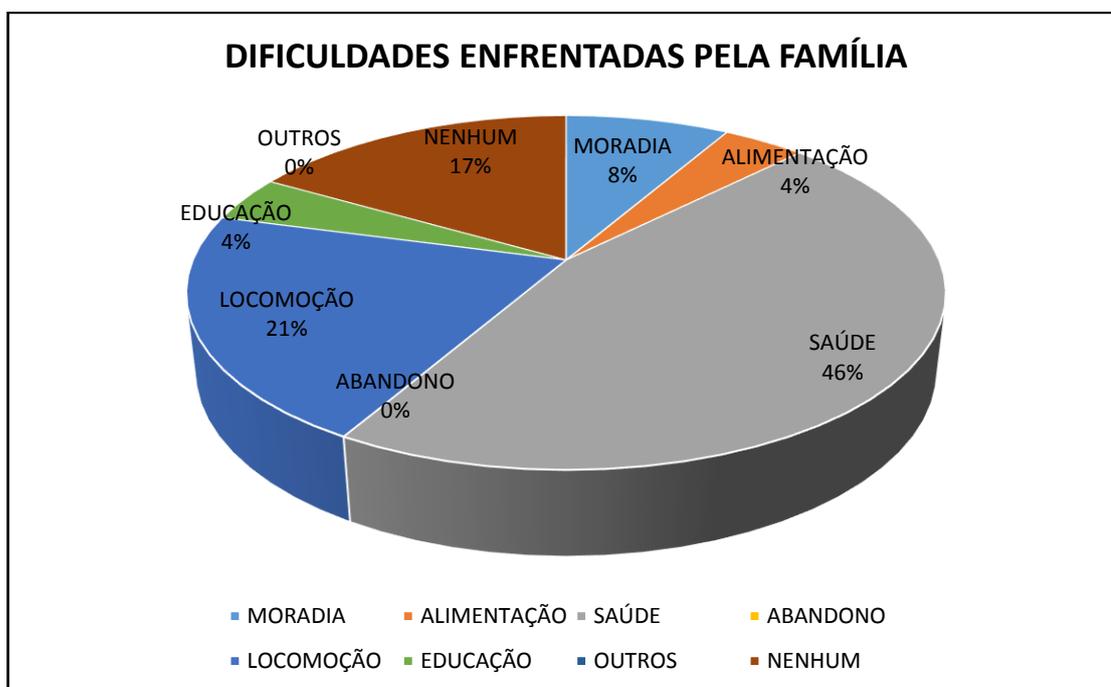
O gráfico 19 esclarece que 95% das famílias entrevistadas, recebem o BPC/LOAS e apenas 5% não recebem benefício nenhum. As políticas públicas surgem como respostas do Estado no enfrentamento a questão social. Esses benefícios se classificam como complementares a renda principal das famílias, tendo em vista a deficiência do aluno, podem usufruir dos benefícios que a eles enquadrarem e necessitarem, sendo uma forma de complemento de renda

O Ministério do Desenvolvimento Social classifica,

Os benefícios assistenciais fazem parte da política de Assistência Social e são um direito do cidadão e dever do Estado. Esses benefícios são divididos em duas modalidades: o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) e os Benefícios Eventuais. O Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC) garante a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo à pessoa idosa com 65 anos ou mais e à pessoa com deficiência de qualquer idade. Nos dois casos, o cidadão que pleiteia o benefício deve comprovar não possuir meios de se sustentar ou de ser sustentado pela família. Os Benefícios Eventuais são caracterizados por serem suplementares e temporários, prestados aos cidadãos e às famílias em casos de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade provisória e de calamidade pública. (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL)

O Benefício de Prestação Continuada tem caráter assistencial, regido pela Lei nº 8.742/93, denominado LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social) e do decreto nº 1.744, de 1995. O alcance das políticas de assistência social se efetiva através da criação de programas de proteção da família, o amparo, a promoção da integração ao mercado de trabalho, condições dignas de subsistência. Essas normas impõem ao Estado a implantação de uma rede de ações que se destina à proteção das pessoas necessitadas que se encontrem em situação de miséria total.

**GRÁFICO 20 – Dificuldades Enfrentadas Pela Família**



Fonte: Alunas Autoras do TCC

Acerca do gráfico 20, sobre as dificuldades enfrentadas pelas famílias, 46% determinam que a maior dificuldade se classifica na área da saúde, 21% definem a maior dificuldade na locomoção, 17% não classificaram nenhuma dificuldade, 8% determinam a moradia como fator de dificuldade e 4% classificam a alimentação e a educação neste patamar de dificuldade.

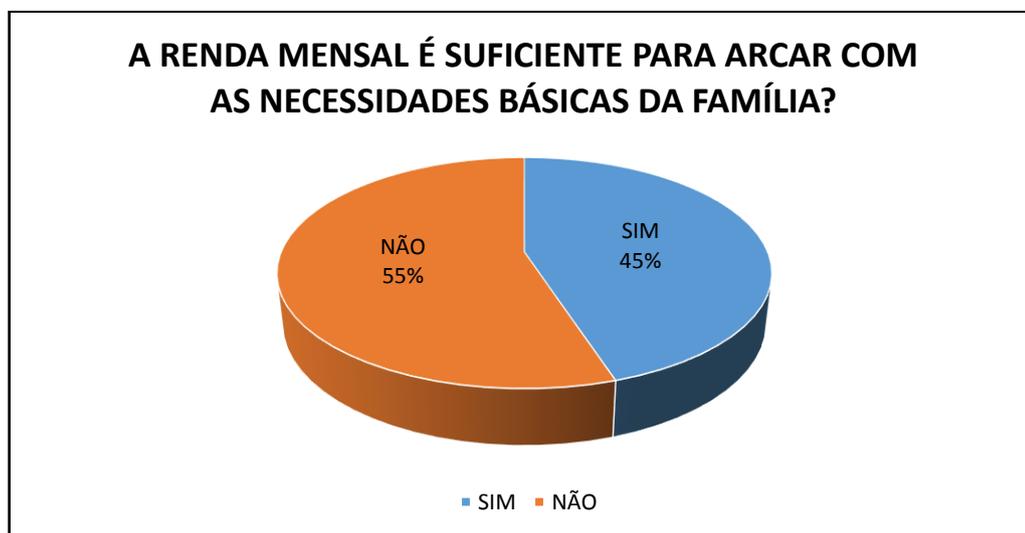
Neste sentido compreende-se que nem sempre as dificuldades financeiras em prover a família se estabelece como primordial, o acesso às garantias, aos direitos

efetivos a todos provenientes do Estado as vezes não chegam a aqueles que mais carecem, garantir a efetivação das políticas e do acesso a esses direitos. Também se fazem primordiais. Observa-se um grande espaço entre igualdade e desigualdade na sociedade brasileira. Tavares analisada a questão da seguinte forma,

Em relação aos direitos sociais, da dignidade humana resulta a obrigação de o Estado garantir um mínimo de recursos materiais suficientes para que a partir daí a pessoa possa exercer sua própria autonomia. A dignidade humana ao servir de princípio fundamentador dos direitos prestacionais, consolida o conceito de mínimo social e gera, por consequência, a incorporação dos direitos prestacionais mínimos à concepção material de direitos fundamentais. (TAVARES, 2003, p. 20)

Segundo Sawaia “a exclusão faz parte de um processo contraditório, e ela não possui uma única forma e nem é uma falha do sistema, mas sim significa um produto do funcionamento do sistema”. (SAWAIA, 2001, apud PEREIRA, 2011). A proteção social deve alcançar todos os eventos cuja reparação seja possível, a fim de manter a subsistência de quem dela necessite

#### **GRÁFICO 21 – Se Renda Mensal é Suficiente para Necessidades Básicas**



Fonte: Alunas Autoras do TCC

O gráfico 21, questiona se a renda mensal é suficiente para arcar com as despesas e necessidades básicas da família, 55% das entrevistadas responderam que não e 45% responderam que a renda mensal é suficiente. A desigualdade passa a acontecer no momento da má distribuição de renda, isso é gerado pelo capital que

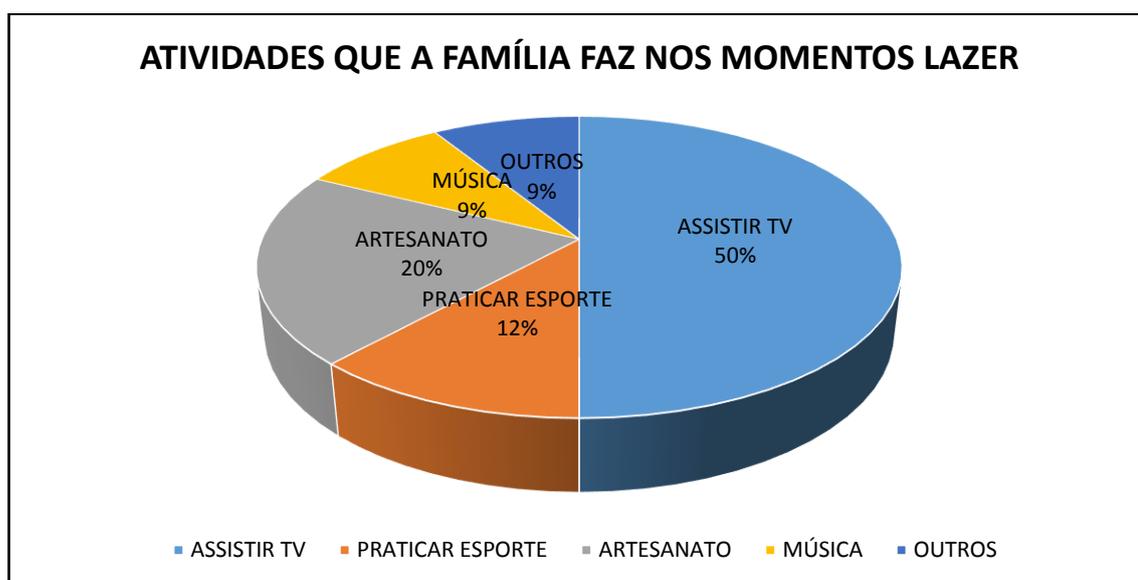
priva a sociedade trabalhadora de seus direitos e não garante o mínimo para sua sobrevivência, assim a informalidade passa a ser uma característica do mercado de trabalho, a população excluída do mercado formal sobrevive com o mínimo possível, o que nem sempre garante o suficiente para arcar com as necessidades mais básicas dentro de uma casa.

Conforme Faleiros ressalta,

A exclusão é um processo dialético e histórico decorrente da exploração e da dominação com vantagens para uns e desvantagens para outros com impactos de disparidade, desigualdade, distanciamento, interiorização, perda de laços sociais, políticos e familiares com desqualificação, inacessibilidade a serviços, insustentabilidade e insegurança. (FALEIROS 2006, p.45)

Assim, a garantia da efetivação dos direitos emerge como uma política estratégica voltada para o enfrentamento da pobreza buscando os mínimos sociais para sobrevivência. “Propor mínimos sociais é estabelecer o patamar cobertura de riscos e de garantias que uma sociedade quer garantir para todos os seus cidadãos. Trata-se de definir o patamar de dignidade abaixo do qual nenhum cidadão deveria estar” (SPOSATI. 1997). Para buscar estes mínimos sociais é necessário a verificação também das condições materiais, sociais e culturais destas famílias.

**GRÁFICO 22 – Atividades de Lazer**



Fonte: Alunas Autoras do TCC

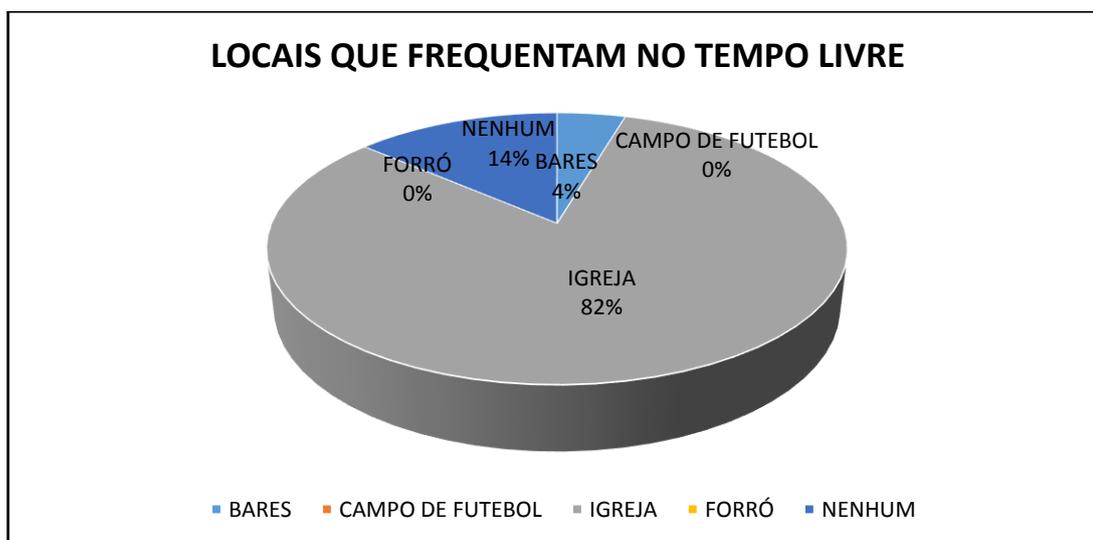
O gráfico 22 esclarece quais as atividades que a família gosta de fazer nos momentos de lazer, 50% das entrevistadas alegaram que a família gosta de assistir TV em seu tempo livre, 20% praticam algum tipo de artesanato, 12% praticam esportes, 9% ouvem músicas e realizam outras atividades não mencionadas. O momento de lazer é muito importante no bojo da família, são momentos que os integrantes partilham de um mesmo momento, de sentimentos e vivências comuns, possibilitando um grau de intimidade e confiança maior entre os mesmos.

Como assevera, Taschner,

O lazer é um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode se dedicar prazerosamente, seja para relaxar, divertir-se ou para alargar seu conhecimento e sua participação social espontânea, o livre exercício de sua capacidade criativa, após ter-se desembaraçado de suas obrigações de trabalho. (TASCHNER, 2000).

Considerando então que os deficientes são pessoas ativas na sociedade, apresentando é claro exceções, o lazer é compreendido em seu sentido mais amplo, percebe-se que não faltam leis para regulamentar as suas ações o que falta é uma política de aplicação para que a qualidade melhore. Todos que estão envolvidos com pessoas deficientes querem ofertar o melhor a elas, para isso é necessário conhecer seus gostos e interpretar suas necessidades.

**GRÁFICO 23 – Locais que Frequenta no Tempo Livre**



Fonte: Alunas Autoras do TCC

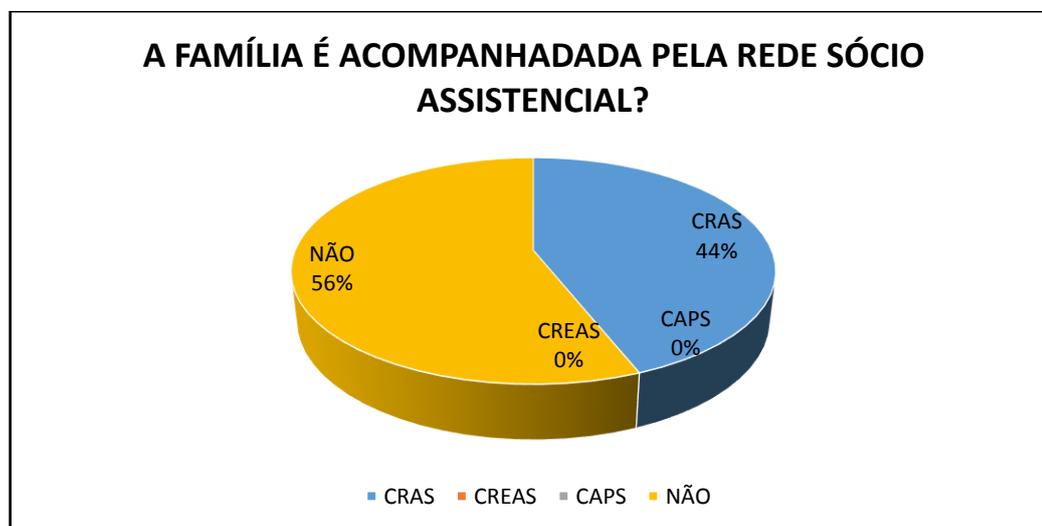
O gráfico 23, busca conhecer os lugares que as famílias frequentam em tempo livre, sendo uma questão inerente ao gráfico anterior, assim 82% das entrevistadas que em seu tempo livre gostam de frequentar a Igrejas, 14% não declaram nada, 4% frequentam bares e ninguém declarou frequentar campo de futebol ou forró.

O ideal seria a real concretização do paradigma da inclusão, assim como salienta Sasaki,

A sociedade torna-se um lugar viável para a convivência entre todas as pessoas, de todos os tipos e condições na execução de seus direitos, necessidades e potencialidades. Nesse sentido os adeptos e defensores da inclusão, chamados de inclusivistas, estão trabalhando para mudar a sociedade, a estrutura dos seus sistemas sociais comuns, suas atitudes, os seus produtos e bens, a sua tecnologia, em todos os aspectos: educação, trabalhos, saúde, lazer, mídia, cultura, esporte, turismo, transporte, etc. (SASSAKI, 2005).

Destaca-se neste ponto a dificuldade em definir e descrever um momento de lazer, ou atividades realizadas em tempo livre, este fato ocorre por encarar o deficiente com grau de dificuldade de locomoção, interação entre outros. Este paradigma merece ser quebrado e mudar a visão do empecilho visto pela família. Ações concretas são fundamentais, para acabar com os estigmas que rondam as questões relacionadas aos deficientes.

#### GRÁFICO 24 – Acompanhamento pela Rede Sócio Assistencial



Fonte: Alunas Autoras do TCC

O gráfico 24 trata do acompanhamento da rede sócio assistencial as famílias, 56% declararam não obter acompanhamento da rede, 44% são acompanhados pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), 0% declarou acompanhamento do CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) e ou CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).

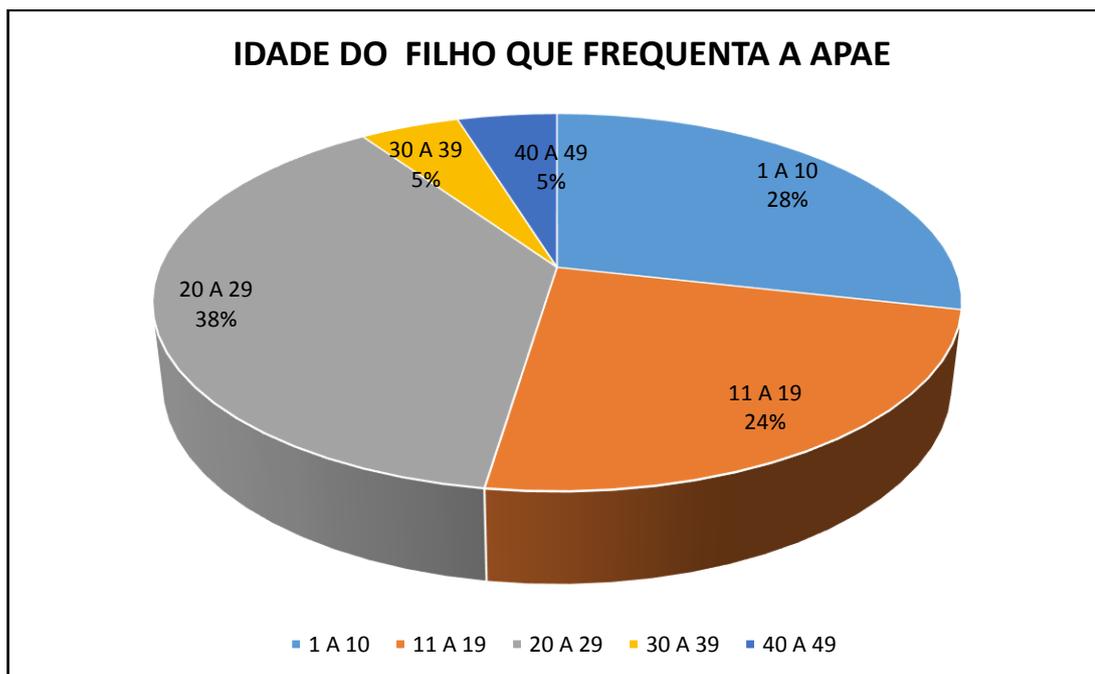
Conforme afirma as Orientações Técnicas,

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família- PAIF, do qual este artigo trata, está localizado na Proteção Social Básica, executado no Centro de Referência de Assistência Social- CRAS. O CRAS também é responsável por executar: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. De acordo com as orientações técnicas do CRAS (2009), seu objetivo é prevenir a ocorrência de situações de vulnerabilidades e riscos sociais nos territórios, por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, e da ampliação do acesso aos direitos de cidadania. A contrarreferência é exercida sempre que a equipe do CRAS recebe encaminhamento do nível de maior complexidade (proteção social especial) e garante a proteção básica, inserindo o usuário em serviço, benefício, programa e/ou projeto de proteção básica. (ORIENTAÇÕES TÉCNICAS DO CRAS ,2009, p. 23).

Assim é muito importante os equipamentos estabelecer e realizarem ações com as famílias que necessitam de um cuidado maior, neste sentido a troca de informações sobre questões diversas relativas à infância, adolescência, juventude, envelhecimento e principalmente a pessoas com deficiências.

A fim de promover conhecimento de possibilidades. (Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, 2009.) Tais ações têm como finalidade contribuir com a famílias e os usuários da assistência. O objetivo é oferecer às famílias, que possuem membros que necessitam de cuidados, elaboração de meios de enfrentamento de dificuldades e de reconhecimento de suas potencialidades, fortalecendo e preservando o convívio familiar. Percebe-se também, que as famílias muitas das vezes não procuram os equipamentos sociais por que os filhos estão inseridos dentro da APAE e a mesma possui uma equipe multidisciplinar que supre sua necessidade, sendo que a APAE também é um equipamento social e faz parte da rede socioassistencial.

## **GRÁFICO 25 – Idade do Filho que Frequenta a APAE**



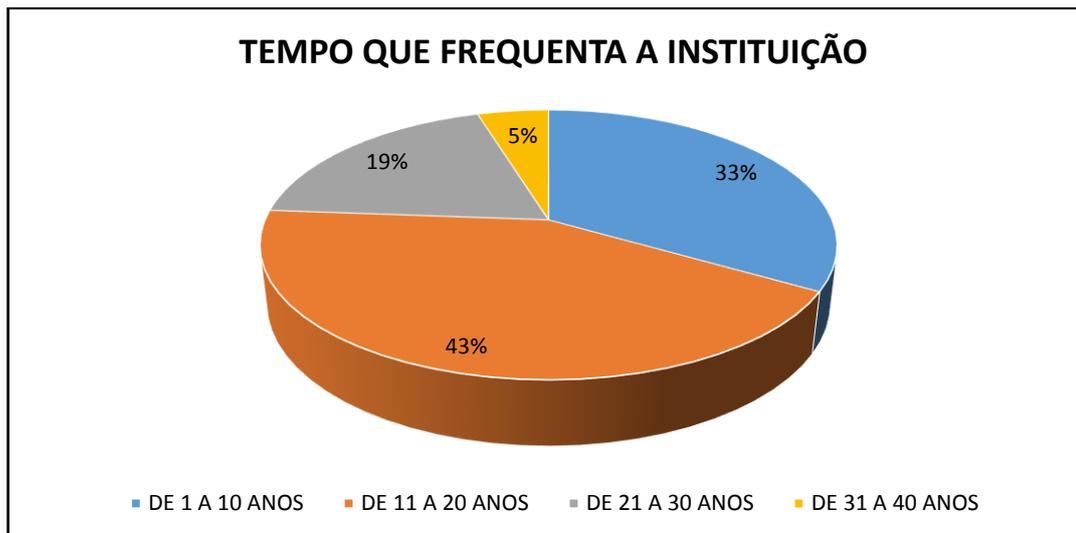
Fonte: Alunas Autoras do TCC

Quanto a idade do seu filho, o gráfico 25 demonstra que 38% dos filhos tem entre 20 a 29 anos, 28% dos filhos tem entre 1 a 10 anos, 24% dos filhos possuem idade entre 11 a 19 anos, 5% estão na faixa etária de 30 a 39 anos e 40 a 49 anos.

Conforme consta Maluschke,

A prevalência do sexo masculino na amostra estudada foi condizente com resultados de pesquisas realizadas por Steele e Stratford (1995 apud SCHWARTZMAN, 1999) com pessoas com Síndrome de Down em todas as faixas etárias no Reino Unido, sendo identificadas as diferenças maiores nas faixas etárias da adolescência e de jovem adulto. No mesmo estudo os autores identificaram o número total mais elevado de pessoas com Síndrome de Down na faixa de 20 a 25 anos. A frequência vai diminuindo após essa idade, ainda mais intensamente a partir dos 40 anos para essa população específica, também com maior número de homens, exceto a partir dos 65 anos. (MALUSCHKE, 2011 p.28).

## GRÁFICO 26 – Tempo que Frequenta a Instituição



Fonte: Alunas Autoras do TCC

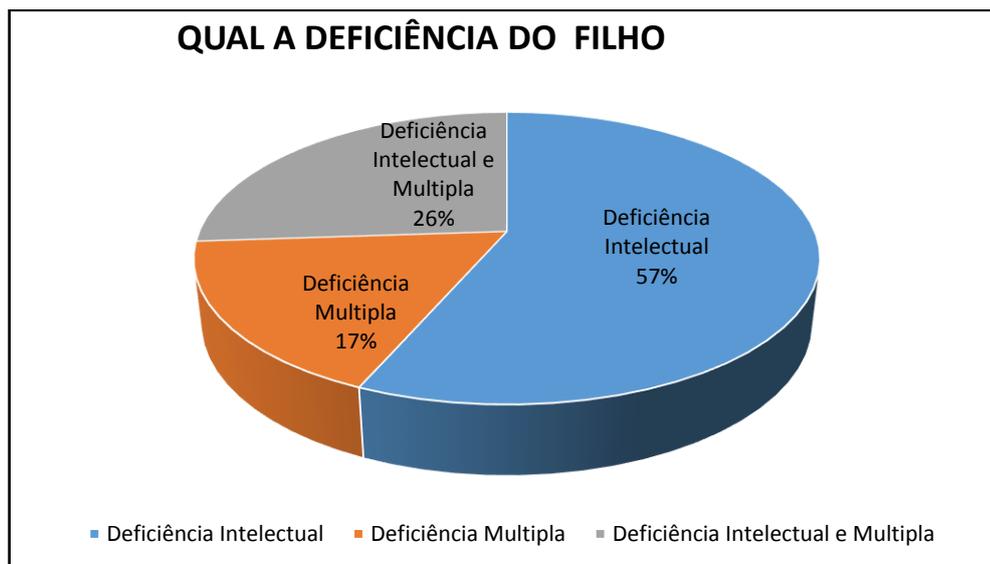
O gráfico 26 apresenta acerca do tempo que frequenta a instituição, sendo assim 43% frequentam a instituição entre 10 a 20 anos, 33% frequentam de 1 a 10 anos, 19% estão entre 21 a 30 anos e 5% estão na instituição entre 31 a 40 anos. Esses dados indicam aspectos significativos sobre o tempo de permanência dos usuários da instituição, sendo possível observar que nos últimos 10 anos houve grande procura. Entende-se com esse resultado que a APAE mesmo com alguma dificuldade da família e defesa dos pais que ocorre a muitos anos, a instituição ainda constitui um espaço acessível e de total confiança para atender a sociedade.

Conforme consta Maluschke,

A procura pelas APAES pode ser devida à implementação da política de atenção integral e integrada aos usuários de seus serviços, inclusive com apoio às famílias, movimento que vem se consolidando cada vez mais. As áreas integradas são educação, saúde, assistência social e trabalho, uma situação demandada pela sociedade aos órgãos governamentais, mas que vem sendo propiciada por organizações não governamentais (ONGs), sem fins lucrativos (MALUSCHKE, 2011 p.23)

A situação traz à tona a necessidade de um apoio amplo, diversificado e intenso a essas pessoas e suas famílias, que se expandem e variam ao longo do tempo, exigindo atenção efetiva das entidades desde o nascimento até o processo de envelhecimento.

### GRÁFICO 27 – Deficiência do Filho



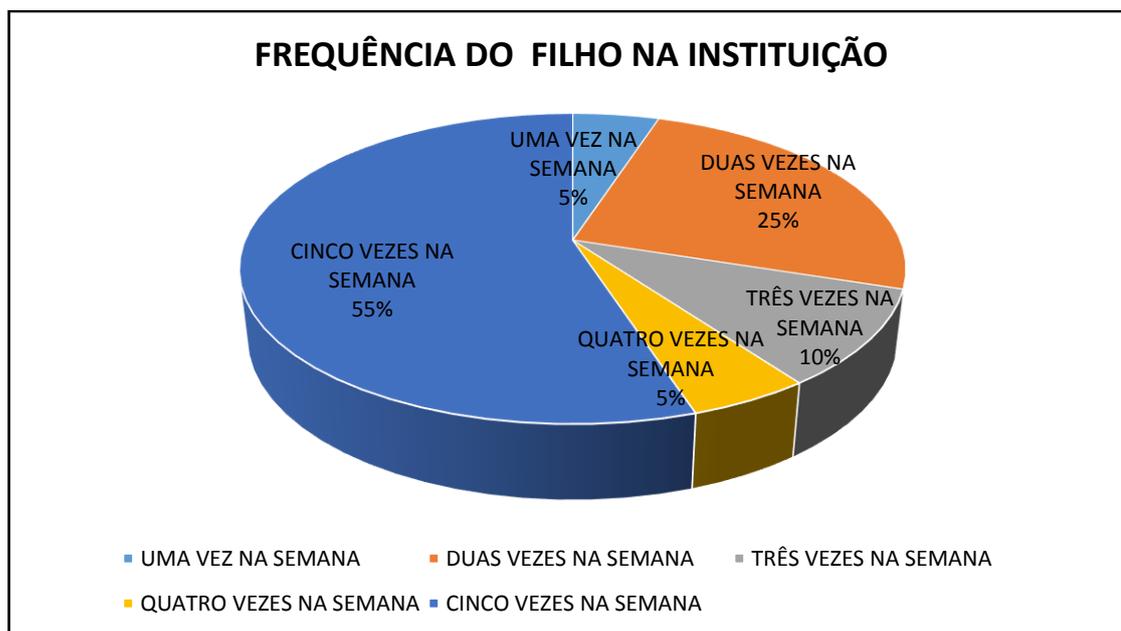
Quanto ao tipo de deficiência do filho, observa-se que 57% possuem Deficiência Intelectual, 26% possuem Deficiência Intelectual e Múltipla e 17% possuem Deficiência Múltipla. Os dados da presente pesquisa, revelam a prevalência de pessoas com Deficiência Intelectual.

Conforme afirma Maluschke,

São poucos os estudos de prevalência e incidência de deficiências intelectual e múltipla no Brasil, dificultando o estabelecimento de parâmetros de atendimento e atenção nas áreas de saúde, educação, trabalho e assistência social, tanto para ações governamentais como para não governamentais. Porém, na caracterização dos tipos de deficiência pode ter havido um viés em relação às síndromes, uma vez que em alguns casos identificados nessa categoria foi incluída pelos respondentes a Síndrome de Down, que deveria ter sido contabilizada como deficiência intelectual. Da mesma forma é possível que situações de paralisia cerebral tenham sido contabilizadas, em alguns casos, como deficiência física e, em outros, como deficiência múltipla, sendo essa situação possivelmente um reflexo das dificuldades conceituais que envolvem as duas categorias de deficiência. (MALUSCHKE, 2011 p.29)

Entre as inúmeras deficiências patologias encontradas no bojo da instituição, acentua-se para as patologias mencionadas entre as entrevistadas, sendo elas: Gênio do corpo caloroso; Deficiência física; Autismo; Deficiência intelectual; Encefalopatia crônica; Microcefalia; Paralisia cerebral; Deficiência auditiva; Deficiência visual.

### **GRÁFICO 28 – Frequência do Filho na Instituição**



Fonte: Alunas Autoras do TCC

Foi questionado quanto a frequência do filho na instituição, observa-se no gráfico 28 que 55% frequentam cinco vezes por semana, 25% frequentam a instituição duas vezes por semana, 10% frequentam três vezes por semana, 5% frequentam quatro vezes por semana e outras 5% declaram frequentar uma vez por semana. Esse dado indica que a alta a frequência dos alunos na instituição, tendo o estudante como foco principal dos atendimentos, além de oferecer apoio necessário para a aprendizagem do aluno.

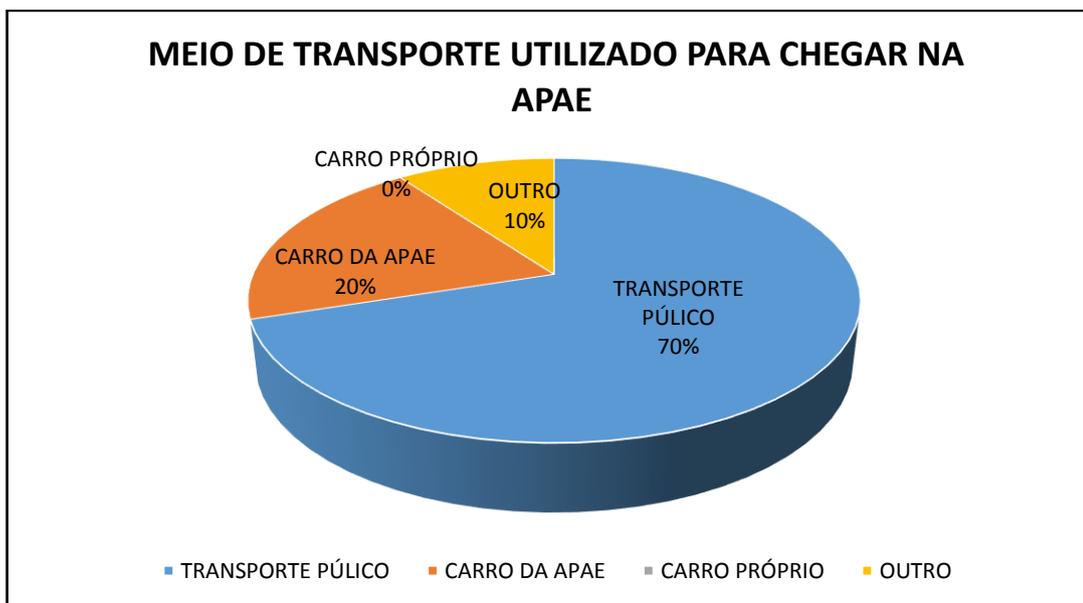
Conforme afirma Maluschke,

Por outro lado, as APAES atendem também à população que, mesmo com a oportunidade de ingresso nas escolas comuns, preferem a educação especial como forma de iniciar a escolarização dos filhos, sendo essa opção prevista na Lei nº 9.394/96 das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como na Resolução nº 2/2001 do Conselho Nacional de Educação. Essa legislação determina que a escolarização especial é, inclusive, indicada nos casos de estudantes com necessidades de apoio intenso e contínuo para os quais a rede comum de ensino não oferece condições de atendimento correspondente às suas necessidades específicas, como ocorre com alguns estudantes com deficiência intelectual e com muitos portadores de deficiência múltipla. (MALUSCHKE, 2011 p.38)

O papel da instituição nesse sentido é de significativa importância para o aluno e sua família, é de extrema importância que a instituição amplie seus

programas de estimulação tendo em vista a alta demanda e frequência dos alunos, para dar oportunidades a todos com deficiências.

**GRÁFICO 29 – Transporte Utilizado Para Chegar na APAE**



Fonte: Alunas Autoras do TCC

Quanto ao meio de transporte, 70% utilizam transporte público, 20% utilizam carro da instituição, 10% utilizam outro meio de transporte. Sendo essa uma das principais necessidades do deficiente, o acesso a transportes dignos e de fácil acesso. A questão da acessibilidade é extremamente relevante por se tratar de sobrevivência social e pessoal. No entanto, a situação de acessibilidade continua um desafio no país inteiro.

Visto que o Setor Social é a porta de entrada para os serviços ofertados na APAE, questionamos sobre a contribuição do setor social para a família, sendo assim, obtivemos respostas diversificadas que nos remeteu a compreender o quão necessário se faz o papel do setor social na instituição. Sendo assim, a entrevistada 1 disse a seguinte resposta: “O setor contribui em tudo que precisa”. A entrevista 2 sinaliza da seguinte forma: “O setor social é quem mais me ajuda nas minhas necessidades”. Já a resposta obtida pela entrevista 3 foi: “O setor é um espaço acolhedor”. Para a entrevistada 4 o setor social “Contribui com informações e apoio

quando necessário”. Por fim a entrevistada V enfatiza que o setor social é: “tudo, informação e atendimento”.

Frente as respostas obtidas ficou claro que a frente do setor social está o profissional que atua pautado nos princípios éticos da profissão, como assinala Iamamoto,

O Código de Ética nos indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional. O desafio é a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, deslocados do processo social. Afirma, como valor ético central, o compromisso com a parceria inseparável, a liberdade. Implica a autonomia, emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais, o que tem repercussões efetivas nas formas de realização do trabalho profissional e nos rumos a ele impressos. (IAMAMOTO, 2008, p. 77)

A família dos alunos tem sido ao longo do tempo reconhecida como parte essencial no desenvolvimento deles, integrar esta família, fazer com que ela exerça um papel preponderante na promoção da inclusão social das pessoas com deficiência torna-se imprescindível e este reconhecimento retorna a instituição e principalmente ao setor social ao deparar-se com as relações singulares criadas, acompanhando o desenvolvimento da pessoa com deficiência e do meio em que ela vive, objetivando interações e confiabilidade, estreitando laços do contexto familiar com o setor social.

Dando sequência a entrevista, entendemos que a instituição APAE como parte do 3º setor, exerce uma representatividade na vida da população usuária dos serviços, pois entende-se que o Estado retira sua responsabilidade e a repassa para as instituições que tem a função de dar resposta a questão social.

Sendo assim Montaña assevera que,

Com o “terceiro setor” tornado instrumento da estratégia neoliberal, este assume a função de transformar o padrão de respostas às seqüelas da “questão social”, constitutivo de direito universal, sob responsabilidade prioritária do Estado, em atividades localizadas e de auto-responsabilidade dos sujeitos portadores das carências; atividades desenvolvidas por voluntários ou implementadas em organizações sem garantia de permanência, sem direito. Transfere-se, como vimos, o sistema de solidariedade universal em solidariedade individual (MONTAÑO, 2007, p 10)

Frente ao exposto, questionamos sobre o que a APAE representa para a família, A entrevistada 1 relatou, “a APAE representa tudo, pois minha filha se

desenvolveu muito a partir dos atendimentos”. Na sequência, a entrevista 2 salientou que a instituição representa “desenvolvimento do filho, sinto gratidão pela existência da mesma e se não fosse a APAE eu não saberia como seria a vida da minha família”. A entrevistada 3 sinalizou que a APAE representa “base e apoio”, completando, a entrevistada 4 evidencia “me acolheu, e sem a APAE eu não saberia sobre a patologia do meu filho e ele não teria se desenvolvido”. Finalizando, a entrevistada 5 ressalta “tudo de bom, a APAE é a vida deles, único lugar que eles frequentam”.

Esses dados indicam aspectos significativo acerca do valor da instituição para os usuários da APAE, nota-se neste estudo que a necessidade de apoio intenso a esses alunos e suas famílias é de extrema relevância, constituindo um elo valioso entre a instituição e a família, criando um ciclo vital aos usuários.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao exposto o perfil das famílias chefiadas por mulheres inseridas na APAE sofre transformações e se remodela, tendo que se adaptar ao novo cenário imposto, além de se responsabilizarem por toda a situação domiciliar, doméstica e de desenvolvimento dos filhos, elas ainda têm de se adaptar às normas tradicionais de códigos morais perversos, que delegam aos homens essa capacidade e a atitude considerada "chefe de família".

Pobreza, exclusão e vulnerabilidade social, preconceitos e desigualdades, a luta pela sobrevivência, a emancipação feminina, a relação com o trabalho, e dimensões como gênero, classe, raça/etnia, idade/geração são aspectos que atravessam as famílias chefiadas por mulheres (CASTRO, 1990; GOLDANI, 1994).

A família vem sendo influenciada pela manifestação da questão social, que, em nossa sociedade, é escancarada pela imensa desigualdade social. A aceleração do capitalismo, o advento da globalização e a pluralização das relações afetivas, modificaram a maneira da família viver em sociedade. Assim a família sofre influências da sociedade, ao mesmo tempo em que exerce determinadas influências na mesma. O desafio das políticas públicas que visam a proteção social é pensar e repensar a família buscando superar velhas ações e concepções centradas na focalização da proteção social.

Neste contexto, Sousa afirma que: "A sociedade passa por constantes processos de mudanças e adaptações culturais, econômicas e sociais que repercutiram intensamente no comportamento humano, nas concepções sobre o lugar do homem e da mulher". (SOUSA, 2004, p. 30).

É inegável afirmar que o número de famílias em condição de monoparentalidade vem crescendo relevantemente em nossa sociedade, este aumento tem sido demonstrado pelos indicadores que apontam o perfil da família brasileira na contemporaneidade. Isto se deve a vários fatores, inclusive ao grande número de separações e divórcios no Brasil.

Diante deste contexto, a maioria dos problemas advindos da monoparentalidade é enfrentada pela ala feminina. Estes são expressos nos planos econômico, social e emocional dessas "chefes de família", refletidas em nossa contemporaneidade, caracterizada pelo capitalismo.

A tendência atual é de que a convivência familiar se torne socializada e visualizada como um local onde existe a mudança, evoluindo por meio do diálogo. O mundo familiar mostra-se em uma variedade de formas de organização, com crenças, valores e práticas desenvolvidas na busca de soluções para os desafios que a vida vai trazendo. As temáticas sobre a família contemporânea podem nos levar por diferentes realidades em transformações, e por questões complexas, pois geralmente temos uma família ou um modelo familiar internalizado.

Toda essa dinâmica de vida dessas famílias geram uma série de dificuldades no cotidiano dessas mulheres, as quais enfrentam inúmeros desgastes físicos e emocionais, já que precisam conciliar as responsabilidades da vida pública com os afazeres domésticos. Em virtude disso, de forma mais geral, elas trabalham muito mais e vivem com pouca qualidade de vida, tendo em vista as inúmeras funções exercidas cotidianamente.

Portanto, é necessário ressaltar que as famílias monoparentais com chefia feminina são de responsabilidade do Estado, logo é necessária uma atuação voltada a esse novo arranjo de família que vem crescendo cada vez mais através de políticas públicas que atuem frente as diversas expressões familiares existentes.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sheila Menezes de. *Entendendo as Famílias do Século XXI*. RELIGARE. 2007. Disponível em: <<http://www.religare.com.br/mural.php?materia=9>>. Acesso em: 2 out. 2018.

AMARAL, CCG. *Família às Avessas: gênero nas relações familiares de adolescentes*. Ed. UFC, Fortaleza. 2001.

ANDERSON, Perry. “*Balanço do neoliberalismo*” IN SADER, E. e GENTILI, P. Pós-neoliberalismo. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANDERSON, Perry. et al. *A Trama do Neoliberalismo*. In: EMIR, Sader; GENTILI, Pablo Gentil (Org.). Pós-neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *A crise contemporânea e as metamorfoses do mundo do trabalho: Ensaio sobre as metamorfoses no mundo do trabalho*. São Paulo: UNICAMP, 2001.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. São Paulo: Cortez, 9º Ed. 1998.

ARRETCHE, Marta. *Emergência e desenvolvimento do Welfare State*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 39, 1 semestres de 1995. São Paulo: Anpocs, 1995.

BANCO MUNDIAL. Relatório sobre o desenvolvimento mundial. 2006. *Equidade e desenvolvimento*. Visão geral. Washington D.C: Banco Mundial, 2006.

BARROCO, Maria Lúcia da Silva. *Serviço Social e pesquisa: implicações éticas e enfrentamentos políticos*. Temporalis, Brasília, n. 17, p. 131-142, 2009.

BASTIAT, F. *Proteccionismo e comunismo*. Paris: Guillaumin et. Cie, 1849.

BAVA, Silvio C. O Terceiro Setor e os Desafios do Estado de São Paulo para o Século XXI. In: Cadernos Abong. ONGs Identidades e Desafios Atuais. São Paulo: Autores Associados, 2000. 41-86.

BERTOLINO, Osvaldo. A crise do trabalho. Princípios, n.46, agosto a outubro

BOTTOMORE, Tom (editor). Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

BRASIL, Ministério da Saúde. Política Nacional de saúde da pessoa com deficiência. Brasília, 2010.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Plano Plurianual 2008-2011. Brasília, 2007.

BRASIL. Decreto nº 4.229, de 13 de maio de 2002. Dispõe sobre o Programa Nacional de Direitos humanos – PNDH, instituído pelo Decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/D4229.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4229.htm)> Acesso em: 18 de novembro de 2018.

BRESSER PEREIRA, L. C. Assalto ao Estado e ao mercado, neoliberalismo e teoria econômica. Estudos Avançados dos, São Paulo, v. 23, n. 66, 2009.

BRUSCHINI, Cristina. Teoria Crítica da Família. In AZEVEDO, Maria Amélia. In. Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento. 3ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CARVALHO, Débora Nacif de. *Gestão e sustentabilidade: um estudo multicasos em ONGs ambientalistas em Minas Gerais*. Orientadores: Prof. Ivan Beck Ckagnazanoff Prof. Allan Claudius Queiroz Barbosa. Belo Horizonte, 2006. 157 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 2006.

CARVALHO, M. do C. B. de. O lugar da família na política social. In: CARVALHO, M. do C. B. de (Org.). A família contemporânea em debate. São Paulo: Cortez, 2000.

CHAGAS, Lunalva Fiúza. Família Mosaico. Integral – Escolas Inteligentes. 24 set. 2007. Disponível em: <<http://www.ciadaescola.com.br/artigos/resultado.asp?categoria=43&codigo=206>>. Acesso em: 02 out.2018.

CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder, uma análise da mídia*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006, p.69.

CHIAVENATO, Júlio José. *Ética Globalizada e Sociedade de Consumo*. São Paulo: Moderna, 1998.

CHOSSUDOVSKY, Michel, diretor do Centre for Research on Globalization. *Santiago, 21 de novembro de 2003*. Disponível em: <http://www.geografiaparatodos.com.br/index.php?pag=sl62>. Acesso em 20 de setembro de 2018.

CURADO, Marcelo. *Do esgotamento do projeto neoliberal ao governo Lula: em busca de um projeto nacional de desenvolvimento*. CADERNOS do DESENVOLVIMENTO, Rio de Janeiro, v. 8, n. 12, pp.67-81, jan.-jun. 2013 de 1997, p.19 a 22.

DECRETO DE LEI Nº 4.229 DE 13 de maio de 2018. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2002/decreto-4229-13-maio-2002-452043-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Último acesso em 15 de novembro de 2018.

DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Cadernos de Orientações Técnicas do CRAS e do PAIF. Disponível em < <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/perguntas-frequentes/assistencia-social/psb-protecao-social-basica/projetos-psb/servico-de-protecao-e-atendimento-integral-a-familia-2013-paif#wrapper>>. Acesso em 02 de novembro de 2018.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de Direito das Famílias*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2009. Disponível em: <https://www.todamateria.com.br/economia-planificada/>. Acesso em 20 de setembro de 2018)

FALEIROS, V. P; FALEIROS, E. T. S *Formação de educadores (as): subsídios para atuar no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes*. Brasília, DF: MEC/SECAD; Florianópolis: UFSC/SEAD, 2006.

FERNANDES, Rubens C. *Privado Porém Público: O terceiro Setor na América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Relume – Dumaré, 1994.

FERRARI, M.; KALOUSTIAN, S. M. A importância da família. In: KALOUSTIAN, S. M. (Org.). *Família brasileira: a base de tudo*. 5 ed. São Paulo: Cortez: Brasília, DF: UNICEF, 2002.

FERRARI M. KALOUSTIAN, S. M. Introdução. In: SM Kaloustian (org.). *Família Brasileira: a base de tudo*. Ed. Cortez-Unicef, São Paulo-Brasília, 1994.

FERREIRA, A. B. H. *Novo dicionário da Língua Portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, C. G. *O fordismo, sua crise e o caso brasileiro*. Cedeplar, Universidade Federal de Minas Gerais, 1993.

Fortunato, Ivan. *Educação de jovens e adultos*. REU, Sorocaba, SP, v. 36, n. 3, p. 281-284, dez. 2010.

FRIEDMAN, M. *Capitalismo e liberdade*. São Paulo: Arte Nova, 1977.

GIDDENS, Anthony. *O estado-nação e a violência*. São Paulo: Edusp, 2001. - (Clássicos; 22)

GOLDANI, A. M. Família ou famílias? Individuação das mulheres e evolução da família como instituição. Retratos de família em tempos de crise. *Estudos Feministas*, n. 94, p. 330-335, 1994.

GOMES SILVA, Ilse. *Democracia e participação na "reforma" do Estado*. Ed. Cortez: São Paulo, 2002.

GONÇALVES, H. S. *O Estado o Terceiro Setor e o Mercado: Uma Tríade Completa*. Disponível em: <http://www.rits.org.br/> Acesso em: 02 de novembro de 2018.

GUERRA, Camila et al. *Do sonho a realidade: vivencia de mães de filhos com deficiência*. Scielo Disponível em Acesso em: 21 de novembro de 2018.

HOLLOWAY, J.; PELÁEZ, E. *Aprendendo a curvar-se: pós-fordismo e determinismo tecnológico*. Revista Outubro, v. 2, p. 21-29, 1998.

IAMAMOTO, Marilda V. *O Serviço Social na contemporaneidade; trabalho e formação profissional*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 14. ed. – São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Serviço Social no tempo do capital fetiche*. Rio de Janeiro, 2005, 2 vols.

IANNI, Octavio, 1926 – *A era do globalismo*. Octavio Ianni. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

IANNI, Octávio. (2005). *A sociedade global*. 12 eds. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

IANNI, Octaviano. *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

IANNI, Octavio. *A era do globalismo*. 2 eds. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IANNI, Octavio. *Teorias da Globalização*. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

IANNI, Octávio. *Revolução e Cultura*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1983.

IANNI, Octaviano. Enigmas do pensamento latino-americano. In: IAMAMOTO, M. V.; BEHRING, E. *Pensamento de Octavio Ianni. Um balanço de sua contribuição à interpretação do Brasil*. Rio de Janeiro: Faperj/Centro de Estudos Octavio Ianni/7 Letras, 2009. Disponível em : <https://www.todamateria.com.br/a-mais-valia-de-karl-marx/>. Acesso em 20 de Setembro de 2018)

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, volume 31. 2010, Brasil.

JOSÉ FILHO, M. *Família: conjuntura, organização e desenvolvimento*. UNESP – Univ. Estadual Paulista, Franca, 2007.

KALOUSTIAN SM & FERRARI M. *Família brasileira, a base de tudo*. Introdução, pp. 11-15. In SM Kaloustian (org.). Ed. Cortez-Unicef, São Paulo-Brasília, 1994.

LEFEBVRE, Henri. *Lógica formal, lógica dialética*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1995; LEI COMPLEMENTAR Nº 234/90. Disponível em <[http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/dmlu/usu\\_doc/lei\\_complementar\\_234-90.pdf](http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/dmlu/usu_doc/lei_complementar_234-90.pdf)>. Último acesso em 15 de novembro de 2018.

LEI FEDERAL Nº 11.445, DE 5 de janeiro de 2007. Disponível em <[file:///C:/Users/Flavio/Downloads/LEI\\_11.445\\_07\\_SANEAMENTO%20BASICO.pdf](file:///C:/Users/Flavio/Downloads/LEI_11.445_07_SANEAMENTO%20BASICO.pdf)>. Último acesso em 02 de novembro de 2018.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira. *A Educação Escolar: sociedade contemporânea*. Revista Fragmentos de Cultura. Goiânia: IFITEG, v. 8, n.3, p. 597-612, 1998.

LIMA, Eliane de Nascimento. *Políticas Públicas para a Educação do Campo no Estado de São Paulo: impactos, contradições e perspectivas*. Tese (Doutorado em Educação). São Carlos: PPGE/UFSCar, 2014.

LOPES, José Rogério. *Processos Sociais de Exclusão e Políticas Públicas da Pobreza*. Caderno CRH, Brasília, DF, 21.53, 07 11 2008.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política, livro primeiro: o processo de produção do capital, volume II*; Trad. Reginaldo SANT'ANNA. 25ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2011

MALUSCHKE, Júlia S. N. F. Bucher et. al. *A família no contexto da deficiência: estrutura e dinâmica*. Brasília: Federação Nacional das APAES, 2011.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política, livro primeiro: o processo de produção do capital, volume II*; Trad. Reginaldo SANT'ANNA. 25ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2011.

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2001. Livro I. (18ª ed.).

MINAYO, M. C. *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, Vozes, 2002.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Programa Luz Para Todos: Um marco histórico – 10 milhões de brasileiros saíram da escuridão. Brasília: Secretaria de Energia Elétrica, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. Conselho Nacional de Assistência Social. Diário Oficial da União, Resolução Nº 109, de 11 de novembro de 2009, Brasília – DF, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. *Guia de Orientação Técnica* - SUAS n. 01- Proteção Social Básica de Assistência Social, Brasília, 2005.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. *Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS*, Brasília – DF, 1993.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE A FOME. *Política Nacional de Assistência Social – PNAS*, Brasília- DF, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME; Secretaria Nacional de Assistência Social – Sistema Único de Assistência Social – SUAS – *Norma Operacional Básica/ NOB/SUAS*. Construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. BRASÍLIA, julho de 2005.

MIOTO, R. Família e políticas sociais. In: BOSCHETTI, I et al (orgs). *Política social no capitalismo- tendências contemporâneas*. São Paulo, Cortez, 2008.

CARVALHO, L. Famílias chefiadas por mulheres: uma relevância política social dirigida. In: *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano 19, nº 57, p. 74-98, jul. 1998.

MIOTO, R. C. T. A família como referência nas políticas públicas: dilemas e tendências. In: TRAD, A. B. A. (Org.). *Família contemporânea e saúde: significados, práticas e políticas públicas*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2010.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. *O Serviço Social frente ao neoliberalismo. Mudanças na sua base de sustentação funcional-ocupacional*. In: *Revista Serviço Social e Sociedade* nº 53. São Paulo: Cortez, 1997.)  
Navta Pei, ano 1, n.1, p.8-14, fev. 1996.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. Carlos Montaña-6º. Ed. –São Paulo: Cortez, 2010.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2007.

MONTAÑO, Carlos. O projeto neoliberal de resposta á questão social e a funcionalidade do terceiro setor. Revista Lutas Sociais, NEILS/PUC-SP, São Paulo: Ed. Pulsar, nº8, 2002.

MONTAÑO, Carlos. Das “lógicas do estado” as “lógicas da sociedade civil”. Estado e “terceiro setor” em questão. Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez, nº61, 2002.

NETO, José Quibão e CABRAL, Chico. *Neoliberalismo, Privatizações e Organizações sociais (OS's)*. 10/05/2010. Disponível em: <http://universidadeparaquem.wordpress.com/2010/05/10/neoliberalismoprivatiacoes-e-organizacoes-sociais-os%C2%B4s/>. Acesso em 28 de Agosto de 2018.

NETTO, José Paulo. Capitalismo monopolista e Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, J. Paulo. *FHC e a política social: um desastre para as massas trabalhadoras*. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.) O desmonte da nação: balanço do governo FHC. 3ª ed. Petrópolis; Rio de Janeiro: Vozes, 1999. p. 75-89.

NETTO, José Paulo. *Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil*. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, ano 17, n. 50, 1996.

NUNES, Paulo. 2017. Disponível em: <http://knoow.net/cienceconemprr/economia/capitalismo-industrial/>. Acesso em: 14 de agosto de 2018)

PASTORINI, A. “O círculo maldito” da pobreza no Brasil: a mistificação das “novas” políticas sociais”. Tese (doutorado). Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

PEREIRA, Viviane Souza. Pobreza e exclusão social: em debate em curso. In: Revista Temporalis. Ano 10, n.19, jan/jun. 2011, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS). Brasília/DF.

PRADO, D. *O que é família*. 2º edição. São Paulo. Editora Brasiliense, 1981.

ROTHGIESSER, Tanya L. *Sociedade Civil Brasileira e o Terceiro Setor*. Disponível em: <http://www.terceirosetor.org.br/> Acesso em: 02 de novembro de 2018.

SAMARA, E.M. *A família Brasileira*. 4ª ed. São Paulo, SP (Brasil): Editora Brasiliense, 1998. 91 p.

SANTOS, R e WIESE, M. L. *A Centralidade da Família nas Políticas Sociais da Assistência Social e Saúde: A Relevância do Debate para o Serviço Social*, 2005.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão: construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SCOTT, R. P. Mulheres chefes de família: abordagem e temas para as políticas públicas. *Ouro Preto*, v. 5, nº 15, jan. 2002. Disponível em: Acesso em 20 de novembro de 2018

SIERRA, V.M. *Família: teorias e debates*. São Paulo: Saraiva, 2011.

SILVA, J.K. A e ZACARON, S.S. *Família e homossexualidade: uma leitura contemporânea acerca dos direitos sociais*. Faculdade de Serviço Social. Universidade Federal de Juiz de Fora, 2004.

SILVA, M. F. Chefia feminina domiciliar: indicador de maior pobreza das mulheres? *Revista Gênero – Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero*, Volume 7, nº 1. Editora UFF, Niterói, Rio de Janeiro, 2007.

SOARES, L. T. *Os custos do ajuste neoliberal na América Latina*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOUSA, Rainer Gonçalves. *Doutrina Keynesiana*. Brasil Escola. Disponível em <<https://brasilecola.uol.com.br/historiag/doutrina-keynesiana.htm>>. Acesso em 26 de agosto de 2018.

SPOSATI, Adalgisa. *Globalização da economia e processo de exclusão social*. In *Capacitação em Serviço e política social – CEAD –UNB. Mod.1.Brasília/DF.1997*.

TASCHNER, B.G. *Lazer, Cultura e Consumo*. *RAE – Revista de Administração de Empresas*. V.40, n.4, p.38-47, out. /dez. 2000.

TAVARES, Marcelo Leonardo. *Previdência e assistência social: legitimação e fundamentação constitucional brasileira*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2003.

TAVARES, M. da C.; ASSIS, J. C. de. *O grande salto para o caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

TAVARES, M. A. Acumulação, trabalho e desigualdades sociais. In: CEFSS; ABEPSS. (Org.). *Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. 1 ed. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. O neoliberalismo em debate. In: TEIXEIRA, Francisco José Soares & OLIVEIRA, Manfredo Araújo de (orgs). *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 1980.

TEIXEIRA, F. José. *O neoliberalismo em debate*. In: TEIXEIRA, F. Jose (Org.) *Neoliberalismo e reestruturação produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1998, p. 195-252.

TELLES, Vera. S. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Vol. 6. Ed. UFMG, 1999

VITALE, M. A. F. Família monoparentais: indagações. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, ano 23, nº 71, p. 45-62, set. 2002.

IAMAMOTO, M.; CARVALHO, R. *Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo: Cortez, 1983.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil*. In: Temporalis/ABEPSS. Ano 2, n.3 (jan. /jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Graflina, 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2012.

YAZBEK, M. C.; RAICHELIS, R. A política nacional de assistência social e o SUAS: apresentando e problematizando fundamentos e conceitos. In: COUTO, Berenice Rojas et al. (Org.). *O sistema único de assistência social no Brasil: uma realidade em movimento*. São Paulo: Cortez, 2010.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Serviço Social e pobreza*. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 153-154 jul. /Dez. 2010

**ANEXO**

## Anexo 1 – Roteiro de Entrevista

### Dados do Entrevistado

1- Idade \_\_\_\_\_

2- Grau de Escolaridade \_\_\_\_\_

3- Estado Civil ( ) Solteira ( ) Casada ( ) Viúva ( ) Divorciada ( ) outros.

### Dados da Família

4- Quantas pessoas moram na casa? \_\_\_\_\_

5- Idade das mesmas:

( ) 0 a 5 ( ) 06 a 11 ( ) 12 a 17 ( ) 18 a 23 ( ) 24 a 29 ( ) 30 a 35

( ) ou mais Obs: Idoso? \_\_\_\_\_

6- Quantas pessoas estudam? \_\_\_\_\_

7- Utiliza algum serviço público de saúde:

( ) ESF ( ) Hospital ( ) PAM ( ) Policlínica ( ) Nenhum ( ) Unidade IV

( ) Outros, quais? \_\_\_\_\_

8- Atendimento que já obteve com o SUS:

( ) Clínico – geral ( ) Especialistas ( ) Cirurgias ( ) Tratamento dentário ( )

Nenhum ( ) outros quais ? \_\_\_\_\_

### Dados do Domicílio

9- Onde você mora é considerado lugar de situação de risco.( ) Sim ( ) Não

Qual: \_\_\_\_\_

10- Situação do imóvel em que mora.

( ) Casa própria ( ) Cedida ( ) Invadida( ) Alugado, valor do aluguel \_\_\_\_\_

11- Quantos cômodos têm sua casa contando com o banheiro? \_\_\_\_\_

12- Esta casa possui energia elétrica?

( ) Não ( ) Sim, com padrão próprio ( ) Outros, como? \_\_\_\_\_

13- Como é feito o abastecimento de água de sua casa?

( ) Água encanada ( ) Cisterna ( ) Outros, como? \_\_\_\_\_

14- A água de beber da sua casa é:

( ) Filtrada ( ) Fervida ( ) Não recebe nenhum tratamento ( ) Outros, como? \_\_\_\_\_

15- Na sua casa tem rede de esgoto?

( ) sim ( ) Não ( ) Outros, qual? \_\_\_\_\_

16- Existe coleta de lixo?

( ) Sim ( ) Não, qual o destino do mesmo?

### **Dados Sócio Econômico**

17-Quantas pessoas trabalham?\_\_\_\_\_( )Formal( )informal ( )Desempregado

18- Qual a renda mensal do seu grupo familiar.

( ) Sem renda ( ) Menos de 1 salário mínimo ( ) De 1 a2 salários mínimos

( ) Mais de 2 salários mínimos ( ) Aposentadoria ( ) Benefício do governo

19 - Recebe algum benefício.

( ) BPC / LOAS ( ) Bolsa Família ( ) Nenhum ( ) Outros, qual?

\_\_\_\_\_

20- Quais são as maiores dificuldades em que vive a família?

( ) moradia ( ) Alimentação ( Saúde ( ) Maus tratos/ abandono ( ) Locomoção ( ) Educação ( ) Outros. Quais? \_\_\_\_\_

21- A renda mensal é suficiente para arcar com todas as necessidades básicas da família? ( Casa, Alimentação, Vestuário, Saúde, Lazer).

( ) Sim ( ) Não, Por que? \_\_\_\_\_

22- Quais as atividades que a família gosta de fazer no momento de lazer:

( ) Assistir TV ( ) praticar esportes ( ) Artesanato ( ) Música ( ) Outros, quais?\_\_\_\_\_

23- Que locais freqüentam no tempo livre:

( ) Bares ( ) Campo de futebol ( ) Igreja ( ) Danceteria /forró ( ) Nenhum ( ) Outros, onde?\_\_\_\_\_

24- Você é acompanhado pela Rede Sócio Assistencial?

( ) CRAS ( ) CREAS ( ) CAPS ( ) Outros,  
onde? \_\_\_\_\_

### **Dados do Usuário**

25- Qual a idade do seu filho? \_\_\_\_\_

26 A quanto tempo seu filho freqüenta a instituição \_\_\_\_\_

27- Qual a deficiência de seu filho? \_\_\_\_\_

28- Qual a freqüência do seu filho na instituição:

( ) 1 vez por semana ( ) 2 vezes por semana ( ) 3 vezes por semana

( ) 4 vezes por semana ( ) 5 vezes por semana

29- Qual o meio de transporte que seu filho utiliza para chegar a instituição:

( ) Transporte publico ( ) Carro da APAE ( ) Carro próprio ( ) outros,  
qual? \_\_\_\_\_

30- Qual a contribuição do Setor Social para sua família? \_\_\_\_\_

---

---

---

31- O que a APAE representa para sua família? \_\_\_\_\_

---

---

---